

# Revista

2015 • maio

CULTURA E EXTENSÃO USP

13



# Revista

2015 • maio

CULTURA E EXTENSÃO USP



Presença em diretórios e bases de dados: Catálogo Latindex ([www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx)) e Portal Periódicos Capes ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br))

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### Reitor

Prof. Dr. Marco Antonio Zago

### Vice-Reitor

Prof. Dr. Vahan Agopyan

### Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

### Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

### Pró-Reitora de Pós-Graduação

Profa. Dra. Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco

### Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. José Eduardo Krieger

## PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

### Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

### Pró-Reitor Adjunto de Cultura

Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes

### Pró-Reitor Adjunto de Extensão

Prof. Dr. Moacyr Ayres Novaes Filho

### Assessor Técnico de Gabinete

Prof. Dr. José Nicolau Gregorin Filho

### Assessor Técnico de Gabinete

Prof. Dr. Rubens Beçak

### Assistente Técnico do Gabinete

Cecílio de Souza

### Assistente Técnico do Gabinete

Eduardo Alves

### Chefe da Divisão de Ação Cultural

Juliana Maria Costa

### Chefe da Divisão Acadêmica

Kely Cristine Soares da Silva Mendes

### Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

Valdir Previde

## CONSELHO EDITORIAL

Alexis Lyras (Georgetown University)

Heloísa André Pontes (UNICAMP)

Izabel Madeira de Loureiro Maior (UFRJ)

Marc Jimenez (U.F.R. des Arts plastiques et Sciences de l'Art Université Paris 1)

Maria das Dores Guerreiro (Instituto Universitário de Lisboa)

Maria Ruth Amaral de Sampaio (USP)

Marisa Midori Deaecto (USP)

Mônica Almeida Kornis (FGV)

Patrizia Calefato (Università degli Studi di Bari)

Plínio Martins Filho (USP)

Vinícius Pedrazzi (USP)

Wrana Maria Panizzi (UFRGS)

## COMISSÃO EDITORIAL

### Editora Responsável

Profa. Dra. Diana Helena de Benedetto Pozzi

### Editores Associados

Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano

Profa. Dra. Primavera Borelli

Profa. Dra. Suzana Helena de Avelar Gomes

Prof. Dr. Waldenyr Caldas

### Assistente Editorial

Verônica Cristo

Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Revista de Cultura e Extensão USP/  
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da  
Universidade de São Paulo. – N. 1 (jun./jul. 2009)  
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Pró-  
Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, 2009-

Semestral.

ISSN 2175-6805 (versão impressa);

ISSN 2316-9060 (versão online)

1. Cultura. 2. Extensão. 3. Revista. I. Título

## REVISTA DE CULTURA E EXTENSÃO USP

Rua da Reitoria, 374, 2º andar

Cidade Universitária – São Paulo-SP – 05508-220

Serviço de Produção Editorial: (11) 2648-0495

prceu.usp.br/revista – revistacultext@usp.br

Portal de Revistas da USP - www.revistas.usp.br/rce

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, a opinião dos integrantes da Comissão Editorial da Revista de Cultura e Extensão USP e nem da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, sendo todo o seu conteúdo de responsabilidade exclusiva de seus autores.

# Sumário

## Contents

### 5 EDITORIAL

EDITORIAL

BRUNO ROBERTO PADOVANO

### ENTREVISTA

INTERVIEW

### 11 Precisamos Falar sobre Álcool e Drogas nas Universidades

Time to Talk About Drugs and Alcohol Inside the Universities

entrevista com **ARTHUR GUERRA DE ANDRADE** por *Isadora Vitti*

### ESPECIAL: PROGRAMA DE EDITAIS DA PRCEU-USP

FEATURE: PROJECTS AND PROPOSALS FOR THE PRCEU'S CALLING

### 21 Memórias da Universidade: Lapsos e Lembranças

University's Memories: Lapses and Remembrance

**FERNANDA ARÊAS PEIXOTO**

### 31 Editais de Intercâmbio e Difusão Científica: uma Aproximação entre Arte, Ciências e Cotidiano

The Scientific Interchange and Dissemination Calls for Proposals: Ties Between Art, Science and Everyday Life

**PATRICIA MORAN**

### ARTIGOS

ARTICLES

### 43 Internet como Esfera Pública Global e o Papel Atual dos Parlamentos no Processo Legislativo

Internet as a Global Public Sphere and the Role of Parliaments during the Legislative Procedure

**RUBENS BEÇAK**

**JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI**

### 55 Registros das Terras Indígenas de Rondônia por Meio de Mapas Mentais

Indigenous Lands Register of Rondonia State – Brazil Using Mental Maps

**MARIA LUCIA CEREDA GOMIDE**

**ALEX MOTA DOS SANTOS**

**65** Educar Para o Mundo: Experiência Extensionista Popular para Direitos Humanos e Migrações

Educar Para o Mundo: Popular Academic Outreach Experience in Human Rights and Migrations

**COLETIVO EDUCAR PARA O MUNDO:**      **CLAUDIO CAVALCANTE**  
**ALLAN GREICON MACEDO LIMA**      **GUILHERMA AROSA OTERO**  
**ANA CAROLINA MAZZOTINI**      **GUSTAVO PEREIRA**  
**AUGUSTO MALAMAN**      **HUGO SALUSTIANO**  
**AUGUSTO VELOSO LEÃO**      **MARTIN EGON MAITINO**  
**CAIO MADER**      **NATALIA LIMA DE ARAÚJO**  
**CAROLINA TAKAHASHI**      **PHILLIP WILLIAMS**

**85** A Atividade de Extensão Universitária, o Jardim São Remo e uma Instituição Educacional – Desafios na Criação de um Campo Comum de Trabalho

University Extension Activity, Jardim São Remo and an Educational Institution – Challenges in Creating a Common Field of Work

**ADRIANA MARCONDES MACHADO**  
**LAURA ALBUQUERQUE AZEVEDO**

**97** A Extensão Universitária em História através da Elaboração de Instrumentos de Pesquisa

The University Extension in History through the Preparation of Research Instruments

**DENISE APARECIDA SOARES DE MOURA**

**109** Acesso à Justiça em um Projeto de Extensão Universitária – um Estudo da Conciliação Extrajudicial na Resolução de Conflitos e Mudança Cultural

Access to Justice in a University Extension Project – a Study of Extrajudicial Conciliation in Conflict Resolution and Cultural Change

**IDIENE APARECIDA VITOR PROENÇA PÁDUA**  
**PAULO DE TARSO OLIVEIRA**

**OPINIÃO**

OPINION

**125** Errar Todos os Seres Erram, Persistir no Erro é Humano

Mistake Everyone Does, to Insist on the Error is Human

**DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI**

**131** INSTRUÇÕES PARA O PREPARO E ENCAMINHAMENTO DOS TRABALHOS

INSTRUCTIONS FOR PREPARING AND FORWARDING OF PAPERS

# EDITORIAL

## Editorial

**Este número da Revista de Cultura e Extensão USP se dirige a tema controverso e complexo: o consumo excessivo de álcool e drogas, que tem ocorrido durante atividades festivas, ocasionando casos de violência e, tragicamente, resultando até na morte de adolescentes e estudantes. Um problema dramático e inaceitável, que reflete algo que atinge e aflige a sociedade como um todo, inclusive a USP.**

Para tratar do tema a partir do olhar de um especialista no assunto, a Revista entrevistou por intermédio de Isadora Vitti, da Escola de Comunicações e Artes, o Prof. Dr. Arthur Guerra de Andrade, supervisor geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina (GREAFM-USP). A análise franca das causas que, em sua opinião, explicam tais ocorrências, e a atitude firme em defesa da sua prevenção, que inclui a cobrança de uma atenção maior da Universidade ao problema, se constitui num testemunho da maior relevância para que o assunto seja discutido com serenidade, visando a medidas adequadas para prevenir e, possivelmente, resolver o problema, sem necessariamente ocorrer a adoção de medidas proibitivas.

Ou seja, com a esperança da existência de atividades festivas, sem mortes, tristeza e sofrimento das famílias atingidas, como vem ocorrendo em proporções assustadoras e tem sido exploradas comercialmente pela mídia pelo mundo afora, que aumentam a insegurança da população e geram uma autêntica "era do medo", tão ou mais impactante em termos planetários quanto a do gelo ou, agora, do aquecimento global.

As atividades devem ocorrer de forma segura e livre do fantasma da "cultura da violência", imposta a terceiros e, em muitos casos, auto-infligida, o que aumenta a sensação de insegurança, particularmente em locais públicos voltados aos mais elevados anseios da sociedade: um ambiente de aprendizagem superior gratuito, administrado de forma democrática e criador de cidadãos éticos e responsáveis, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas em clima de convívio social harmonioso e humano, no melhor sentido do termo.

O objetivo desta linha proativa de atuação deve ser, em última análise, engrandecer o papel social da nossa Universidade, estimulando um comportamento ético baseado na cooperação, como tão bem arguiu a Profa. Dra. Diana Pozzi na seção *Opinião*, que está neste número 13 da Revista.

BRUNO ROBERTO  
PADOVANO

Universidade de São Paulo.  
Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo, São Paulo, Brasil

Nesta mesma linha apaziguante e em busca de soluções criativas e inovadoras para uma sociedade melhor, apresenta a revista dois textos referentes ao Programa de Editais da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU-USP), e, em seguida, seis artigos de elevada qualidade, que tratam de assuntos diversos, no entanto convergentes pela sua relevância social.

O primeiro texto da seção da PRCEU, *Memórias da Universidade: Lapsos e Lembranças*, por Fernanda Arêas Peixoto, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), trata das suas reflexões enquanto participante do Seminário Balanços e Perspectivas, realizado na USP em 2014, que culminam na indagação se, a partir da avaliação da produção apresentada no seminário, "não seria possível refletir sobre outras formas de aproveitamento desses materiais de modo a salientar suas possíveis repercussões sobre práticas e produções em curso".

O segundo texto desta seção, *Editais de Intercâmbio e Difusão Científica: Uma Aproximação entre Arte, Ciência e Cotidiano*, a autora, Patricia Moran, da ECA, reflete sobre o potencial de integração de saberes oriundos de diversas áreas do conhecimento, promovido pelos editais, ao reconhecer com clara satisfação que, neste contexto, "a ciência e a arte se reconciliam novamente".

Já o artigo, *Internet como Esfera Pública Global e o Papel Atual dos Parlamentos no Processo Legislativo*, de autoria de Rubens Beçak e João Victor Rozatti Longhi, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, discute a evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e sua aplicação em processo democráticos mais efetivos, enfatizando que "é necessário o aprofundamento do estudo acerca das potencialidades da Internet, bem como dos desafios para sua promoção e desenvolvimento".

*Registros das Terras Indígenas de Rondônia por meio de Mapas Mentais* é outro importante artigo de autoria de Maria Lucia Cereda Gomide e Alex Mota dos Santos, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus Ji-Paraná. Os autores apresentam os resultados de levantamentos biogeográficos realizados em reservas indígenas no estado, já que, segundo eles, "torna-se fundamental que sejam feitas propostas pelos próprios indígenas, sobre o uso e manejo dos recursos naturais de seus territórios, assim os levantamentos pesquisados podem contribuir para a discussão e a elaboração dos planos de gestão das terras indígenas".

O terceiro artigo *Educar Para o Mundo: Experiência Extensionista Popular para Direitos Humanos e Migrações*, dos autores Allan Greicon Macedo Lima, Ana Carolina Mazzolini, Augusto Malaman, Augusto Veloso Leão, Caio Mader, Carolina Takahashi, Claudio Cavalcante, Guilherme Arosa Otero, Gistavo Pereira, Hugo Salustiano, Martin Egon Maitinho, Natalia Lima de Araújo e Philip Willians do Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP), foca a questão da inserção em escolas locais de crianças de famílias de imigrantes latino-americanos no Brasil (no caso, bolivianas), chegando a conclusão que o "espaço de formação do estudante e pesquisador tanto na temática da imigração, quanto nas questões relacionadas à extensão comunicativa, ao diálogo horizontal como método e aos debates sobre autogestão e educação popular desenvolvem habilidades pessoais e profissionais que permitem uma visão crítica sobre a realidade e aumentam a possibilidade de uma atuação transformadora na sociedade".

Já em *A Atividade de Extensão Universitária, o Jardim São Remo e uma Instituição*

*Educacional – Desafios na Criação de um Campo Comum de Trabalho*, de Adriana Marcondes Machado e Laura Albuquerque Azevedo, do Instituto de Psicologia (IP-USP), as autoras relatam que seu trabalho extensionista no Espaço Girassol está comprometido com o caráter público da Universidade e, com pequenas ações corretivas, como referem em seu comentário: "perceber-se nessa engrenagem e refletir os pequenos gestos e trabalhos que realizamos, priorizando a necessidade de criação conjunta do sentido do trabalho, permite desconstruir, criar brechas naquilo que tem nos afastado da função pública da extensão".

O quinto artigo, *A Extensão Universitária em História através da Elaboração de Instrumentos de Pesquisa*, por Denise Aparecida Soares de Moura, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, sobre a correspondência entre as capitanias do Brasil e o Conselho Ultramarino em Lisboa nos séculos XVII e XVIII apresenta a pesquisa histórica realizada e argumenta que "a formação de catálogos de referência de documentos de valor histórico-cultural é, portanto, um importante campo de desenvolvimento da extensão universitária em História" e que catálogos "de documentos são ferramentas de pesquisa que podem ser usadas tanto por acadêmicos, como por professores do ensino médio e agentes culturais".

Finalmente, o artigo *Acesso à Justiça em um Projeto de Extensão Universitária – Um Estudo da Conciliação Extrajudicial na Resolução de Conflitos e Mudança Cultural*, dos autores Idiene Aparecida Vitor Proença Pádua, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Fundação de Ensino Superior de Passos, e Paulo de Tarso Oliveira, do Centro Universitário de Franca, analisa o Programa de Atendimento Itinerante Jurídico Social (PAIJUS) e os resultados do evento extensionista realizado pelos autores no município de Passos-MG, no bairro Nova Califórnia, para avaliar os principais problemas sociais e jurídicos de sua população, e que conclui que a "Universidade, assim, exerce um importante papel, não só construção de um futuro profissional reflexivo e comprometido com os deveres da cidadania, mas também de uma sociedade mais esclarecida, consciente e emancipada, que poderá contribuir para o desenvolvimento social da região onde se insere".

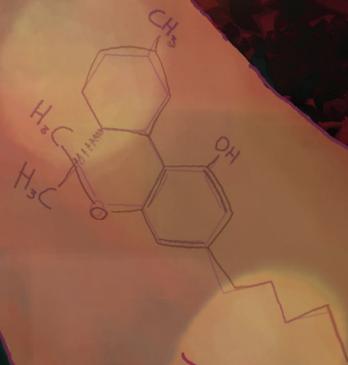
Diante deste conjunto qualificado de ações e reflexões analíticas/propositivas apresentadas pelos diversos autores dos textos aqui reunidos, torna-se possível vislumbrar, mediante o louvável trabalho de pesquisadores de diversas universidades que apresentaram seus trabalhos para publicação nesta edição, que existem processos cooperativos capazes de avaliar cientificamente várias situações pontuais de conflito social, como é o caso do consumo exagerado de álcool e drogas em festas, propondo soluções inteligentes e sensíveis para lidar com a realidade social, de forma humana e construtiva.

**BRUNO ROBERTO PADOVANO** professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: brpadovano@gmail.com



ENTREVISTA **interview**

JULIA KAFFKA CHIBERIA





# Precisamos Falar sobre Álcool e Drogas nas Universidades

## Time to Talk About Drugs and Alcohol Inside the Universities

**A morte de estudantes universitários por ingestão de drogas e álcool, e a recente proibição de festas e bebidas alcoólicas dentro da USP, trouxeram à tona questões importantes sobre o uso excessivo de álcool e drogas na universidade. Quais as motivações que levam os estudantes a esse consumo? Que influência tem o ambiente da faculdade nessa prática?**

O Prof. Dr. Arthur Guerra é supervisor geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP (GREA-FM-USP), que desenvolve trabalhos de pesquisa, ensino, prevenção e assistência nessa área. Em entrevista para a *Revista de Cultura e Extensão USP*, ele discute as motivações que levam os estudantes a ingerirem álcool e drogas, quais podem ser as consequências para suas atividades acadêmicas e o que deve ser feito pelas universidades na prevenção e forma de lidar com essa prática.

ISADORA VITTI

Universidade de São Paulo.  
Escola de Comunicações e  
Artes, São Paulo, Brasil



ARTHUR GUERRA DE  
ANDRADE

é supervisor geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA-FM-USP) e professor associado da Faculdade de Medicina da USP.

**Revista de Cultura e Extensão USP** – *Em festas universitárias não são raros os casos de estudantes que passam mal ou precisam ser hospitalizados devido ao consumo excessivo de álcool ou drogas. Quais são os motivos que levam os estudantes a ingerirem uma dose abusiva de álcool, sabendo que isso pode ser prejudicial à sua saúde? E quanto ao uso de drogas?*

**Arthur Guerra de Andrade** – Para um estudante ingerir uma dose letal de álcool, acho que ocorre uma associação de fatores. Um fator é a desinformação. Ele acha que esse padrão de beber não vai matá-lo. O segundo fator, que acho muito importante, é uma certa onipotência que os estudantes universitários têm. Os universitários vêm aqui e falam assim: “Doutor, eu sou corpo fechado”. “A bebida mata os outros, eu não”. Eles acham que podem ter relações sem camisinha, dirigir o carro em alta velocidade que, assim, não serão pegos pelo radar, podem beber mais porque não haverá nenhum problema em relação a isso. E, por último, eu acho que tem o fator da pressão do grupo. O grupo faz força pra o jovem beber mais, dá apoio, ele não consegue dizer não, e em uma dessas, bebe uma dose excessiva, uma dose que leva ao coma alcoólico, e ele morre. A pressão de grupo não é um ato conscientemente prejudicial, esses jovens não têm intenção alguma de fazer mal ao colega, mas acreditam que beber assim faz parte da experiência universitária, e acham divertido. Eu acho que a desinformação, a onipotência e a pressão de grupo são os fatores mais importantes e de maior influência para o consumo de álcool em excesso. A questão das drogas já tem outro ponto. Com as drogas, há certa curiosidade, algo assim: “Eu não quero morrer. Eu não vou usar droga pra morrer, é só pra ver como é”. Não tem uma pressão de grupo, mas certa facilitação e sedução: “Olha, eu usei e é legal!”. E ele acha legal mesmo, não tem uma maldade aí atrás. O que existe é uma curiosidade com esse convite, em geral feito por pessoas próximas, amigas, pessoas em que o universitário confia, e em geral é para ter aquela vivência curta, mas não com uma expectativa de ficar usando pra criar uma dependência: “Eu não quero ser dependente.

Eu estou na faculdade, eu quero levar minha vida”. Isso também pode acontecer quando a pessoa está numa situação um pouco mais difícil, que apresenta quadros de depressão ou ansiedade ou até o nível de estresse exacerbado e dificuldade em lidar com isso, e a droga entra como se fosse uma muleta para essa ocasião.

**RCE** – *Quais são as consequências do consumo de drogas e álcool para os estudos a curto e longo prazos?*

**AGA** – A curto prazo depende da quantidade e do tipo de droga que ele esteja usando. O indivíduo pode apresentar um quadro de intoxicação e ficar vulnerável a situações de risco, especialmente acidentes, como no caso dos acidentes de trânsito. O sexo não consensual também é uma das consequências. Também pode acontecer o fato ao qual damos o nome de “blecaute” ou “amnésia alcoólica”: A pessoa fala, faz algumas coisas e depois não se lembra do que fez, tem um apagamento, que pode ser de todo o período vivenciado ou fragmentos dele. A médio e longo prazos existe uma situação na qual o universitário não consegue manter a atenção e o foco nos estudos, especialmente porque, com o uso constante, todo mundo acaba tendo dificuldades de concentração, alterações de memória (a memória dele começa a falhar), e atenção. Ora, se o estudante tem uma dificuldade na concentração, na memória e na atenção, ele terá dificuldades de entender e aprender as coisas novas que estão sendo ensinadas na universidade. A não ser que ele ou ela seja um gênio: “Eu não preciso de universidade. Aliás, eu não sei nem o que eu estou fazendo aqui”. No curso de Medicina há alguns assim. “Eu tenho 17 anos, passei no vestibular, e não sei por que estou aqui”. Mas você não precisa aprender a dar ponto? Você não precisa saber sobre os dentes? “Não, isso eu encontro na internet”. Você não precisa aprender como funciona o remédio? “Não”. Essa onipotência acaba resultando em uma situação de rendimento deficitário em relação aos estudos. Além disso, vale lembrar que com o hábito de beber e ficar embriagado com frequência, o jovem gasta muito tempo útil tanto no período em que usa o álcool, como para se recuperar dos efeitos.

**RCE** – *De que forma o ambiente da faculdade influencia no consumo de drogas e álcool? A faculdade inicia os estudantes nesse consumo ou dá continuidade a um hábito anterior?*

**AGA** – Não é a faculdade que inicia, quem inicia é o sujeito. A faculdade às vezes favorece experiências novas àquele jovem que veio da escola, do 2º grau, e então estava um pouco limitado, estudando o tempo todo, com os pais no pé. Ele entra na faculdade e encontra um mundo novo para diversas coisas! Um mundo novo para sentimentos diferentes, para emoções diferentes, um mundo novo para esportes diferentes, para uma vida sexual mais intensa, enfim, um mundo propício pra experimentar coisas novas, inclusive as drogas. É a faculdade que “empurra”? Não, acho que já está presente no jovem a vontade, aquela curiosidade... A faculdade pode facilitar, mas não acho que seja ela quem “empurra” o estudante para o consumo de drogas. Os amigos podem até ajudar, mas é o sujeito que quer passar pela experiência. Eu não acho que exista essa pressão de “Usa, usa, usa”. É mais: “Meus primos usam, meus amigos usam, meus irmãos mais velhos usam...” Ele só deseja saber como é. A esse primeiro contato a gente dá o nome de “batismo”. É o primeiro contato que o indivíduo tem com as drogas.

**RCE** – *O senhor acha que faltam políticas claras e campanhas educativas efetivas acerca do tema? Quais as políticas públicas que devem ser adotadas pelas universidades?*

**AGA** – Eu acredito que faltam políticas claras em relação a esse tema, políticas sobre como as universidades em geral – e a USP, especialmente – podem abordar o assunto em termos de três grandes áreas. Uma área é a Política. Como se pode lidar com esse assunto? Pode ou não pode o uso de drogas dentro da Universidade? Pode para alguns, não pode para outros? Professor pode, aluno não pode? Pode ter vinho em festas, comemorações, defesas de doutorado

**A FACULDADE PODE FACILITAR, MAS NÃO ACHO QUE SEJA ELA QUE “EMPURRA” O ESTUDANTE PARA O CONSUMO DE DROGAS. OS AMIGOS PODEM ATÉ AJUDAR, MAS É O SUJEITO QUE QUER PASSAR POR ESSA EXPERIÊNCIA.**

e concursos? A Universidade precisa se posicionar em relação a isso. Evidentemente, seguindo as leis definidas pelo e para o país. Há uma lei que fala que não se pode beber e dirigir: “ah, mas na Universidade pode?”. Não pode usar maconha: “Ah, mas na USP pode?”. É preciso uma política que esteja discriminada, debatida e que seja consensual entre professores, funcionários e alunos, seguindo a lei.

O segundo ponto é a prevenção. Eu acredito que a Universidade deve oferecer um programa de prevenção, informação e educação. A droga faz mal? Por que faz mal? Como faz mal? Maconha faz mal ou faz bem? Qual é a referência que a Universidade tem em relação a isso? A Universidade quer que os alunos usem drogas? Não quer? Então, como é feita a prevenção? Qual é o papel do professor, dos pais, e de cada uma das unidades de ensino?

Por fim, temos o terceiro bloco, que é o tratamento. Como podemos oferecer tratamento de forma atraente e acessível para os alunos, professores e funcionários da Universidade que enfrentam problemas com álcool, maconha, crack, cocaína... Onde está esta oferta? Evidentemente, a oferta tem que ser baseada em cima de conceitos científicos, conceitos fortes que têm o padrão USP de credibilidade.

**RCE** – *Nesse âmbito, o GREA é centro de referência no Brasil em distúrbios de saúde por uso indevido de álcool e drogas. Como ele atua nos programas assistenciais?*

**AGA** – A vocação do GREA, nesses 34 anos de existência, é primordialmente assistencial. Nós temos um serviço de excelência nesse campo, com atividades voltadas ao tratamento em ambulatório ou para pacientes em um quadro mais grave que precisam de uma internação. Temos ainda a terapia individual, em grupo, familiar... Nosso atendimento entende que cada paciente apresenta necessidades individuais que precisam receber atenção direcionada (uns são usuários de maconha e encontrarão uma

forma de atendimento, outros são dependentes de álcool e serão tratados de acordo com outras diretrizes, e além de diagnósticos diversos, cada pano de fundo que propicia o surgimento dos problemas por uso de substâncias é diferente). Trabalhamos essa visão de atendimento, é algo que está “no nosso sangue” e do Hospital das Clínicas.

Outra linha de trabalho é a prevenção. Nós trabalhamos, especialmente agora, com os universitários com o objetivo de fazer uma divulgação precoce dos problemas de álcool e drogas. E uma terceira forma são as pesquisas. Nós contamos com estudos de alunos de mestrado, doutorado e iniciação científica que propiciarão embasamento e, portanto, uma musculatura maior para as nossas ações.

**RCE** – *E quais são as pesquisas que estão sendo desenvolvidas atualmente pelo GREA?*

**AGA** – Uma pesquisa forte em desenvolvimento é sobre os motivos pelos quais universitários escolhem o uso de álcool, e, já nos primeiros contatos, temos uma resposta significativa nesse sentido. Por que alguns universitários vão ter o contato com álcool e começar a beber intensamente

já no primeiro ano, tendo a chance de se tornarem dependentes ou apresentarem problemas relacionados mais tarde? Os estudos indicam que implicações em nível de enzimas e fatores genéticos favoreceriam essa resposta diferenciada ao uso de álcool. A partir das evidências, há um estudo também para desenvolver uma intervenção direcionada para os alunos mais vulneráveis.

Uma segunda pesquisa que nós estamos desenvolvendo é sobre as razões que fazem com que o aluno corra maiores riscos de ter quadros de blecautes alcoólicos. Um terceiro assunto importante é sobre o uso de tabaco. Quase 20% de estudantes na USP usam tabaco, ou seja, de cada cinco alunos, um é fumante. E pior, alguns começam a fumar dentro da

universidade! Então, essa pesquisa visa identificar as razões para tal comportamento.

Também estamos desenvolvendo pesquisas sobre as razões pelas quais alguns dependentes de álcool que possuem alguma doença hepática – uma hepatite ou cirrose alcoólica, por exemplo –, e sabem que não podem beber... continuam bebendo! O que está por trás disso? É um comportamento comparável ao suicídio ou ele acha que não vai morrer? Nós estamos investigando isso. E por fim, pesquisamos o papel da educação física e dos exercícios na recuperação de pessoas com dependência química.

**RCE** – *Qual é o perfil dos estudantes que procuram tratamento na Enfermaria de Comportamentos Impulsivos do GREA?*

**AGA** – Geralmente é o estudante que tem um problema agudo e grave, normalmente porque usou uma droga nova, sintética. Ao usar uma droga como essa, eles têm uma “bad trip” – uma má viagem, em tradução literal –, que é uma reação negativa. Obviamente que todo mundo usa a droga esperando que a experiência seja boa. Ninguém usa a droga para ficar mal, mas tem um

grupo que vai usar a droga e não vai ter prazer. Algumas pessoas apresentam um quadro chamado ataque de pânico, não raro após uso de maconha, em que o indivíduo fica desesperado e acha que vai morrer ou ficar louco. Outros têm quadros paranóicos, pensam que pessoas ou policiais vão pegá-los e investigá-los, ou ainda existem aqueles que começam a ficar tristes, chorosos e desenvolvem ideias negativas e alarmistas, em que a morte é uma saída. A enfermaria recebe esses alunos, acolhe, trata, e os mantém sob observação, porque, com essas ideias negativistas, às vezes de culpa e até de suicídio, fica muito difícil eles permanecerem nos ambientes em que vivem. Nós oferecemos tratamento ao jovem para que, depois da alta, ele então siga com sua vida,

**A VOCAÇÃO DO GREA, NESSES 34 ANOS DE EXISTÊNCIA, É PRIMORDIALMENTE ASSISTENCIAL. NÓS TEMOS UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA NESSE CAMPO, COM ATIVIDADES VOLTADAS AO TRATAMENTO EM AMBULATÓRIO OU PARA PACIENTES EM UM QUADRO MAIS GRAVE QUE PRECISAM DE UMA INTERNAÇÃO. TEMOS AINDA A TERAPIA INDIVIDUAL, EM GRUPO, FAMILIAR...**

tentando se reinserir em sua rotina.

**RCE** – *CISA é o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, que tem como objetivo fornecer informações de qualidade sobre o álcool e seus desdobramentos na área de saúde. Como ele funciona?*

**AGA** – O CISA é uma ONG que tem como principal missão oferecer informações científicas atuais, embaixadas e consistentes nesse binômio saúde-álcool. Ele trabalha muito para a comunidade e trabalha com projetos específicos. Produzimos, por exemplo, uma cartilha que abordava como os pais devem falar do assunto “álcool” com os seus filhos. Nós segmentamos isso em idades diferentes: dos 6 aos 10, dos 11 aos 14, dos 14 aos 16. Como é a linguagem que os pais devem adotar?

O CISA muitas vezes apoia pesquisas acadêmicas, especialmente ligadas à Universidade de São Paulo. Uma pesquisa específica sobre um tema, como por exemplo, o álcool e os diferentes tipos de bebidas alcoólicas (cerveja, vinho, cachaça, whisky).

E o CISA trabalha agora com uma aproximação maior com órgãos como a OMS – Organização Mundial da Saúde. O que a OMS pensa sobre o assunto álcool? Como a gente pode divulgar as publicações da OMS pra toda a população? É dessa forma que o CISA trabalha.

Na verdade, o centro procura se aproximar da universidade, utilizando seus recursos – especialmente recursos intelectuais –, e também trabalha junto a empresas, com doações de empresas para que ele possa sobreviver. Tudo isso voltado para a divulgação de publicações científicas. O CISA faz essa integração entre empresa, universidade e governo.

**RCE** – *Em 2010 foi realizado o I Levantamento Nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários nas 27 capitais brasileiras. Quais foram os resultados apontados?*

**AGA** – Descobriu-se que a maioria dos universitários do Brasil bebe, e que uma parcela significativa deles usam drogas, alguns usam muito. Bebem sim, e aparentemente, eles bebem mais a cada ano. Não há diferenças significativas entre universidades particulares e públicas: em todas, bebe-se da mesma forma.

O uso de maconha é grande: de cada quatro, um fuma maconha. O uso de anfetaminas é um problema sério, especialmente para mulheres que querem perder peso. O que nós não encontramos, felizmente, foi o uso de crack, que ficou em apenas 0,1%. De fato, o crack inviabiliza a faculdade. São quase excludentes: na medida em que o quadro de dependência em geral é tão forte, associado a outros aspectos de pior evolução, o indivíduo não teria um comportamento

suficientemente organizado para frequentar a universidade – embora raro, não é impossível ver isso acontecer em alguns casos.

**RCE** – *A pesquisa foi dividida por áreas de estudo. Qual a área que consome mais drogas?*

**AGA** – A pesquisa foi dividida em três áreas: Humanas, Exatas e Biológicas. Antes da pesquisa, apostávamos que a área de Humanas usaria mais, mas descobrimos que, na verdade, a área de Biológicas é a maior consumidora de drogas. Dentre as faculdades pesquisadas em todo o Brasil, as faculdades de medicina têm os índices mais altos. E pior: do primeiro ao sexto ano do curso médico, o consumo de drogas aumenta. Eles entram na faculdade usando pouco e saem usando bastante. Ou seja, o conhecimento que eles adquirem durante o curso não funciona como uma blindagem, não é um fator de proteção para que depois eles não façam uso.

**RCE** – *E por que o senhor acha que isso acontece, já que eles têm maior conhecimento sobre álcool e drogas?*

**AGA** – Não temos uma resposta definitiva, apenas

algumas suposições. Uma delas é a de que o curso médico é um curso muito estressante. Todos os cursos são, mas no curso médico, o aluno acaba enfrentando situações delicadas. Por exemplo: hoje é terça-feira, sete da manhã. O aluno do quinto ou sexto ano começou a dar plantão, que segue até as sete da noite. À noite, ele dá mais um plantão, das sete da noite às sete da manhã. E no dia seguinte, na quarta-feira de manhã? Tem plantão normal. É uma rotina que, às vezes, não tem descanso.

Além disso, é um curso no qual muitas vezes o aluno lida com a morte. A morte faz parte do cotidiano. E esse aluno, sem ser médico ainda, tem que falar para o paciente que ele está com AIDS, que ele vai morrer, ou que tem câncer... e ele não tem estrutura pra isso. Por isso, a frustração faz parte do curso médico. E os estudantes de medicina já têm consciência de que muitas vezes esses sentimentos podem ser driblados ou manipulados pelo uso de uma substância psicoativa, como o álcool e outras drogas. Ele receita um remédio para o paciente ter sono, por exemplo, e vai lá, pega o mesmo remédio e toma ele mesmo. Essa postura é muito ruim e faz com que ele fique facilmente vulnerável para utilizar substâncias ilícitas.

**RCE** – *Os resultados do I Levantamento também podem ser observados nas universidades internacionais? Nesse âmbito, quais são as ações do ICAA (International Council on Alcohol and Addictions)?*

**AGA** – As universidades internacionais têm um padrão de uso de droga como o que nós temos aqui, respeitando a cultura. Se a cultura da região onde está a universidade é uma cultura mais alcoólica, então o álcool vai ser mais usado na universidade. Se a cultura da sociedade em que se insere a universidade é mais liberal e autoriza o uso da macinha, a universidade vai repetir essa mesma cultura. O ICAA é uma ONG como se fosse o CISA, mas é uma ONG internacional, e tem como função

principal dividir essas informações e fazer uma troca de experiências entre pesquisadores do mundo todo para ver o que cada um está fazendo, e como um pode colaborar na ação do outro nesse relevante tema para a saúde pública.

#### **Sobre o GREA:**

O programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREA) se caracteriza por possuir uma abordagem multidisciplinar, com equipe formada por psiquiatras, psicólogos, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo. O grupo é considerado hoje um Centro de Excelência para Tratamento e Prevenção de Drogas, pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD. Saiba mais em: [www.grea.org.br](http://www.grea.org.br)

#### **Sobre o ICAA:**

ICAA é uma das ONGs mais antigas e prestigiadas do mundo e tem como missão prevenir e reduzir o uso nocivo do álcool e outras drogas, com ações voltadas para o indivíduo, famílias e sociedade. Composta por membros de diferentes áreas do conhecimento de diversos países, possui relação oficial com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e contribui com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Saiba mais em: [www.icaa.ch](http://www.icaa.ch)

cimento de diversos países, possui relação oficial com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e contribui com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Saiba mais em: [www.icaa.ch](http://www.icaa.ch)

#### **Sobre o CISA:**

O CISA foi idealizado em 2003 pelo professor Arthur Guerra de Andrade, com o objetivo de criar um banco de dados específico, confiável e de fácil acesso sobre o álcool e seus desdobramentos na área da saúde. Saiba mais em: [www.cisa.org.br](http://www.cisa.org.br)

**ARTHUR GUERRA DE ANDRADE** supervisor geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (GREA-FM-USP), presidente executivo do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA) e presidente do International Council on Alcohol and Addictions (ICAA) – e-mail: [aandrade@usp.br](mailto:aandrade@usp.br)

**ISADORA VITTI** graduanda em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e repórter da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: [vittidora95@gmail.com](mailto:vittidora95@gmail.com)





ESPECIAL: PROGRAMAS DE EDITAIS DA PRCEU

Feature: Projects and Proposals for the PRCEU's Calling



# Memórias da Universidade: Lapsos e Lembranças

## University's Memories: Lapses and Remembrance

### RESUMO

O texto se detém sobre os projetos contemplados pelo *Edital Memória* lançado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, de modo a realizar um balanço crítico das propostas, em função de seus pontos comuns e de alguns silêncios, esperando iluminar perspectivas futuras. Fruto de uma intervenção realizada no seminário *Balanço e Perspectivas* (USP, novembro de 2014), ele mantém deliberadamente o tom de exposição oral, tal como foi concebido.

**Palavras-chave:** Edital *Memória* USP. Patrimônio Universitário. Cultura, Memória e Identidade. Acervos e Documentos.

### ABSTRACT

The text observes the contemplated projects of the *Edital Memória*, presented by the Provost for Culture and Extension of the University of São Paulo, in order to produce a critical analysis of the proposals, according to the common points and some silences, expecting to illuminate future perspectives. As a result of an intervention held at the seminary *Balanço e Perspectivas* (USP, November 2014), it has sustained deliberately the aspects of the oral exposition, just as it was conceived.

**Keywords:** Notice *Memória* USP. Academic Heritage. Culture, Memory and Identity. Collections and Documents.

**Este texto possui história e motivações precisas que merecem ser indicadas** para que faça sentido, tanto a forma oral, que deliberadamente possui, quanto o teor dos argumentos apresentados. Trata-se de uma reflexão motivada pelo seminário *Balanço e Perspectivas*, organizado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão em novembro de 2014, que previa uma avaliação dos projetos contemplados pelos editais lançados

FERNANDA ARÊAS  
PEIXOTO

Universidade de São Paulo.  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Brasil

nos anos anteriores (2012 e 2013), voltados para a preservação de acervos, memórias e monumentos da Universidade de São Paulo. A minha intervenção em uma das sessões do seminário tinha como objetivo definido de antemão: realizar um balanço dos trabalhos contemplados por um dos editais, o *Memórias USP*, trabalhos que auxiliiei a selecionar como membro de uma das comissões julgadoras. Dessa forma, e antes de qualquer outra coisa, agradeço ao convite feito para participar de todo o processo, da avaliação ao balanço final, processo que trouxe novos aportes às minhas próprias pesquisas e reflexões individuais, parte delas relacionadas à Universidade.

Vale a pena insistir sobre os inegáveis méritos da iniciativa, voltada ao estabelecimento de políticas dirigidas ao patrimônio universitário, e na grande recepção que ela obteve junto à comunidade acadêmica, mostram as 213 propostas apresentadas, originárias das mais diversas unidades da USP. Lembremos também que dos três editais, o *Memória* foi o menor deles, em termos de recursos e de número de projetos aprovados: estamos falando aqui de 23 concessões em um universo de 55 propostas enviadas para exame\*. E é sobre este conjunto de projetos que pretendo me deter brevemente; trata-se, insisto, de uma apreciação empreendida a partir das propostas e não de seus resultados.

Um olhar panorâmico sobre esse material deixa ver alguns de seus traços mais salientes. De um ponto de vista geral, estamos falando de projetos provenientes das áreas de ciências humanas (17 dos 23), o que nos leva a pensar, de saída, que assuntos e políticas de memória mobilizam fundamentalmente o domínio das artes e das humanidades. Se isso é verdade, os contemplados se distribuem por unidades e setores variados\*\*: das 23 propostas, cinco são originárias da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH); duas da Faculdade de Educação (FE); duas da Reitoria; e as demais se distribuindo por diferentes unidades: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Museu de Arte Contemporânea (MAC); Orquestra Sinfônica da USP; Museu Paulista e Faculdade de Psicologia. Diante desse quadro, considero que um dos desafios que se coloca para iniciativas futuras é conseguir sensibilizar as demais áreas do conhecimento, alargando e diversificando o escopo das demandas.

Apoiada nesse corpus preciso, e aproveitando minha própria experiência como avaliadora dos projetos, a intenção aqui é destacar certas trilhas recorrentes e alguns silêncios observados nas proposições, que serão trazidos à baila não com vistas a cobrar deslizes ou omissões, mas para lançar uma reflexão – de clara dimensão auto-reflexiva, como mencionei antes – sobre o que tendemos a incluir e a desconsiderar quando falamos em memória da Universidade. Na mesma direção, é importante salientar que as eventuais referências a projetos específicos ao longo do texto não visam nomear àqueles considerados “melhores” ou “piores”, funcionando apenas

---

\*Ao edital de *Preservação de Acervos e Patrimônio Cultural* foram submetidas 110 propostas, das quais 67 foram contempladas; 58, por sua vez, se apresentaram ao edital de *Intercâmbio de Atividades de Cultura e Extensão*, tendo sido 39 aprovadas.

\*\*Garantir a diversidade institucional foi, aliás, uma das preocupações da comissão avaliadora.

como um modo de aproximar o leitor dos projetos em exame – todos eles, aliás, de interesse inquestionável. Estas notas fornecem assim um retrato sintético, composto em função de traços gerais, esperando contribuir para animar o debate e, sobretudo, para orientar perspectivas futuras, o que me parece ser o aspecto mais importante.

## BALANÇO

Aproximando o foco do material disponível, é possível avançar na apreensão de sua matéria. Vemos, assim, como os projetos contemplados cobrem o arco de objetivos definidos pelo edital em questão: memória das instituições e institutos que compõem a universidade; memória dos seus espaços; memória da produção científica, artística e cultural; e memória sociocultural dos diversos grupos sociais que a universidade abriga. Isso se deve, claro, à atuação da comissão avaliadora, atenta ao ponto, mas, sobretudo, ao conteúdo substantivo das propostas, que permitiu atender às prioridades definidas pelo programa.

Gostaria de sublinhar o que julgo ser um ponto forte dos projetos: o seu interesse pelas mais variadas expressões da produção científica: produção docente e discente; teses, revistas, anuários, imagens e documentos de ocasião (relatórios, memoriais, trabalhos de cursos, projetos de pesquisa, planos de aulas, cadernos de campo etc.). Quer dizer, os projetos mostram uma compreensão ampliada do que é produção universitária, relacionando-a ao dia-a-dia da universidade, aos professores, mas também aos alunos e funcionários, e ainda a outros grupos sociais aí atuantes<sup>\*\*\*</sup>. As propostas incluem a pesquisa, em seus diferentes níveis e resultados – teses, livros e bibliotecas –, mas também a docência (cursos regulares e extracurriculares) e as produções que têm lugar em sala de aula (aulas magnas e trabalhos escolares), nos conduzindo a uma compreensão alargada de patrimônio universitário, pela valorização de práticas, produções, acervos e experiências ordinárias, algumas difíceis de serem captadas, como o burburinho das agremiações estudantis, o cotidiano dos funcionários e certas experiências individuais, que os arquivos pessoais e depoimentos auxiliam a conhecer.

Mas se tal perspectiva ampliada se faz notar na consideração das produções e produtos da universidade, quando se trata da recuperação de personagens específicos da vida universitária, docentes e discentes, nota-se uma certa redução do foco. A tendência neste caso é tomar aqueles que se tornaram célebres, os que ganharam notoriedade dentro ou fora da Universidade: alunos que se converteram em artistas conhecidos (cartunistas, cineastas, críticos e compositores) ou docentes/ pesquisadores que deixaram grandes obras, reconhecidas dentro e fora da universidade, dentro e fora do país.

Diante disso, pergunto se não seria possível, aí também, expandir a perspectiva,

---

<sup>\*\*\*</sup>Por exemplo, o grupo de capoeira *Guerreiros da Senzala*, na origem do Núcleo de Cultura e Extensão em Artes Afro-brasileiras da USP, objeto de um dos projetos apresentados, ou os músicos engajados na Orquestra Sinfônica da universidade, cuja história é o foco de interesse de um outro projeto.

incluindo de forma mais sistemática personagens localizados nos “bastidores”. A questão, vale observar, nada tem a ver com a defesa de figuras de menor notoriedade, na linha da “história dos vencidos”, mas busca indagar se esses outros nomes, que acabaram longe do proscênio, não poderiam nos conduzir à compreensão de dimensões fundamentais da vida universitária, deslocando os caminhos comumente percorridos e, mais uma vez, ampliando o entendimento do patrimônio universitário.

O exame dos materiais leva a pensar também em outros silêncios dos projetos, sobre as quais pode ser interessante refletir. Chama a atenção, por exemplo, os documentos burocráticos, ausentes das propostas e, salvo engano, dos nossos trabalhos e pesquisas de modo geral. São pareceres, despachos, solicitações, formulários, relatórios, planos departamentais, entre outros, papéis colados às rotinas comezinhas, que circulam entre setores e salas até virarem “arquivo morto”, literalmente enterrados em caixas de papel pardo depositadas no alto dos armários. Documentos sem glamour, é verdade, mas que proliferam na universidade hoje e que ocupam grande parte de nosso tempo. Não seriam eles parte da produção universitária, matéria fundamental para a compreensão da Universidade e para o traçado de sua memória?

Levar a sério esses objetos desencantados, olhando-os não como antíteses da produção científica, mas como “artefatos do conhecimento”, é o que propõem Annelise Riles e seus colaboradores [5], que ousam uma “etnografia dos documentos”, analisando-os do ponto de vista de sua forma e conteúdo. Registros de entrada de prisioneiros em Papua Nova Guiné; cartas de recomendação de uma fundação norte-americana; escritos produzidos por ocasião de uma missão universitária; o documento final de uma grande conferência internacional; prontuários médicos, entre outros, compõem os documentos sobre os quais se debruçam os pesquisadores. Os trabalhos têm, entre outros méritos, o de retomar a análise burocrática, afastando-se da conhecida trilha weberiana, que vê o sistema burocrático como instrumento de poder e dominação, e exercitando uma perspectiva etnográfica diante dos seus produtos, o que permite flagrar seus dispositivos e *modus operandi*.

Um dos alertas metodológicos que esses estudos lançam diz respeito ao modo de interpretar esse tipo de documento, que obriga a elaboração de novas ferramentas interpretativas. Isto porque, ainda que estejamos diante de materiais escritos, nada mais distante do modelo textual que nos é familiar, sobretudo nas Ciências Humanas. Afinal, longe de se apresentarem como narrativas, os documentos em questão possuem formas específicas – o formulário, por exemplo –, impondo novas direções de leitura (muitas vezes vertical) e chamando a nossa atenção para as dimensões visuais e gráficas que o constituem (células e parêntesis).

Tais documentos deixam ver, ainda, que estamos diante de formas que preveem determinados conteúdos e que se reproduzem de modo veloz: o preenchimento de um formulário gerando outros, o adendo feito a um relatório por meio de um colchete criando um novo, e assim sucessivamente. Além disso, todas essas novas criações encontram-se submetidas a esquemas convencionados que as constroem, o “novo” assumindo, em seguida, aspecto de *déjà vu*. A repetição é assim outro elemento fundamental a ser considerado quando da análise desses materiais, cuja forma se alimenta da reposição sistemática de padrões.

Ainda na linha de localizar silêncios que nos auxiliem a abrir novas veredas na compreensão do patrimônio universitário, gostaria de salientar duas outras ausências dos projetos. Uma delas, as paisagens naturais, que são, em geral, esquecidas. A história dos edifícios ou dos espaços construídos\*\*\*\* pouco inclui as suas relações, seja com outras paisagens (as naturais, como dito), seja com os entornos urbanos\*\*\*\*\*. Isto nos leva a pensar que as propostas tendem a focalizar fachadas, arquiteturas e interiores das edificações, assim como a vida intramuros.

Em segundo lugar – e neste caso, ao contrário do anterior, há apenas uma exceção, um projeto dedicado aos impactos da ditadura militar na universidade – é perceptível a falta de referências aos conflitos e tensões que marcam a vida universitária em suas mais diversas dimensões, e que o edital menciona expressamente, o que é de seus méritos. Tal silêncio nos leva a pensar que a recuperação da memória liga-se à celebração dos resultados positivos, das parcerias e projetos exitosos, o que é compreensível. Afinal, como falar dos problemas e impasses – alguns deles na origem do redesenho institucional de certos departamentos e institutos –, dos planos abortados, das teses não defendidas e dos projetos não realizados? Mas se tal memória “traumática” não se faz presente nos textos, ela está completamente viva, circulando nos corredores, nas conversas de bastidores, bem sabemos, ainda que pareça resistir a ser narrada de outro modo, recusando-se a se fixar nos textos escritos.

Ciente das dificuldades (políticas e pessoais) envolvidas na tarefa, me parece importante levantar o ponto, nem que seja para que ele possa funcionar como um elemento dissonante, capaz de nos auxiliar a pensar em como lidamos com a memória em geral e com a memória universitária, em particular. A memória da Universidade seria fundamentalmente homenagem e celebração? Ou, em outros termos, como escapar dos riscos de exaltação e dos panegíricos que rondam a construção de memórias, sejam elas institucionais ou biografias?\*\*\*\*\*

## PERSPECTIVAS

Deixando, neste momento, de lado os silêncios e pensando em ênfases que, me parece, deveriam orientar os projetos sobre memória e patrimônio universitário. Além das ponderações feitas na primeira parte do texto, gostaria de sublinhar como o registro de elementos do passado é inseparável de uma reflexão sobre ele; reflexão, aliás, que

---

\*\*\*\*Há projetos voltados especificamente para a recuperação da história de diversos prédios nos quais a universidade funcionou, ou nos quais, eventualmente, ainda funciona.

\*\*\*\*\*Uma exceção é a proposta que se volta para as relações da Universidade com a favela São Remo, a partir da retomada dos projetos educacionais e culturais elaboradas pela Universidade para a população carente dessa comunidade localizada nas vizinhanças do campus universitário.

\*\*\*\*\*Vale observar que mesmo o projeto dedicado à ditadura militar e aos seus efeitos apresenta-se expressamente como uma “homenagem às vítimas da ditadura”. Aliás, os termos “celebração” e “homenagem” acompanham boa parte das propostas.

orienta a sua própria recuperação e inscrição no presente. O edital menciona este aspecto, algumas propostas se referem a ele, mas parece fundamental trazê-lo ao primeiro plano. Em outros termos: a dimensão reflexiva e/ou problemática deve tomar a dianteira nas propostas relativas ao patrimônio universitário, e nem sempre é isso que ocorre; a homenagem teima em funcionar como uma espécie de anteparo ou de escudo protetor que tende a afastar a análise crítica.

O que está efetivamente ocupando a cena primeira, conduzindo planos e projetos sobre a memória universitária, de acordo com os projetos apresentados? Fundamentalmente, a ideia de “resgate”, termo presente em todas as propostas. O intuito generalizado é o de resgatar uma experiência, uma obra ou história. E à tarefa de resgate associa-se frequentemente um sentido de urgência: urgência diante do desaparecimento de fontes e materiais, diante da perda de registros físicos e de pessoas.

Como antropóloga, sou bastante sensível a esse tipo de retórica, já que ela acompanha o nascimento mesmo da antropologia como disciplina, desde o século XIX: é preciso estudar os primitivos em “vias de extinção”. Nós antropólogos nos constituímos, assim, sob o signo da perda e da destruição, e este parece ser também o caso dos profissionais envolvidos com o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, as voltas com a “recuperação”, com a “revitalização” e com o “salvamento” de bens culturais os mais variados. Mas se os antropólogos, por vários razões, estamos alertas para esse sentimento e discurso – até porque os “primitivos” não desapareceram, a despeito das políticas que visaram à sua eliminação –, quando o assunto é memória e patrimônio, a “retórica da perda”, nos termos de José Reginaldo Gonçalves [4], assim como o compromisso com o resgate, teimam em ocupar o centro das preocupações.

Os riscos implicados em conferirmos ao resgate maior estatura que à tarefa reflexiva propriamente dita não são poucos (ainda que o engajamento político com as questões patrimoniais que tal adesão pressupõe seja meritório e louvável). Em primeiro lugar porque a noção mesma de resgate dá a falsa impressão de que tais experiências passadas estão depositadas, ou presas, em dado lugar do passado e que devem ser recuperadas, libertadas do esquecimento<sup>\*\*\*\*\*</sup>. Na antropologia, o termo se associa frequentemente às noções de cultura e identidade, que terminam estabilizadas como se fossem dotadas de conteúdos prévios, passíveis de serem identificados de antemão: culturas a serem “preservadas em sua pureza e/ou originalidade”; identidades últimas a serem “assumidas” ou “resgatadas”. Se a identidade não “é”, apresentando-se como um permanente devir em função das relações (diferenças) entre grupos, a cultura, por sua vez, é pura invenção e mudança, bem o sabemos<sup>\*\*\*\*\*</sup>.

Em segundo lugar, a ideia de resgate acaba, também, por deixar de lado o aspecto

---

\*\*\*\*\*Atentemos para o duplo sentido abrigado sob a palavra “resgate”: recuperação e libertação.

\*\*\*\*\*Claro está que os termos cultura, identidade e memória são frequentemente tomados como bandeiras políticas pelos atores e movimentos sociais, e os diversos sentidos que eles adquirem no mundo social devem ser descritos e interpretados, sem que os intérpretes os tomem como categorias analíticas. Para uma reflexão sobre cultura, identidade e etnicidade, cf.[1]; sobre a noção de cultura e suas derivas, ver [2].

sempre movediço da memória, permanentemente construída e reconstruída no presente. Por isso mesmo Freud, em seu texto clássico sobre as lembranças de infâncias [3], vai dizer que elas são muito próximas da “invenção poética”, o que nos auxilia a pensar que falar em memória, como em cultura, é fazer referência à invenção, nos obrigando a sair, analiticamente falando, da chave de conteúdos ou traços, mais ou menos fixados, sedimentados em algum tempo ou lugar, passíveis de serem pervertidos pelas transformações\*\*\*\*\*. A cultura e a memória, aliás, só se mantêm, porque se modificam, de maneira que mais prudente é pensarmos em movimentos da memória, ritmados pelo jogo entre permanências e mudanças.

Tais ponderações indicam, ainda, os perigos envolvidos em tomarmos memória e história como noções sinônimas, ainda que elas apareçam frequentemente associadas. A distância talvez mais evidente entre elas tem a ver com o modo como lidam com o tempo: enquanto a história (ocidental) tira a sua razão de ser da cronologia (tempo das sucessões), a(s) memória(s) dela se afasta, interpelando outras formas de temporalidade (as simultaneidades).

Memória encadeia passado, presente e futuro, ninguém ousa duvidar. Assim que parece fundamental refletir sobre como os materiais e fontes coligidos pelos projetos repercutem no tempo presente e orientam ações, práticas e produções futuras. Tal abertura para o futuro poderia estar contemplada de modo mais enfático nos resultados esperados. O que não quer dizer que essa dimensão não apareça – como mencionei antes, mas estou aqui destacando ênfases. Por exemplo, ela se faz notar em um projeto sobre memórias de infância de funcionários da creche da USP, em que as lembranças sobre brincadeiras dos tempos de criança promoveram alterações, enriquecendo os currículos da creche e da Escola de Aplicação. Ou em outro, em que o acervo coligido de projetos de Iniciação Científica e graduação visa animar novos projetos, inclusive novas idas a campo orientadas pelas pesquisas levantadas. Ou ainda em um terceiro, que toma a memória da produção discente como base para promover uma reflexão mais ampla sobre o ensino de graduação.

Selecionei apenas três exemplos, que procuraram destacar a potência da memória como elemento propulsor de novas práticas e produções, pois tal elemento me parece muito importante para a reflexão sobre a memória em geral e a da Universidade em particular. Evidentemente os livros, filmes e acervos digitais (que correspondem aos resultados esperados em quase todos os projetos) são produções fundamentais, que devem ser previstas. Mas a pergunta que deixo para encerrar estas notas, nada conclusivas, é se não seria possível refletir sobre outras formas de aproveitamento desses materiais de modo a salientar suas possíveis repercussões sobre práticas e produções em curso.

Isto porque, se no plano dos levantamentos, as propostas são sensíveis à pluralidade de experiências, produções e práticas, as fontes de pesquisa se abrindo em várias direções, no plano dos resultados esperados, voltamos aos produtos de certo modo

---

\*\*\*\*\* A invenção da cultura é precisamente o título do livro de Roy Wagner e ponto central de sua reflexão.

“convencionais”, sobretudo às publicações e produções audiovisuais. Não seria possível, aí também, abrir o leque e imaginar novas possibilidades, inventando outros produtos e abrindo horizontes inesperados?

## REFERÊNCIAS

- [1] CUNHA, M. C. da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- [2] CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- [3] FREUD, S. Lembranças encobridoras. *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de S. Freud*. Tradução Jayme Salomão. vol. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1980, p. 333-358. (Texto original publicado em 1899).
- [4] GONÇALVES, J. **A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ IPHAN, 1996.
- [5] RILES, A (ed). **Documents. Artifacts of modern knowledge**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.
- [6] WAGNER, R. **A invenção da cultura**. Tradução Alexandre Morales e Marcela Coelho de Souza. São Paulo: Cosac Naify, 2010 (edição original de 1975).

**FERNANDA ARÊAS PEIXOTO** *professora adjunta da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e coordenadora do programa de pós-graduação em Antropologia Social da FFLCH-USP – e-mail: fpeixoto@uol.com.br*





# Editais de Intercâmbio e Difusão Científica: uma Aproximação entre Arte, Ciência e Cotidiano

## The Scientific Interchange and Dissemination Calls for Proposals: Ties between Art, Science and Everyday Life

### RESUMO

Analisaremos o programa de editais promovido pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Na primeira parte do artigo, discutimos as especificidades e pontos de aproximação entre as categorias dos editais, a partir de uma leitura panorâmica da estrutura e orientações conceituais do Programa. Seguimos apresentando projetos contemplados pelo edital de intercâmbio e difusão científica trazendo pontos de contatos entre os mesmos, já ensejados pelo próprio Programa. Finalmente propomos uma leitura do edital de intercâmbio e difusão científica a partir da generalização da presença da arte, ou de meios de criação e exposição artística, no cotidiano e na ciência. Da aproximação da arte e da ciência ao cotidiano, e entre procedimentos e representações produzidas pela arte e ciência levantam-se problemas tratados pela filosofia da estética como o fim da arte, entendido como o fim da especificidade manifesta entre produtos cotidianos e da arte. Andy Warhol, Jonh Cage, Marcel Duchamp, entre outros, são casos exemplares de mudanças no entendimento da arte pela filosofia da estética.

**Palavras-chave:** Difusão. Cultura. Arte. Intercâmbio.

### ABSTRACT

We will analyze the call for proposals made by the Provost for Culture and Extension. At first we discuss the specificities and ties between each category in the call for proposals, starting from an overview of the program's structure and guidelines. We follow by presenting the selected projects in the Scientific Interchange and Dissemination call, highlighting their points of contact, sparked by the call itself. Finally we propose an interpretation of the call based on a generalization of the presence of art, artistic creation and display means, in daily life and in science. From the approaches between art, science, everyday life and procedures and representations made by art and science we reach problems addressed by the philosophy of aesthetics, like the

PATRICIA MORAN

Universidade de São Paulo.  
Escola de Comunicações e  
Artes, São Paulo, Brasil

end of art, understood as of the specificity between art and everyday products. Andy Warhol, John Cage, Marcel Duchamp, among others, are exemplary cases of changes in the understanding of art by the philosophy of aesthetics.

**Keywords:** Culture. Art. Science. Dissemination. Exchange.

## INTRODUÇÃO

O objeto deste artigo é o *Programa de Editais da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária* lançado em 2012, especialmente o de *Difusão e Intercâmbio Cultural e Científico*. Adotando como pano de fundo uma reflexão sobre a intersecção entre arte e cultura na contemporaneidade, partimos de um exame panorâmico sobre os editais de preservação a fim de problematizar a relação intrínseca entre os três programas. Estes atendem demandas que se completam, e oferecem mais de uma alternativa de investimento para preservação e difusão da produção universitária. A natureza dos acervos, dos agentes envolvidos no processo e os desafios relacionados a “o que”, e “como” realizar ações de preservação, traz questões relacionadas à administração, à conservação e à divulgação de conhecimentos, encarnados no patrimônio construído pela Universidade de São Paulo ao longo de décadas.

Se a título da constituição de critérios de avaliação das propostas, fez-se necessária a criação de categorias, a configuração contemporânea das artes, da comunicação e consequentemente da cultura, aponta o imbricamento de problemas e de estratégias de solução dos mesmos, cruzando as categorias. Os editais nominalmente voltados à preservação, trazem pelos menos dois grandes desafios de nossa época. O primeiro relaciona-se à heterogeneidade e quantidade de material a ser guardado e conservado, a como se alocar e disponibilizar dados em diversas formas que se multiplicam exponencialmente. O segundo coloca em questão a definição de critérios sobre o que deve ser considerado patrimônio e quais as técnicas a serem empregadas visando maximizar a duração do acervo e, por conseguinte, a qualidade do trabalho.

A abrangência e diversidade de arquivos têm gerado uma série de debates e exposições sobre o tema\*. Nos deparamos com instigante inversão do lugar do arquivo. O mesmo deixa de ser um fim, um destino da memória e história de um tempo, e passa a ser um meio de criação de novos produtos, renovando não apenas nas ciências ou humanidades o sentido do material, mas também nas artes. A vida de todo e qualquer

---

\*Exemplo de trabalho desenvolvido a partir de arquivos é a exposição *Arquivo vivo* do Paço das Artes, cujo recorte curatorial, de Priscila Arantes, centrou-se em artistas que se apropriam de arquivos, sejam eles obras primas das artes ou objetos quaisquer. A curadoria de Arantes dialogou com Jacques Derrida, que expressa sua preocupação com o arquivo no trabalho *Archive Fever: A Freudian Impression* [4] <[http://www.pacodasartes.org.br/exposicao/arquivo\\_vivo.aspx](http://www.pacodasartes.org.br/exposicao/arquivo_vivo.aspx)>. A coleção *Documents of Contemporary Art* da editora inglesa Whitechapel organiza coletâneas sobre temas recorrentes nas artes, um de seus volumes é *The Archive* (2006). A Edusp e a editora Peirópolis lançaram em 2014 o livro *Futuros Possíveis – Arte, museus e arquivos digitais*, organizado por Giselle Beiguelman e Ana Gonçalves Magalhães. O mesmo trata de como se preservar a arte digital. Exposições e livros discutem nossa época, marcada pela profusão de documentos e sua duplicação em diversas formas.

acervo se faz no contato com o público. Eventos, documentos e monumentos ganham efetiva existência ao serem disponibilizados nas mais distintas formas. Na difusão, está o encontro do público com a vida dos materiais. A Pró-Reitoria considerou o acesso aos bens materiais e imateriais da Universidade, um dos pilares e objetivos do Edital, ao exigir, uma única contrapartida para apoiar projetos na área de preservação de acervos e patrimônio cultural na USP, “o direito de consulta, pesquisa e visitação aos acervos” pelo público em geral, o que em última instância, implica na difusão dos conteúdos, perspectiva privilegiada no edital de intercâmbio de atividades de cultura e extensão. Evidencia-se o imbricamento das linhas de investimento do Programa e, como mencionamos acima, acervos existem plenamente apenas ao entrar em contato com seu público.

A preservação, genericamente entendida, demanda trabalho constante de historiadores e museólogos. A diversidade das medias e a heterogênea constituição material dos objetos, coloca novos desafios relacionados ao enfrentamento de desgastes de diversas naturezas sofridos pelas coleções. Definições relacionadas às técnicas, plataformas de preservação a serem adotadas e, às prioridades de conservação, exigem saberes e recursos humanos especializados que precisaram ser acionados pela universidade. Pesquisadores de outros países e do mercado participaram em alguns projetos, assim são renovados e revistos procedimentos de conservação e a universidade se atualiza.

O programa atendeu à comunidade acadêmica como um todo. Aceitou e recebeu propostas de docentes, funcionários e discentes. Sem discriminar a natureza do vínculo institucional do proponente, o programa estruturou-se segundo o primado democrático, capilarizando o poder de decisão sobre as prioridades a serem atendidas. Mobilizaram-se as três categorias funcionais da Universidade em propostas de ação de seu interesse pessoal. Os projetos contemplados, avaliados por comissões mistas, valorizam a capacidade criativa, propositiva e de realização do corpo acadêmico como um todo. Parte da decisão política é partilhada por toda a Universidade.

O seminário *Balanço e Perspectivas*, organizado pela equipe da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão em novembro de 2014, criou um espaço institucional de avaliação conceitual do programa e da resposta da comunidade, expressa nos projetos enviados e contemplados com o incentivo. Os dados levantados poderão servir de baliza para novas edições do programa. Houve ainda espaço para a exposição das dificuldades ocasionadas pelo contingenciamento dos recursos. A Universidade, através da Pró-Reitoria, criou um canal de auto-reflexão sobre os editais, seus caminhos e descaminhos provocados pela crise. O amplo e diferenciado leque de eventos expositivos, de seminários, de performances, de publicações e de cursos abarcou as áreas de Exatas, Biológicas, Humanidades e Artes.

Gostaríamos de salientar a relevância dos editais como espaço de produção e de renovação do conhecimento. A vida cotidiana da Universidade não pode prescindir da invenção e contato com a comunidade. Mas, corre-se constantemente o risco de questões administrativas, a repetição do ensino e pressões de pesquisa descolarem a vida acadêmica da sociedade. A extensão é o lugar privilegiado para se criarem redes de contato entre o saber formal gestado na Universidade e a comunidade. Para alcançar um público nem sempre informado pelos conceitos e práticas da vida acadêmica,

novas estratégias de formalização do conhecimento precisam ser adotadas. Para tornar palatável e acessível a produção universitária, evitando-se abordagens simplistas dos conteúdos, a criatividade e a invenção de mecanismos de expressão precisam ser adotados em projetos, novos ou já consolidados, que prevejam o contato com um público não especializado. A *Experimentoteca*, sob a guarda do Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC), é um caso exemplar de aproximação criativa com o público. Voltada para professores e alunos do ensino fundamental e médio, restaurou 102 conjuntos de experimentos temáticos nas áreas de matemática, biologia e física. As Faculdades de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), de Arquitetura e Urbanismo (FAU), e o Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), entre outras, vão recuperar acervos fotográficos e audiovisuais, disponibilizando os mesmos na internet. Há assim, a reordenação do fluxo de informações produzido na universidade e disponibilizado na rede mundial de computadores.

As propostas e ações apresentadas, as concepções e formalização de conhecimento e os agentes envolvidos, traduzem a universalidade dos caminhos possíveis de promoção da educação formal. As propostas encarnam a transversalidade da pesquisa, do ensino e da extensão a partir de projetos do seu corpo funcional. Potências e devires se atualizam, produzindo mais conhecimento ao se reinventarem os conteúdos para um novo público. O conhecido tripé a ancorar a Universidade: ensino, pesquisa e extensão, fica evidenciado na proposta de *Manutenção e ampliação da coleção biológica Prof. Edmundo Ferraz Nonato*, do Instituto Oceanográfico (Colbio) e, no projeto de difusão *Inter-Câmbios: Dramaturgia do ator*. O primeiro ampliou o acervo de amostras biológicas marinhas, e os disponibilizou na internet. Recebeu ainda, uma pesquisadora da Califórnia, especialista na área de coleções biológicas. O segundo organizou um intercâmbio entre grupos de pesquisa de Portugal e do Brasil através de *workshops*, palestras e publicações. Em ambos os exemplos, é evidente a pesquisa na definição dos problemas a serem enfrentados, e na metodologia de trabalho. Atinge-se o pesquisador, especialistas e público diletante, assim, o Edital de preservação também é difusão.

Se as agências de pesquisa avaliam as instituições de ensino superior, a partir da investigação acadêmica, a extensão, raramente tem um reconhecimento que faça jus a seu papel. O *Programa de Editais de Extensão* evidencia o imbricamento do ensino, pesquisa e extensão. Como produtora de conhecimento, a Universidade de São Paulo está embebida desta matéria, seu capital simbólico e campo de ação. Ao “desenhar um modelo o mais abrangente possível, de modo a permitir acolher não apenas um número maior de propostas, mas também mapear potenciais carências em sua heterogeneidade”, como colocou o professor José Lira\*\*, coordenador acadêmico do programa, juntamente com Marina Mitiyo Yamamoto, estão entendendo a fluidez das fronteiras que separam os editais, e acolhendo propostas não previstas pela Pró-Reitoria.

---

\*\*Texto: *Patrimônio e Cultura: uma política de fomento em áreas sensíveis*, disponibilizado no material preparatório do encontro de avaliação dos editais realizado em novembro de 2014.

## DIFUSÃO, INTERCÂMBIO CULTURAL E EXTENSÃO

Com alcance internacional, o edital de *Intercâmbio de Atividades de Cultura e Extensão*, estruturou-se segundo as categorias: exposição, artes performativas, música, audiovisual, linguagens híbridas e propostas temáticas, promovendo convênios com deslocamento bilaterais entre a USP e universidades da Polônia, França, Espanha, Bélgica e Portugal na Europa. Nas Américas: México e Chile, e no Brasil: Bahia, Paraná e Rondônia. Os países mencionados foram cabeças de intercâmbios, mas o alcance territorial dos intercâmbios foi além dos países mencionados. Eventos com objetivos variados e envergaduras distintas foram realizados, envolvendo pesquisadores e artistas de diversos países.

O Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da ECA-USP sediou o 8º Encontro do Instituto Hemisférico dos Estudos de Performance (Performance Studies de Nova Iorque), recebendo entre 400 e 700 participantes, segundo a organização. Trata-se de um encontro acadêmico e artístico editado anualmente, e reconhecido por sua comunidade internacional. Já a Bienal Internacional de Teatro da Universidade de São Paulo recebeu convidados da Tunísia, Líbano, Eslovênia, Argentina, Palestina, Israel e Inglaterra, inscrevendo a universidade no circuito internacional de festivais universitários. O projeto *Sinopses de Vários Territórios* apresentou outro desenho de intercâmbio e difusão. Proposto pelo Departamento de Artes Plásticas, levou em 2013, para a Escola Superior de Belas-Artes de Tours (ESBAT), na França, a exposição *Modernisme et Photographie au Brésil. 1940-1960*. Dois grandes fotógrafos brasileiros, Geraldo de Barros e German Lorca, desconhecidos na França, tiveram seu trabalho inovador e criativo estudado e exposto, uma lacuna começou a ser sanada. O projeto *Sinopses de Vários Territórios* organizou ainda *workshops*, e intercâmbio de jovens artistas. A partir da fotografia e da escrita, estes tiveram a oportunidade de pensar questões relacionadas à cidade e paisagem, especialmente de Paris e de São Paulo.

Nos projetos citados, e em outros contemplados, mas ainda não mencionados, observam-se abordagens distintas do trabalho de difusão e intercâmbio. De um lado há o incentivo a eventos que promovem encontros de especialistas para o debate de temas variados e apresentação de trabalhos artísticos, é uma espécie de seminário acadêmico ampliado, por incluir eventos artísticos. Outro desenho prevê o intercâmbio criativo, uma vez que os estudantes desenvolvem trabalhos pessoais e a recuperação de nomes e fatos relevantes, mas sem o devido reconhecimento, seja nacional ou internacional. Uma terceira modalidade são as caravanas, e/ou exposições itinerantes. A Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) equipou um caminhão com trabalhos científicos viajando para a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em Ilhéus, Bahia, e pela zona leste. A apresentação de espetáculos artísticos como música e teatro de professores e alunos, é um núcleo de ações entendido como arte no sentido clássico. O público visado é o especialista na matéria proposta, seja artística ou científica, e ainda o distraído neófito eventualmente atraído ao evento.

As estratégias de promoção do encontro dos trabalhos com o público primaram nas propostas, pelo cuidado na apresentação dos conteúdos. Direta, ou indiretamente, todos lançaram mão da arte, ou suportes da arte, seja como meio, ou como fim.

Adotaram-se com frequência recursos expressivos e de montagem das exposições, diretamente relacionados a espaços artísticos como galerias e museus\*\*\*. O espectador é convidado a vivenciar uma experiência estética, sem outro fim imediato, a não ser o prazer do encontro com as obras. Subjacente a este objetivo sensível imediato, habita a proposta de se trabalhar com conteúdos mais, ou, menos especializados. Mobiliza-se assim a atenção do público. Do encontro marcado pelo prazer e pela curiosidade, apresentam-se ideias e conceitos algumas vezes áridos em instâncias acadêmicas. Os projetos: *Atualização do vídeo: Cuidando do Idoso em Casa* (Hospital Universitário) e *Reconstrução dos Espaços da Memória com famílias de São Luiz do Paraitinga* (Instituto de Psicologia) adotaram a arte como meio. Ambos lançaram mão de documentários como recurso de ação.

Poderíamos problematizar se efetivamente ainda estamos no campo do documentário, como entendido pelos estudiosos da área. Trata-se de documentário, de documentação ou apenas uma corruptela do gênero como um trabalho institucional? Se para o *expert*, esta indagação levanta questões relacionadas a definições de um campo e, de legitimação dos realizadores perante um público especializado, para o senso comum, um amplo leque de criações audiovisuais não encenadas, são entendidas como documentário. Aqui, a imprecisão conceitual do não especialista, é combustível para a fabulação do público. Muito além das definições de área, os “documentários” propostos encurtam caminhos para se atingir novos públicos e despertam o interesse pelo adensamento de informações e formação, por parte do não especialista. Os problemas abordados crescem em interesse.

Já a arte como fim, bastante recorrente neste edital, parte principalmente da Escola de Comunicações e Artes (ECA), espaço da universidade cuja vocação é a constituição de um espaço relacional e de formação, que possibilite a emergência de novas vocações em artes.

## O FIM DA ARTE. VIVA A ARTE!

A tão propagada idéia do fim da arte na filosofia estética mostra-se instrumento potente na leitura deste edital, ao se constatar a pervasividade da arte nas estratégias de aproximação com o público. Em linhas gerais, as idéias de Arthur Danto, a partir da releitura de Hegel sobre o “Fim da Arte”, traz como problema a ampliação do entendimento da arte nos anos sessenta na filosofia da estética, a partir de movimentos como a Pop Arte, o grupo alemão Fluxus, John Cage e a dança de Merce Cunningham. Para Danto, assim como para o filósofo da estética, Greenberg, a partir destes experimentos, em especial das caixas Brillo de Warhol, a arte torna-se indiscernível dos objetos cotidianos. Se para Hegel o fim da arte relacionava-se ao esgotamento

---

\*\*\*Têm sido cada vez mais comuns montagens cuidadosas, criadas e produzidas por cenógrafos e designers, de exposições relacionadas a temas diversos. O Museu da Língua Portuguesa é um espaço da cidade de São Paulo reconhecido como tal, malgrado pasteurizar e simplificar em demasia seus conteúdos.

de um modelo de beleza, para Danto e Greenberg, a arte tomará como matéria, objetos, sons e ações cotidianas, “a questão da natureza de fato é posta em sua própria forma, enquanto uma questão sobre como uma coisa pode ser obra de arte e outra não, quando ambas são indiscerníveis em suas propriedades manifestas” [6]. Para Danto a arte havia ido tão longe, em direção ao cotidiano, a ponto de, repetindo-me, tornar-se indiscernível da vida.

Danto adota a Pop Arte como marco privilegiado para se pensar a estética e seu alargamento, mas esta visão da arte já estava posta no dadaísmo, quando objetos do cotidiano produzidos em série ganharam o estatuto de arte a partir das provocações de Marcel Duchamp, o R. Mutt do urinol denominado *A Fonte*, e recusado em exposição realizada nos Estados Unidos em 1917. Se Danto não enfatiza o papel de Duchamp na renovação da idéia de arte para a filosofia da estética, sua aproximação, ou melhor, o entendimento como indiscernível dos materiais da arte e do cotidiano, chama nossa atenção para o gesto estético (intencional ou não) da grande maioria das propostas do Edital, ao buscarem, na formalização final de suas investigações, projetos marcados pelo cruzamento entre ciência e arte, arte e vida. Se o pensamento sobre o que vem a ser arte, modifica-se com as caixas Brillo\*\*\*\*, ou Jonh Cage ao destacar o ruído (da máquina de escrever, de animais, e das ruas) como música, ou matéria da música, de outro lado, cientistas já haviam exposto seus experimentos gozando do estatuto de arte.

Estou me referindo a Edward Muybridge e Jules Marey. Contemporâneos, foram precursores do cinema. Muybridge combinou pela primeira vez elementos da lanterna mágica e do instante fotográfico, foi chamado para Palo Alto, na Stanford University, para fotografar o trote dos cavalos. Marey, no Collège de France, desenvolveu aparelhos, inventados um após o outro, para gravar o coração, o pulso, e finalmente para gravar o movimento dos animais. Todos colocados em papéis em forma de cilindros que se moviam [6]. Experimentaram e desenvolveram, a partir de distintas técnicas, fotografias sequenciais, os primeiros aparelhos a reproduzir o movimento. Marey fisiologista, era da ciência, Muybridge o artista. Hoje, ambos ocupam lugar semelhante na história, apesar do maior rigor nos experimentos de Marey sobre o movimento de pássaros. Sua pesquisa sobre movimento de gases e a resistência do ar a eles, ocupa galerias de arte e, como tal é lida. Didi-Hubermann dedicou um ensaio poético a Marey e sua arte do movimento.

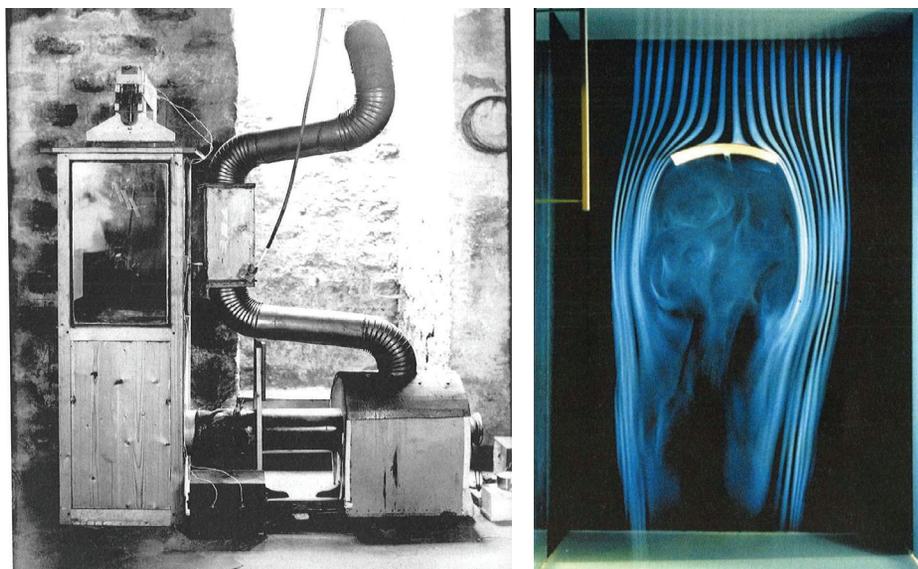
---

\*\*\*\*Uma diferença notável entre o trabalho de Duchamp e de Warhol das caixas de sabão Brillo, é a recriação das caixas por Warhol, de madeira e pintadas. Enquanto Duchamp assina o urinol e o nomeia *A Fonte*.

Figura 1 – Fumaça de Marey (1899-1900).



Figura 2 – À esquerda, máquina para fazer fumaça (1899-1900). À direita, reconstituição de 1999 pela Cinemateca Francesa para exposição *Mouvements de l'air*, Étienne-Jules Marey, *photographe des fluides*, no Museu d'Orsay.



Ao defender uma mudança no pensamento sobre a arte a partir de Warhol, Danto não pensava nas belas formas produzidas por Marey, pelo contrário, era na presença do banal na arte\*\*\*\*. Quando vejo o edital de Intercâmbio privilegiar procedimentos

\*\*\*\*"O autor do projeto da caixa de Brillo era o artista James Harvey, pintor expressionista abstrato que trabalhava como designer de embalagens"[3]. Irônico destino do artista que vê seu trabalho de designer, sem qualquer pretensão artística, parar em galeria de arte e, segundo alguns autores, mudar o destino da arte, enquanto a obra por ele considerada artística, apaga-se do panteão da história. de de São Paulo reconhecido como tal, malgrado pasteurizar e simplificar em demasia seus conteúdos.

expositivos e meios de expressão comuns à arte, pergunto-me por que não entender este gesto de aproximação com o público como um recurso de criação tão poderoso quanto algumas obras artísticas. Podemos ir mais longe, e entender o próprio conteúdo como arte, na medida em que também é capaz de suscitar experiências estéticas no sentido tradicional, ou seja, relacionadas às belas formas dos experimentos, e em termos conceituais, como as indagações sensíveis contemporâneas. Hoje, o mais banal programa de televisão, também lança mão de imagens científicas, ou pretensamente científicas, para proporcionar, ao espectador, pequenas epifanias. O interior do corpo humano constantemente exibido como uma palheta de fluidos e cores, suspende narrativas com formas em evolução. Programação de computadores, linhas de comandos com zeros e uns, são exploradas em seu aspecto plástico. Enfim, a ciência e a arte se reconciliam novamente e a forma final dos eventos apresentados nesta categoria, sinaliza a potência da arte, ou melhor, de formas da arte, para fazer circular culturalmente saberes os mais variados.

## REFERÊNCIAS

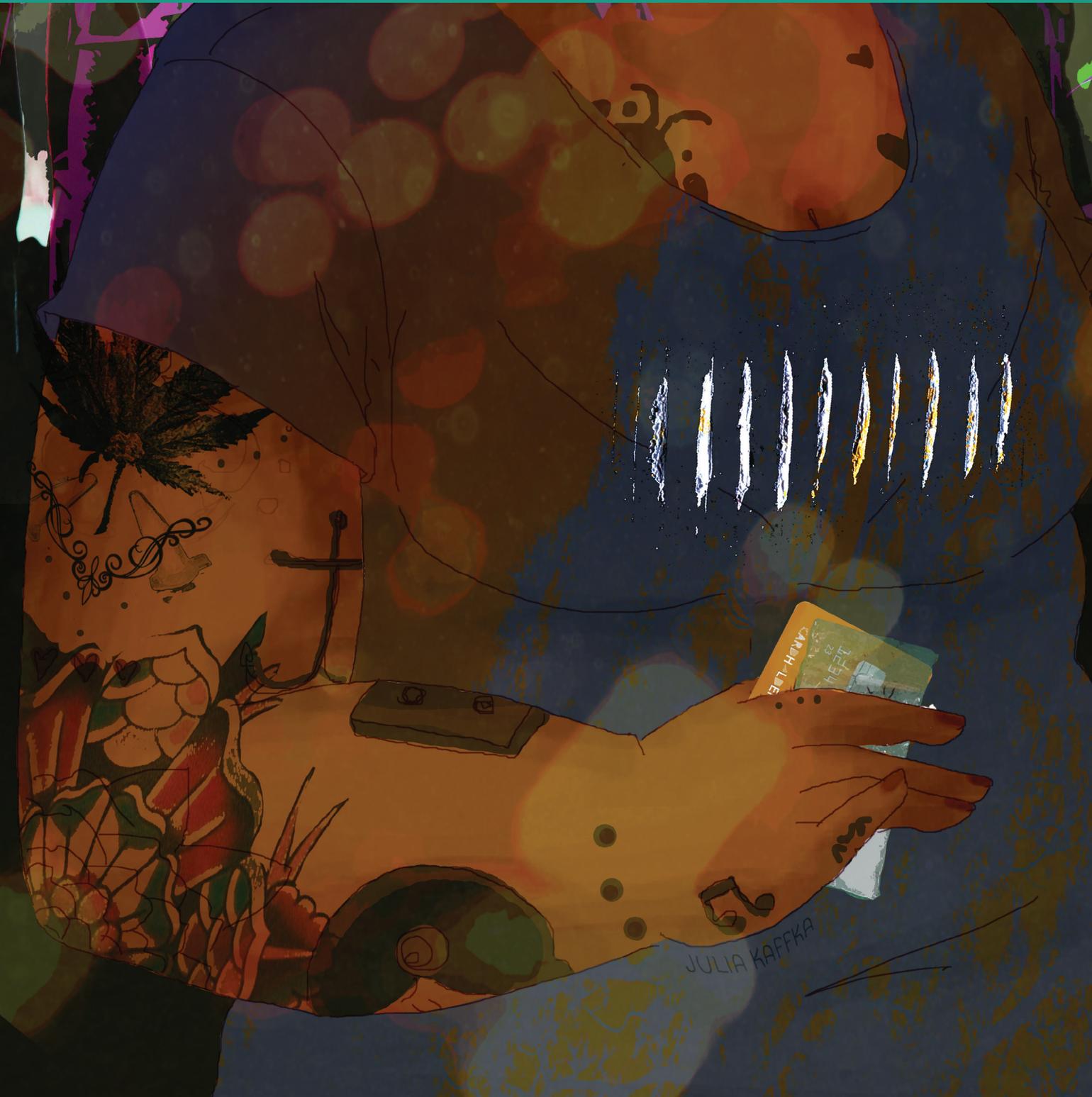
- [1] BROOKMAN, P. **Eadweard Muybridge**. London: Tate Publishing, 2011.
- [2] DANTO, A. C. **O descredenciamento filosófico da arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- [3] \_\_\_\_\_. **Andy Warhol**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- [4] DERRIDA, J. **Archive Fever: A Freudian Impression** Chicago: The University of Chicago Press, 1985[5] DIDI-HUBERMAN, G.; MANNONI, L. **Movements de l'air. Étienne-Jules Marey, Photographe des fluides**. Paris: Éditions Gallimard / Réunion des musées nationaux, 2004.
- [6] GILMORE, J. Prefácio. In: DANTO, A. C. **O descredenciamento filosófico da arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. P. 11-23.
- [7] KITTLER, F. **Optical Media**. Polity Press. Cambridge: UK, 2011.
- [8] MAREY, E-J. **Le mouvement**. Nîmes, Éditions Jacqueline Chambon, 2002.

**PATRICIA MORAN** docente do Curso Superior do Audiovisual da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e diretora do CINUSP Paulo Emílio – e-mail: [patricia-moran@uol.com.br](mailto:patricia-moran@uol.com.br)





ARTIGOS articles





# Internet como Esfera Pública Global e o Papel Atual dos Parlamentos no Processo Legislativo

## Internet as a Global Public Sphere and the Role of Parliaments during the Legislative Procedure

### RESUMO

A popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação trouxe diversas transformações nas várias searas do meio social. Do mercado às instituições públicas, as significativas alterações comportamentais recentes dividem opiniões e esperanças na superação das limitações até então impostos às interações sociais sem tais tecnologias. No campo da representação política e da expressão dos valores democráticos não é diferente. Muitas visões se cindem sobre o presente e o futuro no tocante à manifestação da vontade e exercício da soberania popular. Este trabalho, primeiramente, parte de breve análise sobre o conceito de esfera pública para averiguar as possibilidades de a Internet ser considerada um verdadeiro veículo para a consecução de uma esfera pública em âmbito global. Posteriormente, defronta-se com o problema da atual estrutura da Rede, com funcionamento cada vez mais baseado em interesses privados, o que impõe desafios teóricos e práticos à consecução de um ambiente efetivamente democrático. Finalmente, utiliza-se deste breve arcabouço teórico para discutir o problema de fundo acerca do papel dos parlamentos no funcionamento da democracia contemporânea no processo legislativo.

**Palavras-chave:** Internet. Direito. Democracia. Esfera Pública. Parlamento.

### ABSTRACT

The popularization of the Information and Communication Technologies brought deep changes in many areas of society. From the market to the public institutions, these significant and recent behavioral modifications has been dividing opinions and hopes in the overcoming of the current limitations imposed to social interactions without these technologies. Talking about the political representation and the expression of the democratic values is not different. It splits opinions about the present and the future in regards of political will and the exercise of popular sovereignty. This work

**RUBENS BEÇAK**

Universidade de São Paulo.  
Faculdade de Direito de  
Ribeirão Preto, São Paulo,  
Brasil

**JOÃO VICTOR ROZATTI**

**LONGHI**

Universidade Federal de  
Uberlândia. Faculdade de  
Direito, Minas Gerais, Brasil

starts first on a brief analysis on the concept of public sphere to inquire the possibilities of the Internet to be considered a true vehicle for the achievement of a global public sphere. Later, it is confronted with the problem of the current structure of the Net, more and more based in private interests, what imposes theoretical and practical challenges to the achievement of a true democratic environment. Finally, all this concepts are used to face the problem about the current role of parliaments in the legislative process in the functioning of the contemporary democracy.

**Keywords:** Internet. Law. Democracy. Public Sphere. Parliament.

## INTRODUÇÃO

**As transformações trazidas pela popularização das tecnologias da informação e comunicação (TICs), especialmente a Internet, alteraram sensivelmente o cenário político contemporâneo. E este amplo universo de possibilidades para a concretização de valores democráticos como liberdade de expressão e de associação, dentre outros, tem levado muitos a afirmar que o atual ambiente social traz consigo grande potencial para o incremento das instituições democráticas.**

Não há dúvida de que a Internet pode melhorar a transparência, a responsabilidade política, entre outras questões que são basilares em um sistema efetivamente democrático. Entretanto, muitos questionam tais assertivas, tendência crescente em parte da literatura especializada nos últimos anos, chegando alguns a afirmar que a dita “democracia digital” seria um verdadeiro mito [21]. E em tempos de “big data”<sup>\*</sup> e as revelações de violação maciça do direito humano à privacidade em escala global, parece que a ideia de uma Internet livre está cada vez mais se tornando uma imagem no passado, o que reforça a profundidade do problema científico a ser enfrentado.

Este trabalho tem por escopo principal abordar alguns dos desafios para que a Internet seja considerada uma verdadeira esfera pública global. Para tal, vale-se de breve escorço doutrinário sobre o conceito de esfera pública e seus elementos. Posteriormente, confronta tais premissas com a atual estrutura da Web 2.0, revelando alguns riscos para o exercício da cidadania na atualidade.

A hipótese é a de que o papel de local de representação política por excelência, exercido ainda hoje pelo Parlamento em Estados democráticos, parece estar em cheque, fato que cada vez mais traz uma profunda questão de fundo: a sua função atual na estrutura estatal hodierna.

---

<sup>\*</sup> Nesse sentido, a entrevista de Cass Sustein, um dos signatários do relatório direcionado ao governo do Estados Unidos sugerindo reformas na política de vigilância que causou perplexidade em todo o mundo, conhecida por “big data” ou “metadata” [28]. V. também o relatório na íntegra [13].

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA

Muitos autores valem-se da noção de esfera ou espaço público na teoria democrática. Entretanto, a doutrina recorre amiúde à obra de Jürgen Habermas para a compreensão mais aproximada do conceito. *In verbis*:

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana [20].

Como se pode notar, o conceito mescla elementos negativos e positivos, porém, a análise posterior vai delimitando suas características fundamentais. Dos pontos mais marcantes está a posterior diferenciação entre “atores” e “plateia”, em um ambiente em que alguns grupos ou indivíduos exercem maior influência sobre a opinião de outros [20].

Assim, a luta por influência acaba por revelar os liames da chamada sociedade civil, que mescla o público e o privado no arrebatamento de opiniões favoráveis às pretensões de um ou outro grupo de indivíduos. E, contemporaneamente, segundo o autor, exercem papel decisivo neste ambiente os meios de comunicação de massa, determinantes na formação da chamada opinião pública.

Finalmente, destaca-se ainda que, no arranjo institucional do que Robert A. Dahl denomina de segunda geração da democracia [16], cujas estruturas ainda estão fortemente presentes, a opinião pública exerce grande influência no Estado, direcionando os debates políticos para os períodos de eleição, embora não somente. Portanto, os debates no espaço público que formam a opinião pública tenderiam a se refletir na composição do Parlamento, e em todas as instituições que integram sua formação (formal ou informalmente), como partidos políticos e grupos de interesses.

## A INTERNET COMO ESFERA PÚBLICA GLOBAL

Postas algumas noções acerca do conceito de esfera pública na obra de Habermas, percebe-se que se trata, em linhas gerais, de uma rede de comunicações onde “atores” e “plateia” se misturam como players na busca por influência e, naturalmente, pelo poder

político. E, desta forma, a eclosão das Tecnologias da Informação e Comunicação naturalmente provocaria também sensíveis alterações estruturais também nesta seara.

Assim, não faltaram e não faltam vozes para identificar na Internet um verdadeiro espaço público por excelência, profícuo para o debate franco e aberto de ideias, onde é possível o exercício pleno das liberdades de expressão, comunicação, informação nas perspectivas ativa e passiva. Nesse sentido, também a importante contribuição de Manuel Castells [14]\*\*.

Outros autores também revelam inegável entusiasmo com o potencial não só da Internet, mas das TICs, para a formação de um ambiente de ciberdemocracia planetária [20]. Ainda que salientem ser, por exemplo, a ausência de privacidade na sociedade contemporânea um enorme risco para a profusão destes ideais democráticos [20], acabam por concluir que a democracia se globalizou, fazendo frente à “globalização do capital”, e se revelará em três grandes frentes: (1) a promoção de experiências democráticas locais; (2) a formação de um governo global; (3) o desenvolvimento de virtudes cívicas que englobam consumo, investimento e trabalho [20]\*\*\*.

Analisando o fenômeno, por seu turno, Siva Vaidhyathan destaca que “a obra de Habermas influenciou esforços de reforma da mídia e – em uma extensão muito menor – a política midiática. Exaustos por tentar reconstruir a Ágora grega, nós temos que nos concentrar em tentar construir melhores cafeterias” [30], referindo-se à famosa passagem do autor que atribui às cafeterias na Europa o papel de formação da opinião pública na sociedade burguesa.

Entretanto, posteriormente, Siva tece críticas não só ao conceito de esfera pública em si, ao que atribui a pecha de restrito histórica e geograficamente\*\*\*\*, como à asserção de que a Internet atual pode ser comparada à “sociedade civil cosmopolita ou sua prima, esfera pública global” [30]. Mas a pedra de toque nas observações de Vaidhyathan diz respeito à atuação de um agente específico na Internet atual e dos riscos ao papel de locus de discussão de questões políticas atribuído a ele: o Google. Para o autor, a aplicação do conceito de relevância nos filtros dos mecanismos de busca, o que influencia na personalização de informações que chegam ao usuário/consumidor final, influi fortemente na sua formação de opinião e, naturalmente, na estruturação de um espaço aberto de discussões políticas voltadas à formação da opinião pública.

Quando um único provedor de aplicações de Internet é responsável por significativo

---

\*\*Em obra posterior, o autor afirma corroborar sua tese ao analisar como as redes sociais contribuíram para a eclosão de uma série de manifestações populares, como a marcha dos indignados na Espanha (2011-2012), a dita primavera árabe em vários países do Oriente Médio (2011-2012) e mesmo os protestos no Brasil que se iniciaram com o movimento *Passé Livre*, na cidade de São Paulo, mas se alastraram por todo o país durante a Copa das Confederações FIFA. Cf. [13] *passim*.

\*\*\*No mesmo sentido Rousiley C. Maia, para quem “a Internet não pode ser tomada em si como uma esfera pública”. Cf. *Democracia e Internet como esfera pública virtual: aproximação das condições da deliberação*. [19] Grifos nossos.

\*\*\*\*Estas críticas trazidas por Siva Vaidhyathan ao conceito de esfera pública não são novidade, nem mesmo ao próprio Habermas. Afinal, o conceito de esfera pública apresentado originalmente na década de 1960, foi inteiramente reformulado pelo autor alemão, que incorporou as críticas externas na tentativa torná-lo a-histórico e geral. Cf. [1].

tráfego de informações não é difícil afirmar que exerce grande influência sobre uma Rede que supostamente nasceu para ser descentralizada\*\*\*\*. Não obstante, como diz o próprio autor na abertura de sua obra, o problema não está no Google, mas como, quanto e por que o usamos tanto [30]. Como se sabe, a Internet na atualidade é baseada na estrutura da dita Web 2.0. Trata-se de um slogan [25] para aludir a um conjunto de modelos de negócios dos provedores de aplicação em que o usuário produz o conteúdo e tal informação é o principal capital do empresário, criando um meio mais eficiente para o publicitário por fazer chegar o anúncio direcionado às preferências do consumidor\*\*\*\*\*.

No tocante ao exercício da cidadania, Antônio Perez Luño, apoiado em Cass Sustein, afirma que é possível identificar duas perspectivas de cidadania nesse ambiente tecnológico. A primeira, a “cybercidadani@”, revela os inegáveis aspectos positivos do uso da tecnologia para acesso ao conhecimento, à informação, para o incremento da transparência, dentre outros [27]. Não obstante, conforme destaca Sustein, a Internet e suas regras baseadas em modelos privados de apropriação acabam por gerar um espaço aparentemente público, mas que no fundo é fruto de um simulacro, uma “republica.com”, cujo modelo de cidadania é o da “cidadani@.com”. Em linhas gerais, tratam-se de cidadãos cuja consciência cívica é movida pelo consumo de informação, marcados pela passividade [29]\*\*\*\*\*.

Ao analisar as perspectivas para a democracia na sociedade informacional, Marciele Berger Bernardes distingue duas atitudes antagônicas: otimistas e pessimistas. Dentre os primeiros, os supracitados Castells e Pierre Levy. Dentre os segundos, Lawrence Lessig\*\*\*\*\*, Zygmunt Bauman [2]\*\*\*\*\*. Ainda que pareça superficial adotar o critério “otimista vs. pessimista” para categorizar as densas obras analisadas, Antonio Perez Luño também adota fator de classificação semelhante, ao atribuir a Sustein o rótulo de “pessimista” quanto à democracia na Internet, visão à qual parece se alinhar [29]. Para se debruçar sobre o problema das perspectivas para o Parlamento, e da democracia como um todo, frente às Tecnologias da Informação e Comunicação, não basta a filiação às visões genericamente divididas em “pessimistas” ou “otimistas”.

---

\*\*\*\*\* ‘Se o Google sofresse uma pane prolongada, é provável que a atividade na internet se recuperasse logo, à medida que empresas e usuários mudassem para serviços semelhantes’, diz o site *Business Insider*. ‘No entanto, é alarmante o fato de que uma única companhia tem tanta influência sobre uma indústria tão grande e importante.’ [31] Grifamos.

\*\*\*\*\*Cf. também [26].

\*\*\*\*\*A crítica sagaz do autor está no próprio título da obra e diz respeito ao domínio de segundo nível “.com”, o qual, segundo as regras já consagradas da ICANN sobre nomes de domínio, são reservadas a empreendimentos privados com fins empresariais.

\*\*\*\*\* Nesse sentido, V. [23] passim.

\*\*\*\*\*A autora claramente parece estar entre os “otimistas”: “A partir disso, evidencia-se que o Estado, governo e processo de tomada de decisões foram gradualmente transformados pelas mudanças tecnológicas, uma vez que as possibilidades de uso das TICs são múltiplas, podendo inclusive facilitar/promover mudanças organizacionais a depender do seu uso. Se conservador, implica subutilização de ferramentas e simples transferência para os meios digitais das velhas estruturas; se revolucionário, pode resultar no alvor de uma sociedade mais democrática e participativa

Com efeito, Gustavo Zagrebelsky procura uma via tercis na análise dos postulados democráticos. Trata-se da chamada democracia crítica, situada entre a atitude cética e a dogmática [32]. Esta é a atitude perante a questão da possibilidade de a Internet hoje ser considerada uma esfera pública global, capaz de substituir toda e qualquer forma de representação política tradicional e suas estruturas jurídicas em curto espaço de tempo. Sem abandonar a utopia de uma democracia direta, mas atenta aos riscos de tecnologias da qual a humanidade cada vez se torna mais dependente e, ao mesmo tempo, que são desenvolvidas e geridas de acordo com interesses de poucos e poderosos conglomerados empresariais.

### PERSPECTIVAS PARA O LEGISLATIVO CONTEMPORÂNEO: É POSSÍVEL SUPERAR O PARLAMENTO COMO ELO CENTRAL DO PROCESSO LEGISLATIVO?

A conjugação das Tecnologias da Informação e Comunicação com os postulados democráticos, conforme exposto, aumentou consideravelmente as possibilidades para a manifestação da vontade popular. Dessa forma, não faltaram (e não faltam) vozes a proclamar que o ambiente atual revela-se fértil em experiências cuja “eliminação de intermediários” também na seara política estatal. Entretanto, conforme também ressaltado, a reconhecimento das potencialidades não pode ocorrer sem a mensuração dos riscos.

Sabe-se que a substituição de intermediários é uma antiga promessa da Internet. A eclosão de um ambiente tecnológico originalmente descentralizado e tecnologicamente neutro ainda leva muitos a concluírem que esta será a força motriz da democracia participativa no futuro, superando a influência negativa sobre a esfera pública em épocas anteriores exercida pela mass media, como a televisão e a imprensa. Entretanto, para Eli Pariser, apoiado em Tim Wu, trata-se de uma promessa não cumprida, à medida que a Internet não eliminou intermediários, mas apenas os substituiu [26].

A questão é também posta à representação política e, naturalmente, ao seu locus tradicional nas democracias contemporâneas: o Parlamento. Principalmente quando é possível verificar que os moldes tradicionais da representação vão se tornando cada dia mais anacrônicos, levando muitos a concluírem se tratar de uma crise de representatividade política ou, simplesmente, um alto déficit democrático entre a vontade do representante e a vontade do representado.

Antes de enfrentar o complexo problema da necessidade ou não de um Parlamento na atualidade, é necessário averiguar qual a sua função no Estado contemporâneo. As funções do poder legislativo são sintetizadas por Kildare Gonçalves Carvalho [11]:

- a) Representativa, traduzida na capacidade única do legislativo em simular o mosaico social, protegendo minorias por dar-lhes poder de voz e voto na produção das normas;
- b) Obstrucionista, freando os ímpetos do poder Executivo, unilateral e pessoal, já que se trata de Órgão colegiado. É o que lhe atribui caráter mais conservador;

- c) Mobilizadora do poder popular, promovendo a articulação entre a execução de políticas públicas e a vontade popular;
- d) Informativa, divulgando fatos no intuito de diminuir a distância entre cidadãos e os representantes;
- e) Educadora, alcançada por sua maior visibilidade e apelo a questões morais e éticas;
- f) Eletiva, típica do parlamentarismo, onde o parlamento escolhe o primeiro ministro.

No Brasil, restringindo-se ao Congresso Nacional, é possível identificar que estão presentes a quase totalidade das funções no sistema constitucional, com ressalva da eletiva. Não obstante, tampouco faltam vozes para verificar a falta de efetividade prática em sua atuação.

Isto porque a dita “crise de representatividade” é algo recorrente entre a doutrina, dela decorrendo, por exemplo, entraves como: as dificuldades de exercício da iniciativa popular; a composição de uma bancada governista a obstar o exercício da função obstrutiva (e todas as outras); a formação de grupos de pressão multipartidários atuando de acordo com seus próprios interesses (bancada ruralista, “evangélica” etc.); a pouca informação prestada pelo próprio legislativo e a maior visibilidade dada ao poder executivo; dentre tantos outros fatores que levam muitos a afirmar que o legislativo hoje está mais próximo de um problema do que uma solução para o “gap de representatividade”.

Portanto, muitos questionam se a solução para o problema seria o fim do Parlamento. Robert A. Dahl, por exemplo, afirma que não. No que denomina de “Poliarquia III”, em superação às poliarquias da primeira e segunda geração da democracia [16], o autor enumera algumas possibilidades com ressalvas [16]. Afirma o autor que um determinado país poderia até criar uma espécie de “conselho permanente”, um pequeno grupo de cidadãos eleitos para auxiliar a tomada de decisões políticas, o que chama de um minipopulus. “Os membros de um minipopulus poderiam ‘se reunir’ por meio das telecomunicações,” afirma [16]. Por outro lado, outros afirmam que sua atuação no processo legislativo vai torná-lo cada vez mais interativo. Esta é a visão de Cristiano Ferri Soares de Farias, um dos idealizadores do projeto e-democracia da Câmara dos Deputados. Para ele, há dois tipos de experiências em e-democracia, as institucionais e as não institucionais. Analisando experiências interativas promovidas no âmbito do Poder Legislativo, conclui o autor que da simbiose entre os princípios clássicos da democracia representativa e os da democracia participativa, surge a interatividade digital no parlamento [18]. Por último, é também possível asseverar que o Parlamento preservará e fortalecerá seu poder de fiscalização de outros poderes, mormente o Executivo. Não obstante, que seu papel de elo central no processo legislativo será paulatinamente substituído por outros mecanismos, ganhando força os não institucionais de participação e manifestação da vontade popular. E nesse aspecto, a Internet ganha grande relevância.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Tecnologias da Informação e Comunicação introduziram alterações sociais profundas e significativas. Ao passo que seu uso se alastra, parece que cada vez mais se está diante de um caminho sem volta, cujas consequências devem ser mensuradas, porém não podem ser evitadas.

Este trabalho procurou averiguar um aspecto problemático, qual seja a capacidade de o ambiente político propiciado pela maciça utilização das TICs, principalmente a Internet, vir a ser considerado um espaço público ou esfera pública em âmbito global.

Primeiramente, procurou-se trabalhar alguns aspectos estruturantes do conceito de esfera pública, sua importância para a teoria democrática e as críticas às suas premissas. Posteriormente, foi trabalhada a problemática acerca da viabilidade de a Internet vir a ser considerada como uma ferramenta de promoção e desenvolvimento de uma esfera pública em âmbito global.

Ao final desta primeira etapa, concluiu-se que a Internet, hoje, não é a mesma de quando surgiu. Portanto, para que seja uma ferramenta de efetiva promoção dos postulados democráticos e naturalmente de consecução de uma esfera pública em âmbito global é necessário que se tome uma postura crítica, que supera a visão cética, mas tampouco tem atitude otimista cega.

Assim, é necessário estar atento às peculiaridades da Web 2.0, cuja atuação de filtros de conteúdo indica para um ambiente de informações “personalizadas” segundo as supostas preferências do usuário, desenvolvido segundo interesses de promoção de produtos e serviços e cujas consequências para a democracia podem ser significativamente negativas.

Logo, após descrever tal ambiente, foi possível enfrentar algumas perspectivas para a representação política e especialmente para o legislativo, materializado na figura do parlamento. Atendo-se ao processo legislativo, afirmou-se que não é unânime a asseveração de que a tecnologia certamente levará à consolidação da democracia direta. Ao menos em curto prazo.

Isto porque há aqueles que afirmam que, mesmo com a possibilidade de manifestação direta da vontade política pela população, não será possível se prescindir da representação, que poderá se valer das tecnologias, mas nunca desaparecerá.

Por sua vez, há quem identifique já um movimento crescente de utilização destas tecnologias pelo próprio poder legislativo, para fins de promoção de um ambiente que faz do Parlamento um ambiente cada vez mais interativo e do processo legislativo algo colaborativo.

Por último, é possível identificar quem assevere que tal ambiente levará a uma paulatina perda de função do poder legislativo como protagonista do processo legislativo, restando-lhe o exercício de outras funções atípicas, o que poderá ser fortalecido pela maciça utilização das TICs.

Não há resposta pronta, mas é certo que o problema está lançado e a única certeza que resta é a de que é necessário o aprofundamento do estudo acerca das potencialidades da Internet, bem como dos desafios para sua promoção e desenvolvimento, o que passa pela imposição de limites efetivos a interesses que podem ferir de morte

as esperanças de um futuro mais democrático.

## REFERÊNCIAS

- [1] BARROS, A. P. F. L.. A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa – uma revisão do tema. *In: Universitas: Arquit. e Comunicação Social*, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 23-34, jan./dez. 2008.
- [2] BAUMAN, Z. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- [3] BEÇAK, R.; LONGHI, J. V. R.. Tendências da democracia participativa: a influência da Internet no perfil da representação e evento do orçamento participativo. *In: XX CONGRESSO NACIONAL do CONPEDI*, Vitória-ES. A Ordem Jurídica Justa: um diálogo Euro-Americano, 2011.
- [4] \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Democracia deliberativa e ciberdemocracia: riscos e desafios para sua implementação. *In: Anais do XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI*, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. São Paulo, 13-16. nov. 2013.
- [5] \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. A democracia participativa e sua prospecção futura – perspectiva histórica e prospecção futura: o marco civil para a regulação da Internet no Brasil. *In: SIMÃO FILHO, A. et alli (coord.). Direito da Sociedade da informação: temas jurídicos relevantes*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- [6] \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Processo Legislativo Colaborativo: a participatividade pela internet no trâmite do Projeto de Lei n. 2.126/2011 (Marco Civil da Internet). *Anais do XXI Congresso Nacional do CONPEDI*, Niterói-RJ, 31 de out.-3 de nov. de 2012, em.
- [7] BEÇAK, R. **A hipertrofia do executivo brasileiro: o impacto da constituição de 1988**. Campinas: Millennium, 2008.
- [8] \_\_\_\_\_. Estado de direito, formas de Estado e constituição. *In: Revista da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete*. nova fase. v. 3, 2007a. p. 293-295. Versão deste artigo apareceu, alguns anos depois, com o mesmo título, na *Revista Em tempo*. Revista da área de Direito do UNIVEM. v. 10, 2011.
- [9] \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o evolver democrático rumo à sua otimização: a atualidade da “democracia deliberativa” e suporte teórico. Enfoque histórico-evolutivo. Contribuição à Teoria Geral do Estado**. 2012. 178f. Tese (Livre-docência em Teoria do Estado). Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2012.
- [10] BERNARDES, M. B. **Democracia na Sociedade Informacional: o desenvolvimento da democracia digital nos municípios brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- [11] CARVALHO, K. G. **Direito constitucional: teoria do estado e da constituição; direito constitucional positivo**. 15 ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- [12] CASTARDO, H. F. **Natureza jurídica do Tribunal de Contas no**

- Ordenamento Brasileiro.** 2007. 190f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, UNIMEP, Piracicaba. 2007. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/YTAVWAIQBHIT.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2014.
- [13] CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- [14] \_\_\_\_\_. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. In: **Annals of American Academy**, n. 616, March, 2008. Disponível em: <<http://annenbergl.usc.edu/Faculty/Communication%20and%20Journalism/~media/78.ashx>>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- [15] CLARKE, R. A.; MORELL, M. J.; STONE, G. R.; SUSTEIN, C. R.; SWIRE, P. **Liberty and security in a changing world: Report and Recommendations of Report and Recommendations of The President’s Review Group on Intelligence and Communications Technologies.** Disponível em: <<http://s3.documentcloud.org/documents/929267/review-group-exec-summary-and-recs.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- [16] DAHL, R. A. **A democracia e seus críticos.** Trad. Patrícia de Freitas Ribeiro; rev. de trad. Aníbal Mari. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- [17] ESTADÃO. **Facebook tira do ar página de divulgação de protestos contra a Copa: Página com mais de 16 mil curtidas foi deletada na terça-feira; movimentos falam em censura.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,facebook-tira-do-ar-pagina-de-divulgacao-de-protestos-contra-a-copa,1124387,0.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- [18] FARIA, C. F. S. de. **O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?** Brasília: Câmara dos deputados, edições Câmara, 2012. p. 293. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7867/parlamento\\_aberto\\_faria.pdf?sequence=2](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7867/parlamento_aberto_faria.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 1 fev. 2014.
- [19] GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia. Problemas & perspectivas.** São Paulo: Paulus, 2008.
- [20] HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre faticidade e validade.** Vol. II. Trad. Fabio Beno Siebneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- [21] HINDMAN, M. **The myth of digital democracy.** Princeton: Princeton University Press, 2009.
- [22] LEMOS, A.; LEVY, P. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária.** São Paulo: Paulus, 2010.
- [23] LESSIG, L. **Code and other laws of cyberspace.** New York: Basic Books, 1999.
- [24] LONGHI, J. V. R.. Privacidad, democracia y redes sociales en Brasil: ¿Primavera o invierno? In: **Medialaws.** Disponível em: <<http://www.medialaws.eu/privacidad-democracia-y-redes-sociales-en-brasil-primavera-o-inverno/>>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- [25] O’REILLY, T. **What Is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software.** Disponível em: <<http://oreilly.com/web2/archive/what-is-web-2.0.html>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

- [26] PARISER, E. **O filtro invisível. O que a Internet está escondendo de você.** Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- [27] PÉREZ LUÑO, A. E. Internet y Derechos Humanos. **Derecho y conocimiento: anuario jurídico sobre la sociedad de la información y del conocimiento.** Universidad de Huelva (Facultad de Derecho), Huelva, n. 2, p. 101-121, 2002.
- [28] ROSEN, J. **The New Republic - “Metadata Material Shouldn’t be Held by the Government.** Interview: A key NSA reform panelist explains their recommendations. Disponível em: <<http://www.newrepublic.com/article/116027/nsa-reform-report-panelist-cass-sunstein-metadata-storage>>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- [29] TREIN, A. Ciberdadani@ e República.com: reflexões a partir de Cass Sunstein e Perez Luño. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 9, p. 1-23, 2013. Disponível em: <<http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/34274>>. Acesso em: 31 jan. 2014.
- [30] VAIDHYANATHAN, S. **Googlization of Everything (and why should we worry).** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2012.
- [31] VEJA. **Google tem pane de 5 minutos e o tráfego na internet cai 40%.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/falha-no-google-causou-queda-de-40-no-trafego-da-internet-no-mundo>>. Acesso em 28 jan. 2014.
- [32] ZAGREBELSKY, G. **A crucificação e a democracia.** São Paulo: Saraiva, 2011.

**RUBENS BEÇAK** professor associado da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (graduação e pós-graduação) e da Faculdade de Direito (pós-graduação) da Universidade de São Paulo. Secretário Geral da Universidade de São Paulo (2010-14) – e-mail: [prof.becak@usp.br](mailto:prof.becak@usp.br)

**JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI** professor assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia – e-mail: [joaovlonghi@yahoo.com.br](mailto:joaovlonghi@yahoo.com.br)



# Registros das Terras Indígenas de Rondônia Por Meio de Mapas Mentais

## Indigenous Lands Registers of Rondonia State – Brazil Using Mental Maps

### RESUMO

O Projeto de Extensão *Registrar e desenhar a biogeografia das terras indígenas de Rondônia por meio de mapas mentais* foi desenvolvido na Universidade Federal de Rondônia, campus Ji-Paraná, nos Departamentos de Educação Intercultural-DEINTER e de Engenharia Ambiental-DEA. A metodologia contemplou pesquisa na etapa presencial dos alunos na Universidade, campus Ji-Paraná, e trabalho de campo nas aldeias. Utilizou-se de entrevistas e produção coletiva de mapas, desenhos e registros escritos. Além disso, os professores indígenas trabalharam com seus alunos nas escolas das aldeias os mapeamentos biogeográficos partindo das cartas feitas em laboratório, as quais possuíam apenas os limites das terras indígenas. Os principais resultados atingidos foram: os mapas mentais elaborados pelos indígenas e, a partir disso, a discussão sobre os recursos naturais das terras indígenas e seu uso e manejo sustentável e os levantamentos biogeográficos, neste caso foi dado enfoque aos conhecimentos sobre a fauna. Ainda, como um dos resultados do projeto, encontra-se em elaboração, material de apoio ao ensino de Geografia nas terras indígenas.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas. Biogeografia. Mapas Mentais. Terras Indígenas.

### ABSTRACT

The Extension Project *Register and draw the indigenous lands biogeography of Rondônia State through mental maps* was developed at the Federal University of Rondônia, Ji-Paraná city, at the Intercultural Education and Environmental Engineering departments. The methodology included research in the attendance of pupils, step in the University Ji-Paraná, and fieldwork in the villages. There were used interviews and collective production of maps, drawings and written records. Moreover, indigenous teachers worked, with their students in village schools, biogeographic mappings starting from the chart made in the laboratory, which had only the boundaries of indigenous lands. The main results achieved were: the mental maps drawn by indigenous

MARIA LUCIA CEREDA  
GOMIDE

Universidade Federal de Rondônia. Departamento de Educação Intercultural, Rondônia, Brasil

ALEX MOTA DOS  
SANTOS

Universidade Federal de Rondônia. Departamento de Engenharia Ambiental, Rondônia, Brasil

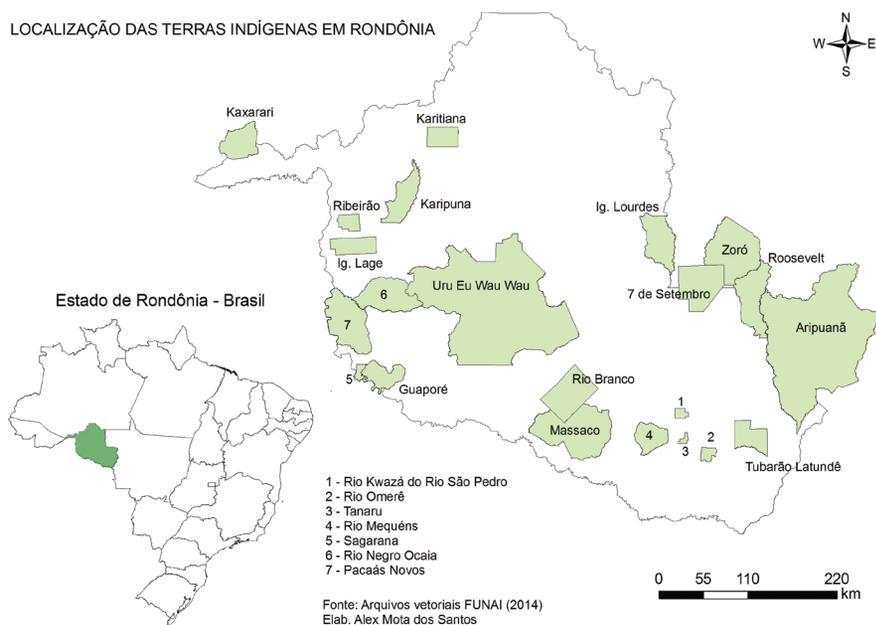
and, from that, the discussion on natural resources from indigenous lands, its use and sustainable management and bio-geographical surveys, in this case, it was given focus to the knowledge of the fauna. Still, as a result of the project, lies in the preparation of materials to support teaching of Geography in indigenous lands.

**Keywords:** Indigenous People. Biogeography. Mental Map. Indigenous Lands.

## INTRODUÇÃO

**O Projeto de Extensão *Registrar e desenhar a biogeografia das terras indígenas de Rondônia por meio de mapas mentais*** foi desenvolvido na Universidade Federal de Rondônia, campus Ji-Paraná, nos Departamentos de Educação Intercultural-DEINTER e de Engenharia Ambiental-DEA, entre os anos de 2011 e 2012. Participaram do projeto diversos povos indígenas do estado de Rondônia e noroeste do Mato Grosso (Figura 1), dos quais possuem representantes entre os alunos indígenas do DEINTER: Arara/Karo, Gavião/Ikóléhj, Surui/Paiter, Cinta Larga, Karitiana, Wari, Tupari, Djereomixti, Makurap, Puruborá, Aikanã, Canoe, Sabane e Zoró.

Figura 1 – Mapa das terras indígenas de Rondônia



O projeto tem como aspecto importante o diálogo intercultural, integrando diversas áreas do conhecimento. De acordo com Monte [10]:

“muitos dos desafios com os quais se defrontam hoje os povos indígenas estão relacionados às diversas respostas que dão às situações de intercâmbio intercultural: tornar-se parte, ou estar incluído entre parcela das sociedades mundiais que tem acesso e domínio de meios, bens e tecnologias relacionados à escolaridade e à cidadania. Mas, sobretudo firmar, pelo uso criativo e crítico desses

meios, o direito à diferença lingüística e cultural como minorias étnicas em Estados nacionais” [11].

Com efeito, este projeto teve como enfoque a valorização dos conhecimentos dos povos indígenas em relação aos seus territórios e os recursos naturais por meio da produção cartográfica e de levantamentos da flora e fauna das terras indígenas. Neste sentido, o objetivo principal foi o levantamento dos conhecimentos biogeográficos indígenas a partir de registros escritos e mapas mentais. Como objetivo específico, cita-se a discussão sobre gestão ambiental das terras indígenas, complementação para a formação dos alunos indígenas que frequentam o curso superior na UNIR, Ji-Paraná.

Os povos indígenas utilizam e manejam os recursos naturais de forma sustentável conservando-os. A princípio, a cobertura vegetal (e sua biodiversidade), a fauna, os solos, e as águas que drenam suas terras são mantidas em ótimo estado de conservação. A floresta possui também um significado histórico e identitário na cultura indígena e assim é uma condição para o futuro destes povos [1].

Ladeira [8], ao estudar o espaço geográfico dos Guarani-Mbya, seus significados, construção e mito, afirma que a relação entre ambiente e espaço para esse povo indígena está intimamente ligada a categorias e conceitos específicos implicados numa dinâmica de controle social e apreensão territorial que extrapola os limites físicos das aldeias e mesmo de um contexto regional geográfico.

Os conceitos trabalhados neste projeto foram fundamentalmente sobre mapas mentais e uma definição de estudos biogeográficos.

Os mapas mentais são recursos didáticos interessantes nos estudos geográficos, alguns autores que pesquisam esta temática como Kozel, Teixeira e Nogueira [7] concluíram que “os mapas mentais estão relacionados às características do mundo real, ou seja, não são construções imaginárias”, mas sim representações de lugares reais, vividos pelos “sujeitos históricos”.

Quanto ao ensino da Geografia, a metodologia dos mapas mentais contribui para a discussão e construção dos conceitos de espaço, lugar, território, e paisagem, pois nesta perspectiva o “educando também é agente das representações e produtor de conhecimentos imprescindíveis para o entendimento das relações estabelecidas na organização espacial” [7]. Segundo Seemann [14] “o mapa (no seu sentido mais amplo possível) exerce a função de tornar visíveis pensamentos, atitudes, sentimentos tanto sobre a realidade (percebida) quanto sobre o mundo da imaginação” e revelam experiências.

Os mapas mentais também são importantes para a introdução da discussão sobre o que é um mapa e introduzir as primeiras noções sobre cartografia. Além disto, por meio destes também podemos realizar levantamentos de problemas socioambientais [12]. Também nesta linha de reflexão, Archela, Gratão e Trostdorf [2] observam que os mapas mentais relacionam-se com o espaço vivido e com o conceito de lugar, ou seja, são representações do vivido. Segundo Lima e Kozel [10], “os mapas mentais são desenhos concebidos a partir das observações sensíveis, da experiência humana no lugar e não se baseiam em informações precisas e rigorosamente estabelecidas” e sua existência é intermediada por símbolos.

Para Almeida [1], os mapas indígenas apresentam “mais que só lugares porque eles representam o território junto com sua história e também porque

incorporam uma relação profunda com o espaço geográfico”. Segundo Ladeira [8], para as comunidades indígenas, o espaço vai além das matas, rios e igarapés, pois se trata de um território construído socialmente e gravado nas diferentes fases de vida desses grupos, assim, sua concepção de mundo dá sentido ao seu modo de vida.

Em relação à biogeografia, estuda a distribuição dos seres vivos no espaço e tempo, “a palavra biogeografia quer dizer geografia da vida” [6]. Os biogeógrafos buscam entender como ocorrem os distintos padrões de distribuição de plantas e animais na superfície terrestre. “A área de distribuição biogeográfica é uma projeção geográfica da espécie, uma fração do espaço geográfico definida pelo conjunto de interações ecológicas e históricas de dada espécie” [6].

Por fim, segundo Almeida [1], os povos indígenas conhecem profundamente seu espaço geográfico e possuem interesse acentuado na aprendizagem e no uso da linguagem cartográfica.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia contemplou pesquisa na etapa presencial dos alunos na Universidade, campus Ji-Paraná, e trabalho de campo nas aldeias. Observa-se que o projeto foi elaborado a partir das demandas indígenas e assim construído e desenvolvido com colaboração dos povos envolvidos.

Na Universidade foram realizadas diferentes etapas, em laboratório, elaboração de cartas e, em aulas presenciais com alunos indígenas, alguns levantamentos e mapas mentais. Realizaram-se levantamentos do conhecimento indígena, onde se identificou e nomeou a avifauna de forma bilíngue. Também foram registrados os locais onde são encontradas as aves e seus hábitos, estes levantamentos foram feitos a partir do CD Aves do Brasil de Tomas Sigrist, 2004.

Nas aldeias foram feitas entrevistas e trabalhos coletivos, registros escritos, ilustrações, mapas mentais e fotos. Além disso, os professores indígenas trabalharam com seus alunos nas escolas das aldeias os mapeamentos biogeográficos, partindo das cartas feitas em laboratório nas quais têm-se, apenas, os limites das terras indígenas, como será explicado a seguir.

## CARTOGRAFIA

A elaboração das cartas-imagem das terras indígenas de Rondônia ocorreu por meio de métodos de geoprocessamento. Este trabalho foi realizado no laboratório de Geomática e Estatística (LABGET) do Departamento de Engenharia Ambiental (DEA). As cartas foram produzidas com a finalidade de serem utilizadas pelos professores e alunos indígenas, em suas aulas de Geografia, assim como de produzir mapas com o conhecimento indígena. Neste sentido, as cartas apresentam os limites das terras indígenas (e elementos básicos, como coordenadas geográficas, escala, norte geográfico)

(Figura 1). Os indígenas mapearam seu conhecimento socioambiental sobre seu território, incluindo por um lado, aspectos físicos como a rede hidrográfica, vegetação, relevo, localização de animais, e por outro lado social, com aldeias, lugares importantes, formando em alguns casos um mapa etnohistórico. Os mapas foram impressos por meio de um plotter, em dois formatos: A4 e A3. Depois de impressos foram entregues aos professores indígenas que se interessaram em participar do projeto. Os professores indígenas levaram para as suas escolas nas aldeias e trabalharam com os mapas e também em suas aulas. Para estes, foi entregue um número de acordo com a quantidade de alunos de suas escolas.

## CADERNO DE PESQUISA

A outra parte do projeto foram os registros biogeográficos das terras indígenas, utilizando para isso o Caderno de pesquisa – neste foram feitos os seguintes levantamentos: das formações vegetais, espécies de árvores em relação ao seu uso (frutífera, madeira, artesanato, alimento para fauna); e sobre a fauna, avifauna, peixes, insetos. As pesquisas deste caderno foram desenvolvidas com os professores indígenas e seus alunos.

A metodologia do trabalho de campo contemplou, além de entrevistas, as oficinas com a participação da comunidade indígena.

## RESULTADOS

Os principais resultados atingidos foram: os mapas mentais elaborados pelos indígenas e, a partir disso, a discussão sobre os recursos naturais das terras indígenas, seu uso e manejo sustentável e os levantamentos biogeográficos, neste caso foi dado enfoque aos conhecimentos sobre a fauna. Ainda, como um dos resultados do projeto, encontra-se em elaboração material de apoio ao ensino de Geografia nas terras indígenas.

Como exemplo de levantamentos da avifauna, feito pelos Paiter/Surui, o qual apresenta registro bilíngue dos nomes das aves, seu habitat e caracterização alimentar e ainda, se é comestível ou não.

**Tabela 1** – Levantamento preliminar sobre avifauna. Tema: Pesquisa Avifauna – identificação e localização das aves.

	NOME INDÍGENA PAITER	NOME PORTUGUÊS	HABITAT – ONDE VIVE	DE QUE SE ALIMENTA?	É COMESTÍVEL?
1.	Wakoyah	Mutum	Beira rio	Frutas	Sim
2.	Kina	Periquito	Floresta	Frutas	Não
3.	Arãykab	Anu branco	Capoeira	Frutas	Não
4.	Beleleya	Bem te vi	Capoeira	Frutas	Não
5.	Wakar	Garça	Beira rio	Peixe	Não
6.	Tamari	Jacamim	Floresta	Frutas	Sim

7.	Kasar	Arara	Beira rio	Barreiro e frutas	Não
8.	Mokowah	Coruja	Floresta	Rato	Não
9.	Serewa	Pica pau	Floresta e oco de pau	Insetos – formiga, lagartas, etc	Não
10.	Abiowa	Macuco	Floresta	Frutas	Sim
11.	Kirun	Beija flor	Floresta	Flores	Não
12.	Takor		Floresta	Frutas	Sim
13.	Doriah	Rolinha	Capoeira	Semente de capim	Sim
14.	Tamoahb	Jacu	Floresta	Formiga e açai	Sim
15.	Wayã	Azulão	Floresta	Frutas	Sim
16.	Ikōr	Gavião	Floresta	Macaco	Não
17.	Kasar nud	Maritaca	Floresta	Frutas	Não
18.	Kixana	Martim pescador	Beira do rio	Peixe	Não
19.	Oyko	Urubu	Capoeira	Carniça	Não
20.	Txoin	Tizio	Capoeira	Frutas	Não
21.	Kapé	Pomba	Capoeira	Frutas	Sim
22.	Ipehya	Pato	Floresta	Frutas	Sim
23.	Ihmainuhd	Pula-pula ribeirinho	Beira rio	Semente ou inseto	Não
24.	Ikōrud	Gavião pequeno	Floresta	Passarinho e cobra	Não
25.	Abixakor	Jacutinga	Floresta	Semente das árvores	Sim
26.	Tamariob	Saracura	Brejo	Semente e insetos	Sim
27.	Yokanap	Tucano	Floresta	Frutas	Não

Figura 2 – Mapas mentais elaborados pelos indígenas para espacialização da flora.



Os resultados revelaram ainda que os indígenas valorizam o uso de pictogramas para representação do espaço e seus elementos. Estes pictogramas configuram símbolos que são carregados de significados, que extrapolam a representação em si para revelar visões de mundo e experiências.

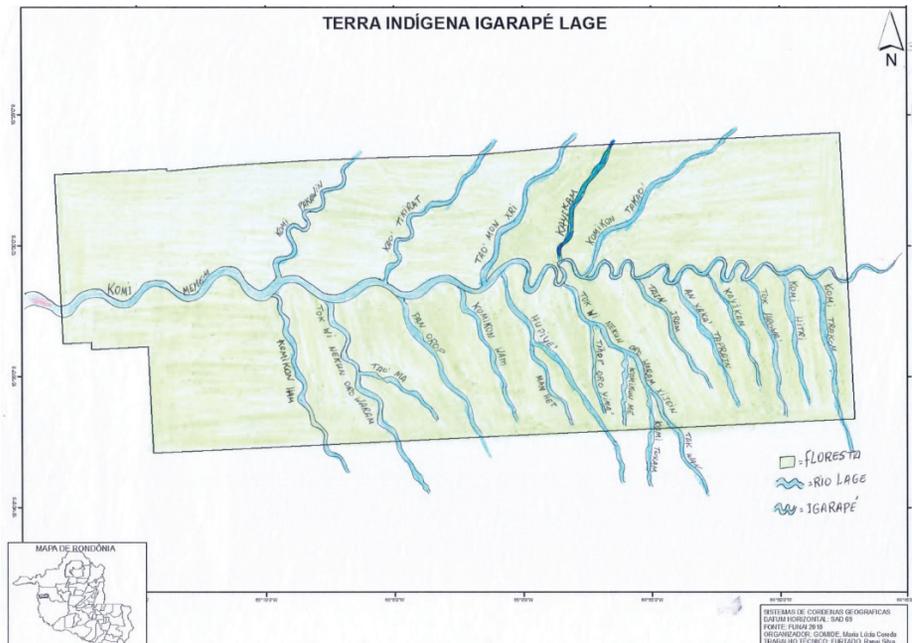


Figura 3 – Mapas mentais elaborados pelos indígenas para espacialização da flora.

De forma geral, os mapas apresentaram-se ricos em cores, em que se destacou o marrom para áreas antropizadas, não indígenas, e azul para a representação da água (Figura 3). Os rios foram referidos na língua materna o que possibilita inúmeras análises, inclusive na escola indígena, a partir do reconhecimento e da valorização da língua entre os mais novos.

O igarapé Komi Kon Ham remete a um rio com uma espécie específica de peixe, pois Komi (água) kon (de) Ham (espécie de peixe). Komi kon Wan indica um corpo de água que possui ao seu redor uma espécie de árvore; Trakom indica presença de tabocais. O igarapé Komi Kon Takao' indica um ambiente que possui o peixe Cará (*Pterophyllum*), já o Kao' Tirirat um rio que possui sapos. Outra observação diz respeito ao igarapé Hroma que é indicação de um igarapé com alta concentração de sedimentos (barrento).

## DISCUSSÃO

O contraste entre as terras indígenas e seu entorno é expressivo tornando-as como ilhas de biodiversidade em meio à intensa retirada da vegetação e degradação produzida pela sociedade envolvente. Neste sentido, são inúmeros os conflitos vividos

pelos povos indígenas, em específico no estado de Rondônia que se insere num quadro de tensões socioambientais, com o avanço do agronegócio, a construção de hidrelétricas e de rodovias.

Os resultados revelam as preocupações socioambientais dos povos indígenas, nos mapas mentais observa-se o mapeamento de áreas de pecuária no entorno das terras indígenas.

Em relação aos levantamentos de fauna e vegetação observa-se conhecimento profundo das espécies e sua relação com o meio e com a cultura, ou seja, o que representam em suas cosmologias.

Neste contexto, torna-se fundamental que sejam feitas propostas pelos próprios indígenas, sobre o uso e manejo dos recursos naturais de seus territórios, assim os levantamentos pesquisados podem contribuir para a discussão e a elaboração dos planos de gestão das terras indígenas, vindo de encontro aos anseios dos povos indígenas que buscam alternativas sustentáveis para sua sobrevivência física e cultural.

Por fim, a representação não acaba em si, é manifestação dos saberes, é construção dialógica de conhecimento, experiências vividas, lugares e ambientes.

## REFERÊNCIAS

- [1] ALMEIDA, R. A. de. A Cartografia na Agenda 21 das Terras Indígenas do Estado do Acre. *In: X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** p. 496-521. São Paulo: USP, 2005.
- [2] ARCHELA, R.S.; GRATÃO, L.H.B.; TROSTDORF, M. A. S. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar geografia. *In: Londrina*, v. 13, n. 1 – jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.geo.uel.br/revista>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- [3] CANTO, T.S. A Cartografia pela Cibercultura. 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo. UNESP, Rio Claro, 2008. **Anais...** Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/740-751tania.pdf>>. Acesso em 13 jan. 2011.
- [4] GAVAZZI, R.A.; REZENDE M.S. **Atlas Geográfico do Indígena do Acre**. CPI-Acre, Rio Branco, 1996.
- [5] GAVAZZI, R.A. (org.). **Geografia Indígena**. Instituto Socioambiental – MEC – PNUD, Brasília, 1996.
- [6] FURLAN, S. Técnicas de Biogeografia. *In: Venturi, L. A. B. (org.). Praticando a Geografia: Técnicas de Campo e Laboratório*. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2005
- [7] KOZEL, S. Resignificando as representações do espaço: as linguagens do cotidiano. *In: X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 20 a 26 de março de 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo, 2005.
- [8] LADEIRA, M. I. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, construção e uso**. 230f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

- [9] LEITE, E.R.R. (coord.). **Atlas das Terras Indígenas Mebêngôkre, Paraná e Tapajúna**. Realização: Associação Ipre-re de Defesa do Povo Mebêngôkre, Programa de formação de Professores Mebêngôkre, Paraná e Tapajúna e FUNAI, Minas Gerais, 2008.
- [10] LIMA, A.M.L.; KOZEL, S. Lugar e Mapa Mental: Uma Análise Possível. **Geografia**, v. 18, n. 1 – jan./jun. 2009. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.
- [11] MONTE, N. **Novos frutos das escolas da floresta**. Rio de Janeiro. 2003.
- [12] NOGUEIRA, A. R. B. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar. *In*: PONTUSCHKA, N. N. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.
- [13] POSTIGO, A.A. **A terra vista do alto: usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre**. Tese. 310 f. (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- [14] SEEMANN, J. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. **OLAM – Ciênc. & Tec.** v. 3, n. 1, p. 200-223. Rio Claro. set. 2003.
- [15] TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1977-1983.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores indígenas que participaram da pesquisa e à Universidade Federal de Rondônia pelo apoio nos deslocamentos a campo.

**MARIA LUCIA CEREDA GOMIDE** *professora da Universidade Federal de Rondônia e membro do Grupo de Pesquisa da Engenharia Ambiental (DEA-UNIR) – e-mail: malugomide@yahoo.com.br*

**ALEX MOTA DOS SANTOS** *professor adjunto do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná – e-mail: alex.geotecnologias@gmail.com*



# Educar Para o Mundo: Experiência Extensionista Popular para Direitos Humanos e Migrações

Educar Para o Mundo: Popular Academic Outreach Experience in Human Rights and Migrations

## RESUMO

A proposta do Educar para o Mundo é repensar a forma como se estuda e se atua na área de Relações Internacionais, especialmente nos projetos de extensão da área, inspirados em autores que pensam criticamente sobre a forma como a área acadêmica se relaciona com a sociedade à qual pertence. A exemplo de Paulo Freire, decidimos ir além da sala de aula para nos inserirmos na realidade dos imigrantes latino-americanos em São Paulo. Iniciamos nosso trabalho em uma escola pública que abrigava uma porcentagem significativa de crianças bolivianas e que tinha uma dificuldade considerável em lidar com este grupo. Após anos de uma relação profícua, porém difícil e desgastante, percebemos que o modelo de escola tradicional com que trabalhávamos oferecia mais barreiras do que novos caminhos para expandir nossa atuação com os migrantes e optamos por fortalecer nossa presença nos espaços públicos e junto aos movimentos organizados de imigrantes. Entendemos que o diálogo com interlocutores ativos e dispostos oferece grandes possibilidades de realizar o trabalho de extensão comunicativa popular. Este artigo apresenta os principais resultados alcançados por nosso coletivo em seus seis anos de existência e debate os caminhos da extensão popular para a área de Relações Internacionais.

**Palavras-chave:** Extensão Comunicativa. Educação para Direitos Humanos. Migração.

## ABSTRACT

Educar para o Mundo is a collective work aimed at rethinking how the area of International Relations could be studied and acted upon, especially regarding the academic outreach initiatives in the area. It is mostly inspired by authors that think critically about how the academic area relates with the society it belongs to. Following the work of Paulo Freire, we decided to go beyond the classrooms to actively work with

COLETIVO EDUCAR  
PARA O MUNDO:  
ALLAN GREICON  
MACEDO LIMA, ANA  
CAROLINA MAZZOTINI,  
AUGUSTO MALAMAN,  
AUGUSTO VELOSO  
LEÃO, CAIO MADER,  
CAROLINA TAKAHASHI,  
CLAUDIO CAVALCANTE,  
GUILHERME AROSA  
OTERO, GUSTAVO  
PEREIRA, HUGO  
SALUSTIANO, MARTIN  
EGON MAITINO,  
NATÁLIA LIMA DE  
ARAÚJO E PHILLIP  
WILLIANS

Universidade de São Paulo  
Instituto de Relações  
Internacionais, São Paulo,  
Brasil

the reality lived by Latin-American immigrants in the city of São Paulo. We have begun our work in a public school whose student body includes a significant number of Bolivian-origin children and faced many difficulties in dealing with this group. After years of a proficuous relationship, albeit difficult and demanding, we realised that the traditional educational model presented more barriers than pathways to expand our work with migrant groups and opted to strengthen our presence in public spaces and together with organized migrant social movements. We understand that dialog with active interlocutors offers great chances of doing a communicative outreach work. This article presents our main results in our six years of existence and debates opportunities for popular outreach in the area of International Relations.

**Keywords:** Communicative Outreach. Education for Human Rights. Migration.

Figura 1 – Oficina de grafite na Praça Kantuta



## INTRODUÇÃO

**O coletivo de extensão Educar para o Mundo (EpM) surgiu em 2009, por iniciativa conjunta dos estudantes do curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, organizados no Centro Acadêmico Guimarães Rosa, e da professora Deisy Ventura, como um projeto de extensão para trabalhar os direitos humanos dos migrantes e a valorização da cultura latino-americana. A experiência prévia dos estudantes e da coordenadora com o desenvolvimento de atividades de extensão comunicativa popular facilitou os primeiros momentos de criação e elaboração das atividades do coletivo e possibilitou a formação de uma estrutura que trabalhasse com bastante autonomia e mantendo a centralidade da preocupação acadêmica, o que posteriormente possibilitou o surgimento do atual coletivo de extensão. Os objetivos de nossas atividades se concentram em trazer uma perspectiva concreta de prática extensionista para o curso de Relações Internacionais, como alternativa à tendência comum do curso em privilegiar o ensino e a pesquisa em detrimento da extensão, assim como responder à falta de iniciativas para superar a distância**

estabelecida entre esta área acadêmica e a sociedade em que está inserida. Ao mesmo tempo, *Relações Internacionais* é um curso que estabelece vínculos fortes com o poder institucional e, por vezes, acaba tornando-se pouco afeito a possibilidades de intervenções transformadoras na sociedade.

O trabalho é norteado pelo conceito de pedagogia da autonomia defendido por Paulo Freire e fundamentado eticamente pelos princípios da solidariedade e da hospitalidade. Estes foram os pontos de partida para decidirmos trabalhar com os temas da educação para os direitos humanos e da educação para a valorização da cultura latino-americana, com uma perspectiva especialmente voltada para a inclusão social. O tema da migração internacional foi escolhido por ser central para as *Relações Internacionais* contemporâneas e garantiu que o coletivo encontrasse seu espaço no ambiente universitário desse campo do conhecimento. O *Educar para o Mundo* passou, então, a articular o conhecimento acadêmico para possibilitar a construção dos instrumentos básicos de mobilização frente a temas que demandam engajamento da sociedade civil e nos quais os movimentos sociais desempenham papel fundamental. Por esse motivo, nosso trabalho compreende ao mesmo tempo a ação junto aos migrantes, especialmente os latino-americanos, um sólido trabalho junto à comunidade que os acolhe, assim como, a reflexão acadêmica sobre a migração e sobre a própria atuação do coletivo.

Desde seu início, o EpM focou na questão dos direitos humanos dos migrantes latino-americanos na cidade de São Paulo por meio da busca do diálogo horizontal com seus interlocutores: começamos nosso trabalho com a comunidade escolar da EMEF Infante Dom Henrique, no bairro do Canindé, em São Paulo e depois expandimos nosso foco em busca dos espaços ocupados pelas comunidades migrantes e suas entidades. A escola foi escolhida como primeiro local de atuação porque muitos de seus alunos eram imigrantes latino-americanos. Posteriormente, visando articulações com maior diversidade de atores sociais, nosso campo de ação se expandiu da escola para as associações de migrantes. A partir daí, a luta por alterações na legislação migratória e pela efetivação de políticas públicas para os migrantes se tornaram os temas centrais de nossa atuação. Paralelamente, nossas atividades, no contexto da universidade, possibilitaram que discutíssemos também a transformação da estrutura curricular universitária, de modo a torná-la mais próxima da sociedade. Um de nossos maiores esforços é trazer para a área acadêmica o aprendizado construído em nossas experiências externas, através da publicação de artigos, da promoção de palestras, de debates e de exposições.

Este artigo busca sistematizar nossas experiências e atividades ao longo dos seis anos do *Educar para o Mundo*, apresentando os conhecimentos que acumulamos nas ações desenvolvidas em extensão popular comunicativa e em educação não formal em direitos humanos. Apresentaremos nossos objetivos, atividades e também algumas avaliações sobre nosso trabalho, buscando delinear a metodologia que utilizamos e os resultados obtidos, mesmo que muitos dos resultados sejam, na verdade, difusos e difíceis de medir. Observando nosso histórico de atividades, pretendemos, ainda, demonstrar como um coletivo universitário extensionista pode ter um papel importante no diálogo político entre a sociedade e a universidade, bem como contribuir para

a articulação da sociedade civil com governos e outras esferas da política institucional.

## O INÍCIO DAS ATIVIDADES

A parceria com a Escola Municipal Infante Dom Henrique, localizada no bairro do Canindé, em São Paulo, na qual cerca de 12% do corpo discente é imigrante\*, iniciou-se em 2009. Nosso primeiro passo foi buscar uma aproximação com o corpo docente e com a coordenação da escola por meio de reuniões no espaço da Jornada Especial Integral de Formação (JEIF) e de uma discussão gerada a partir da exibição do filme francês *Entre os Muros da Escola*, de Laurent Cantet [8]. A discussão possibilitou as primeiras reflexões sobre os problemas enfrentados diariamente naquela escola e pudemos também ver quais eram as dificuldades advindas da grande quantidade de alunos imigrantes. Foi com as discussões realizadas nesses encontros que recolhemos as primeiras indicações de como poderíamos abordar o tema das migrações na escola.

No segundo semestre de 2009, começamos a promover oficinas diversas para debater a questão dos direitos humanos com os alunos, especialmente os alunos da 5ª à 8ª séries. Realizamos encontros quinzenais com atividades livres de troca de saberes e buscamos estabelecer um espaço sem hierarquias e mais informal do que as aulas curriculares. Uma de nossas preocupações era garantir que todos os participantes tivessem a mesma possibilidade e interesse de intervenção. Nessas oficinas, buscamos atividades que facilitassem a aproximação do indivíduo com os temas trabalhando, principalmente através do uso da arte e de elementos culturais, dois aspectos centrais para a educação popular dos direitos humanos.

Ainda em setembro de 2009, realizamos uma oficina de grafite nos muros da Infante Dom Henrique para introduzir a questão da ocupação do espaço público, mas também, como forma de romper o cinza da cidade e do cotidiano daquela região. Acreditamos que o grafite ajudou a estimular o exercício do direito fundamental da liberdade de expressão, especialmente ao promover a discussão sobre a identidade e auto-representação dos alunos e sobre as violações cotidianas aos direitos humanos que eles viviam. Nossa percepção é de que os desenhos da oficina de grafite são uma forma de concretização visual das discussões que realizamos nos encontros e representam a maneira como os estudantes viam e viviam as violações de direitos debatidas.

---

\*Dados da própria escola à época indicavam que, em 2009, 85 dos cerca de 800 alunos eram imigrantes ou filhos de imigrantes, a grande maioria bolivianos (Inventário EMEF Infante Dom Henrique, 2009). Em uma tendência similar, o Censo escolar de 2010 estimava que os migrantes correspondessem a aproximadamente 41 mil alunos no Ensino Básico em São Paulo, ou 7% do total de matrículas [17].



Figura 2 – Oficina de Grafite na EMEF Infante Dom Henrique.

Em outra atividade, uma oficina de quadrinhos, realizamos uma discussão sobre a Declaração dos Direitos da Criança da ONU (1959). Os alunos abordaram os problemas de convivência e de discriminação na escola e no seu dia a dia, assim como as violações dos direitos das crianças que vivenciavam a partir de histórias em quadrinhos digitais confeccionados por eles próprios\*\*. A terceira oficina de 2009 trabalhou a questão da preservação da identidade com atividades de fotografia com máquinas pinhole construídas com caixa de papelão, tinta e papel fotográfico. Com o tema *Auto Retrato*, os alunos registraram momentos individuais e em grupo, que foram utilizadas para suscitar o debate a respeito de suas autoimagens, da percepção de pertencimento e da identidade de grupo.

Ao longo de 2010, três oficinas proporcionaram um contato mais forte com grupos e movimentos sociais além dos muros da escola, e tiveram o objetivo de aliar as discussões sobre educação pública, espaço público e suas relações com os direitos humanos. Para a primeira oficina, sobre o acesso à educação pública, convidamos educadores do Cursinho Comunitário Pimentas (Guarulhos-SP) para mediar um debate sobre os problemas que os alunos enfrentavam na própria EMEF Infante Dom Henrique. Na segunda oficina, promovemos a discussão sobre os espaços públicos próximos a eles (a escola e as praças da região) e os espaços da USP (incluindo uma visita à Universidade). O debate acabou por realçar a percepção de que esses espaços não são apropriados pela comunidade do município e os alunos se questionaram se seriam, portanto, espaços verdadeiramente públicos. Na terceira oficina, os alunos organizaram uma exposição das fotos que tiraram na visita à USP e realizamos um debate que buscou conjugar as reflexões das duas oficinas anteriores.

Mais um passo na diversificação das atividades do coletivo foi dado em 2011,

---

\*\* Foram feitos dois vídeos a partir das histórias em quadrinhos. José Luiz Choque apresentou uma história sobre preconceito em uma escola <[https://www.youtube.com/watch?v=AWv6B\\_-2nIE](https://www.youtube.com/watch?v=AWv6B_-2nIE)> e Litza criou uma história sobre discriminação de gênero em uma família <<https://www.youtube.com/watch?v=bB83lrAzkXQ>>.

quando o Educar para o Mundo participou, junto com o corpo escolar, da elaboração do Projeto Político Pedagógico da EMEF Infante Dom Henrique. A proposta era trazer para o centro das discussões escolares a questão da diversidade, foco do trabalho do EpM e uma preocupação da nova direção da escola. A partir dessa proposta, iniciou-se o planejamento de um ciclo de formações para a comunidade escolar, elaborado em conjunto com os próprios professores, em que utilizamos os *Círculos de Cultura*” como instrumento para avaliação dos temas a serem trabalhados, visando o aprofundamento da consciência crítica das pessoas envolvidas e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico. Os temas que resultaram mais relevantes foram a questão da identidade, o direito à educação e o direito à cidadania. Ao mesmo tempo, em uma atividade que unia os alunos e professores do colégio, propusemos um projeto de confecção de uma *Cartilha de Direitos Humanos* pelos alunos e professores dos Ciclos 1 e 2. Escolhemos cinco direitos humanos – direito à identidade, à educação, à mobilidade, ao lazer e à organização social – e desenvolvemos atividades lúdicas nas quais os alunos eram estimulados a vivenciar cada um desses direitos e estabelecer um novo significado para esses direitos baseando-se em suas próprias experiências.

Na atividade sobre mobilidade, fizemos um jogo com os alunos, abordando a questão dos símbolos nacionais, como bandeira e hino, e problematizamos várias situações que acontecem durante o trânsito de pessoas, tais como as arbitrariedades dos órgãos de migração, o maior valor dado aos documentos do que aos direitos dos seres humanos, e também os preconceitos e estereótipos em relação àqueles que migram. Na atividade sobre identidade, trabalhamos com a música *Gabriela*, tratando a questão da identidade como um elemento fluido de nossa personalidade, além da questão do estigma que algumas identidades sofrem e do preconceito com relação a alguns grupos humanos. O resultado foi sistematizado em uma grande colcha de retalhos formada por pedaços de tecidos pintados pelos alunos, nos quais eles retratavam a maneira como se enxergavam. Dando continuidade a esse trabalho, trouxemos os alunos para dentro da universidade, em uma roda de conversa e uma oficina com o Núcleo de Consciência Negra da USP. Nesta atividade, os estudantes analisaram seus próprios livros didáticos em busca de imagens de negros e negras, com o propósito de introduzir uma discussão sobre a imagem do negro em nossa sociedade e sobre seu papel social. A oficina sobre educação, por sua vez, abordou os limites da educação formal e procurou valorizar o conhecimento não formal: os estudantes compartilharam experiências de coisas que aprenderam fora da sala de aula, com amigos e familiares, especialmente. Os resultados foram sistematizados em um “livro escolar alternativo” confeccionado pelos próprios estudantes. Já na oficina sobre o direito ao lazer, buscamos trabalhar a questão da apropriação do espaço público, levando os alunos a uma praça que existe perto da escola, na qual ocorre, aos domingos, uma das maiores feiras latino-americanas da cidade de São Paulo, a Praça Kantuta. Os estudantes também elaboraram esquetes sobre o tema do direito ao lazer e escolheram os tópicos que desejavam discutir. Alguns esquetes, como, por exemplo, o que abordou a gravidez precoce e sua interferência no lazer dos jovens, demonstra, em nossa opinião, o potencial de politização e visão crítica que esses jovens puderam desenvolver.

Uma das últimas atividades do ciclo sobre os direitos foi a exibição de

curtas-metragens em um momento de união entre professores e alunos. Nessa atividade, pudemos observar com muita clareza a evolução pela qual haviam passado tanto os alunos e professores da Infante Dom Henrique quanto os integrantes do Educar para o Mundo. A maior evolução que percebemos foi entre os alunos, que propuseram discussões muito interessantes sobre os vídeos com argumentos bastante elaborados e se mostraram muito mais à vontade de manifestar suas opiniões e percepções do que os docentes. Por fim, promovemos um debate sobre o direito à organização política a partir das mobilizações que ocorriam na Universidade de São Paulo no fim de 2011 e que buscavam, principalmente, refletir sobre a falta de segurança dentro da USP e sobre a presença da Polícia Militar dentro do campus. A atividade surgiu do interesse manifestado pelos próprios alunos e, em nossa visão, demonstra o desenvolvimento de uma curiosidade especial sobre movimentos reivindicatórios. No debate, os estudantes estavam interessados em contrastar as percepções contraditórias sobre as mobilizações, que eram muitas vezes reconhecidas como “baderna”. Os alunos realizaram, então, uma pesquisa pela escola, perguntando aos funcionários sobre as mobilizações das quais eles haviam participado. Ao final, os estudantes analisaram que a entrevista mostrava a falta de engajamento dos funcionários da escola em questões políticas e os estudantes demonstraram vontade em mudar essa situação, procurando envolver-se nas questões políticas da cidade.

## ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E O RETORNO PARA O AMBIENTE ACADÊMICO

Desde o início de nossa atuação em extensão, procuramos criar e fortalecer iniciativas com movimentos sociais formados por imigrantes, ou que atuam com este público. Consideramos que essas organizações que possuem forte potencial para construir conhecimento e trabalhos inovadores, uma vez que possuem a confiança dos imigrantes e dialogam diretamente com eles, além de apresentar estrutura material e organizacional que possibilitam gerir iniciativas mais elaboradas.

Neste contexto, participamos da criação do Fórum Social pelos Direitos Humanos e Integração dos Migrantes no Brasil (FSDHIM), um grupo formado por diversas organizações da sociedade civil e alguns coletivos. O objetivo deste fórum é a troca de experiências entre as entidades participantes, a construção conjunta de uma atuação política para efetivar a imigração como um direito humano e fundamental, garantindo que o rol de direitos dos imigrantes seja compatível com as obrigações constitucionais e internacionais que o Brasil adota, e a reflexão sobre as iniciativas e as políticas de integração de imigrantes. Em dezembro de 2012, o FSDHIM, o Instituto de Relações Internacionais da USP (IRI-USP – instituição de filiação do Educar para o Mundo) e a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, organizaram o seminário “Por uma Política Municipal de Migração em Defesa da Vida e da Dignidade dos Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias”, que marcou o início de debates constantes sobre a política de migração para a cidade de São Paulo e que culminou finalmente na I Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes. O Educar para o Mundo e

o Fórum atuaram ativamente na construção da Conferência, que foi organizado por entidades da sociedade civil e pela Prefeitura Municipal de São Paulo em novembro de 2013. O Fórum também atuou, por meio de eventos, manifestos e contato com parlamentares, para que se consolide uma mudança na legislação de migração que amplie a proteção aos direitos humanos dos imigrantes.

Nos últimos anos, nossos aliados mais próximos dentro do movimento social de imigrantes são duas organizações não governamentais: o CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, e o CAMI – Centro de Apoio ao Migrante. No Brasil, a mobilização política de imigrantes é limitada pela legislação da Lei 6815/1980, que impede a organização política de pessoas sem cidadania brasileira. Por causa disso, praticamente toda mobilização política em torno da causa migrante é realizada por ONGs de brasileiros e pelos sindicatos profissionais.

Com o CAMI, o CDHIC e outras entidades que compõem o FSDHIM, o Educar para o Mundo trabalhou na organização das cinco últimas edições da Marcha do Imigrante, que ocorre todos os anos no mês de dezembro e busca dar visibilidade para os diversos temas da causa migrante, além de se constituir em um importante espaço de luta e de formação política. Outro trabalho importante que o Educar para o Mundo realizou em parceria com o CDHIC foi a coordenação da Consulta Regional da Sociedade Civil em preparação ao Diálogo de Alto Nível das Nações Unidas sobre Migração e Desenvolvimento, em junho de 2013. A Consulta foi organizada pela Rede Sul-americana Espaço Sem Fronteiras–ESF, e coordenada pelo CDHIC, com apoio do Educar para o Mundo, da Coalizão Global de Migração–CGM (da qual ESF é associado), da ONG Presença da América Latina–PAL, da Secretaria Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse evento foi um instrumento para que a sociedade civil latino-americana pudesse oferecer suas perspectivas sobre o tema da migração para o Diálogo de Alto Nível que ocorreu no segundo semestre na ONU, elaborando conjuntamente um documento apresentando suas demandas para o organismo internacional.

Outra parte de nossa atuação em extensão consiste em trazer para o ambiente acadêmico os conhecimentos que construímos e adquirimos junto à comunidade de imigrantes em São Paulo. Para efetivar esse relacionamento de mão dupla, o Educar para o Mundo se dedica a ser um espaço de formação para os alunos do IRI-USP, promovendo reuniões semanais para discutir os temas de interesse do coletivo, além de organizar mesas de debate e de escrever artigos que efetivem o encontro dos conhecimentos de migrantes e de especialistas. Desse modo, conseguimos trazer para dentro do Instituto de Relações Internacionais da USP o tema dos direitos humanos dos imigrantes a partir de diversas perspectivas. Em nossas reuniões semanais, reservamos um espaço para fazer discussões atualizadas sobre a situação dos migrantes no Brasil e no mundo, debater as lutas políticas e de identidade de grupo que são levadas a frente pelos grupos migrantes e definir a atuação do coletivo com relação às demandas que surgem dos movimentos sociais de imigrantes e das entidades que trabalham os direitos humanos dos imigrantes.

Entre as mesas que promovemos recentemente, estão *A Nova Migração Negra no Brasil*, inserida no evento *Maió Cultural – Sarará Crioulo: as diversas cores do negro*,

do Centro Acadêmico Guimarães Rosa, do IRI-USP, a *Etapa Preparatória Livre para a I Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes* e um debate sobre a interface possível entre extensão e migração. Em 2014, também realizamos um debate sobre o Anteprojeto de Lei de Migrações do Ministério da Justiça na mesa “Nova Lei Migratória Brasileira”, discutimos a participação dos imigrantes nos Conselhos Participativos da cidade de São Paulo e, por fim, trouxemos refugiados de várias nacionalidades para um debate que visava sensibilizar para o tema do refúgio no país. A produção bibliográfica do coletivo compreende uma série de artigos, como o publicado na Revista Ideias, da Universidade de Campinas [16]; e o apresentado no Congresso Ibero-americano de Extensão Universitária, realizado na Argentina, e publicado na Revista Direito & Sensibilidade [14]. Atualmente, além do EpM, o IRI-USP conta com diversas produções sobre migrações, que é tema de pesquisas de graduação, mestrado e doutorado.



Figura 3 – Mesa Extensão e Migração.

A educação popular, a autogestão e os debates relacionados à extensão comunicativa são também parte das discussões realizadas dentro do Educar para o Mundo. Buscamos realizar uma reflexão constante sobre nosso trabalho e de seu impacto na forma como nos relacionamos com os migrantes, com outros grupos sociais e mesmo entre os próprios integrantes do coletivo. Assim, nossas reflexões também envolvem a própria estrutura e organização do coletivo, uma vez que um de nossos objetivos é que nossos membros possam se apropriar dos conceitos e da prática da extensão comunicativa popular e utilizá-los para uma ação transformadora na sociedade. Para isso, também mantemos contato com outras organizações extensionistas, como o Escritório Piloto (Laboratório Interdisciplinar de Extensão Universitária da Escola Politécnica da USP) e a Frente de Extensão da USP.

## ABORDANDO OS DIREITOS JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MIGRANTES

O Educar para o Mundo procura funcionar de maneira dialógica e realiza atividades que ofereçam oportunidades de aprimoramento para a comunidade de migrantes,

que é nossa principal interlocutora, e para seus próprios integrantes. Isso significa que boa parte de nossa atuação é pautada pelas demandas dos próprios imigrantes, com base nas situações que eles vivem diariamente. Ao reconhecer esse interlocutor, decidimos nos aproximar mais das organizações envolvidas na luta pelos direitos dos imigrantes, e desenvolvemos atividades concretas de educação popular que fossem pautadas pelas demandas desses movimentos. Foi a partir dessa perspectiva que organizamos oficinas sobre a legislação migratória no país, sobre o Estatuto do Estrangeiro, bem como sobre as propostas de modificação para o Estatuto, principalmente o Projeto de Lei 5655/2009 em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2009 e o Projeto de Lei do Senado 288/2013, apresentado em 2013.

Começamos a realização dessas oficinas durante a preparação para a 6ª Marcha do Imigrante em 2012, cuja pauta era o trabalho decente e a cidadania universal. Uma imigrante militante, parceira do Educar para o Mundo desde o seu início, questionou o fato de a comunidade migrante estar lutando pelos seus direitos, e, todavia, desconhecia quais eram os dispositivos legais que lhes asseguraria tais direitos e quais eram as leis e regulamentos causadores das restrições e situações degradantes pelas quais os migrantes e refugiados geralmente passam. Surgiu, então, a ideia de realizar as oficinas de legislação para aumentar o entendimento e os debates sobre o tema. Optamos por trabalhar com a Lei 6815/80 – a atual Lei de Imigração Brasileira –, com o Projeto de Lei 5655/09, que poderá substituir a atual legislação, com o atual Código Penal e com sua proposta de modificação, que cria uma seção especial para os crimes cometidos por imigrantes. O conteúdo das oficinas foi separado em cinco eixos – criminalização da imigração, direito ao voto, meios de comunicação, políticas públicas e acesso a direitos e o código penal. Todos os temas são abordados fundamentados na legislação atual e nos projetos de lei que tramitam para sua modificação.

Nossa avaliação é que esse trabalho é significativo não apenas pelo tema que trata, mas também por ser uma demonstração concreta das possibilidades de atuar baseando-se na pedagogia do educador Paulo Freire. Muitas vezes, conceitos freirianos como “dialogicidade” e “horizontalidade” parecem demasiadamente abstratos, mas se tornam bastante claros com a realização das oficinas. Baseadas na prática extensionista-comunicativa, as oficinas são organizadas de modo a permitir que as intervenções do nosso interlocutor construam um diálogo mútuo, em que o intercâmbio de ideias possa dar novos significados para as implicações das leis na vida diária dos migrantes. Nesse sentido, ao invés de “depositarmos” informação em nossos interlocutores, as oficinas apresentam uma breve introdução aos temas e, usando os relatos e perguntas do público, apresentamos os assuntos mais profundamente, privilegiando as contribuições dos migrantes para debater a legislação migratória.

Além disso, é importante ressaltar que é objetivo das oficinas que os membros do coletivo também aprendam. Além de serem confrontados com uma realidade que não é a nossa, os migrantes sempre apresentam questionamentos que não sabemos exatamente como responder. A cada vez que repetimos a atividade, adaptamos o conteúdo das oficinas a partir da demanda concreta dos imigrantes: alguns assuntos que nós considerávamos pertinentes não têm repercussão nos debates dos participantes; ou os próprios migrantes demandam o debate de assuntos sobre os quais não

havíamos pensado antes que estaria relacionado com a legislação migratória. Por esses motivos, consideramos as oficinas de legislação experiências muito ricas para as e os integrantes do Educar para o Mundo, especialmente por ser uma atividade de educação popular inteiramente formulada para um público adulto migrante. O próximo passo nesse trabalho é o aperfeiçoamento do material escrito das oficinas para auxiliar nos eventos futuros. De acordo com nossa proposta, o conhecimento não deve ficar restrito ao EpM e aos participantes das oficinas, e, ademais, nossos interlocutores podem se tornar replicadores dessas oficinas e promover novos encontros em suas comunidades, discutindo outros temas. Desse modo, mais que organizadores das oficinas, atuamos como facilitadores de conhecimentos sobre a legislação migratória e de como ela impacta a vida do imigrante.

## OUTROS ESPAÇOS, OUTRAS INTERVENÇÕES

O Educar para o Mundo sempre teve em vista a necessidade de atuação em espaços geográficos que são significativos política e socialmente para a nossa comunidade interlocutora. Desde o início, o coletivo buscou intervir diretamente no espaço da Praça Kantuta, importante espaço de expressão cultural latino-americana no bairro do Canindé, local onde vive uma grande parte da população migrante em São Paulo, especialmente a de origem boliviana. Semanalmente, a praça é palco de uma feira cultural, com artesanato, música e comidas típicas de países sul-americanos e foi nesse cenário que decidimos realizar parte do diálogo com a comunidade migrante. Uma das nossas primeiras atividades na Praça foi uma oficina de grafite que propôs uma revitalização do espaço a partir da incorporação de elementos visuais andinos e da história da imigração latino americana no Brasil à praça. Os frutos dessa intervenção ainda podem ser observados na Kantuta e a grafiteagem foi uma das primeiras oportunidades que tivemos de entrar em contato com as organizações que ocupam aquele espaço. Atuando na praça, conseguimos dar significado político para nossas atividades e, partindo do referencial geográfico da Praça, nos aproximamos com as e os militantes envolvidos na questão migratória no município. Em 2012, o Educar para o Mundo teve a oportunidade de produzir um documentário sobre a Praça Kantuta em cooperação com o Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias – instituição que tem como missão promover o desenvolvimento profissional, sociocultural e pessoal de jovens por meio do audiovisual. A parceria envolveu oficinas com técnicas básicas de audiovisual com jovens migrantes da região cujo propósito central era trabalhar as noções de espaço público e identidade. Para isso, realizamos oficinas cinematográficas semanais, com a pretensão de inserir-nos gradativamente naquela comunidade e estabelecer bases de diálogo com os movimentos sociais de migrantes, sempre com a preocupação de realizar nossos trabalhos de forma horizontal e dialógica.

A oficina, cujo título era *Mirando la Kantuta* (em português, *Olhares da Kantuta*, mais tarde adotado como título do documentário produzido), acontecia durante a feira cultural aos domingos e propunha dois eixos de trabalho principais. No primeiro eixo, a oficina tinha um caráter técnico, visando ensinar os participantes,

preferencialmente descendentes de imigrantes, a manipular câmeras e demais acessórios cinematográficos, e foi realizado pela equipe do Instituto Criar. Concomitantemente, o Educar para o Mundo direcionava o segundo eixo da oficina para realizar a reflexão sobre o papel da praça para a comunidade que ali residia ou circulava. O objetivo era discutir as primeiras impressões e os preconceitos sobre os migrantes, e questionar estas impressões, contrastando com a visão comum de serem os preconceitos imutáveis. Assim, muito mais do que o espaço de aprendizado técnico, as oficinas propunham aos jovens (público majoritário nas atividades) a apresentação e o questionamento de definições de identidade cultural e espaço público. Esse jogo reflexivo entre técnica e reflexão foi concretizado através da produção de dois documentários\*\*\*. O primeiro, produzido pelos próprios jovens, buscou transmitir olhares diversos sobre o espaço da Kantuta. A relevância do exercício aumenta porque consideramos que o conhecimento não é estanque, ao contrário, é constantemente modificado e substituído. Nesse sentido, a oficina é a expressão desse processo de modificação dos conceitos e do conhecimento pelo qual passaram seus participantes. O documentário mostra, através de entrevistas com comerciantes e transeuntes, múltiplas perspectivas sobre a Praça Kantuta e seus significados para aquela comunidade e ajuda a ressignificar a praça para os produtores do vídeo.

Figura 4 – Exibição dos documentários da oficina *Mirando La Kantuta*



O segundo documentário é um registro sobre as atividades empreendidas pelos coletivos envolvidos, o Educar para o Mundo e o Instituto Criar. Seu foco é veicular as impressões e o impacto das oficinas, tanto em termos objetivos para as duas organizações, como em termos pessoais, para seus respectivos membros. Neste documentário, são expostos os desafios e as conquistas da inserção em um espaço físico e da construção de diálogos com as pessoas que ali vivem, procurando, em sintonia com a prática extensionista, que ocorra um debate horizontal e dialógico. Dentre as

\*\*\* O documentário *Mirando la Kantuta* (Olhares da Kantuta) pode ser assistido em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g7IW0-qSFol>> [15]. A perspectiva dos facilitadores das oficinas pode ser assistido em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xf4nz-gYqw>> [7]

múltiplas impressões que vieram à tona durante nossa experiência e que são apresentadas no documentário, destaca-se a complexidade da relação imigrante-nacional. Inicialmente, nós, os locais, procurávamos um contato com o grupo migrante e fofasteiro. Porém, o contato semanal com os migrantes acabou por promover a erosão de nossas preconcepções de forma a evidenciar que, na verdade, nós, eramos os fofasteiros e nos encontrávamos em terra estranha, uma vez que o espaço pertencia de fato à comunidade migrante. O impacto dessa relação foi essencial para desmitificar estereótipos e nos possibilitou entender que a relação nacional-imigrante ultrapassa as fronteiras físicas entre os países. Essa ressignificação do que significa ser migrante é parte fundamental na construção da ponte de intercâmbio de conhecimento que pretendemos desenvolver ao adotar a educação popular e a extensão comunicativa como métodos.

## HORIZONTE FORMAL DE INTEGRAÇÃO ESTADO – SOCIEDADE CIVIL – UNIVERSIDADE

Uma das ações mais recentes do Educar para o Mundo é a participação em um projeto em parceria do IRI-USP com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo de acompanhamento para a criação e implementação da política migratória municipal junto aos atores sociais e governamentais. O projeto, chamado “São Paulo Cosmópolis”, coordenado também pela Profa. Deisy Ventura, visa a promover a interação de três públicos: a comunidade acadêmica; a comunidade migrante e os movimentos sociais de imigrantes; e os órgãos governamentais envolvidos com a produção de políticas públicas migratórias.

O “Cosmópolis” planeja ações específicas para cada um desses públicos. Com a comunidade acadêmica planejamos criar uma disciplina optativa multidisciplinar de graduação sobre mobilidade humana, migrações e refúgio, com o acompanhamento da Comissão de Graduação, Cultura e Extensão do IRI, a fim de associar diretamente ensino e extensão. Além disso, pretende-se formar um grupo de estudos, aberto aos alunos de graduação e pós-graduação da USP, e em particular do IRI, para revisão da literatura sobre mobilidade humana e direitos dos imigrantes. Está planejada a organização de um evento acadêmico internacional sobre mobilidade humana, com o acompanhamento da Comissão de Pós-Graduação do IRI, a fim de entrelaçar iniciativas de pesquisa e de extensão. Além disso, as e os estudantes envolvidas(os) no projeto realizaram o mapeamento e diagnóstico da dinâmica entre a população migrante e os serviços públicos (onde estão mais presentes, quais dificuldades que enfrentam, quais pontos precisam melhorar, etc.), juntamente com a Coordenadoria de Políticas para Migrantes da Prefeitura de São Paulo e apresentaram os resultados na I Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes.

Com as comunidades de migrantes e refugiados, planeja-se a organização de cursos de curta duração sobre mobilidade humana e direitos, construídos junto às comunidades de migrantes e refugiados, similares aos que já realizamos em 2012. Além disso, planeja-se desenvolver parcerias com organizações sociais e comunidades de

imigrantes para realizar atividades de educação para os direitos humanos de crianças e adultos migrantes.

Para os servidores públicos municipais e outros atores governamentais e sociais que lidam diariamente com migrantes internacionais organizaremos cursos de capacitação para qualificar o atendimento a esta população, visando difundir as normas vigentes sobre imigração e melhorar o acolhimento de migrantes na cidade. A primeira oficina do tipo ocorreu dentro do curso de formação para guardas civis municipais da Prefeitura de São Paulo, chamado *Mediação de Conflitos e a Promoção dos Direitos Humanos*, com o tema *Mediação de Conflitos Envolvendo Migrantes*. Na oficina, o debate girou em torno de dados de imigração no Brasil e em São Paulo, dos principais direitos dos imigrantes e dos conflitos mais comuns que ocorrem com migrantes. O objetivo era discutir e capacitar os guardas civis municipais para atuarem na garantia dos direitos humanos dos imigrantes que se envolvem em conflitos. A questão do preconceito e da xenofobia foi também um dos assuntos debatidos a partir das experiências dos participantes da oficina.

Ainda na dimensão de integração entre Estado, Sociedade Civil e Universidade, o Educar para o Mundo participou da I Conferência Nacional de Imigração e Refúgio (Comigrar), que ocorreu no início de 2014, com uma delegação de representantes para a discussão das propostas de políticas para imigrantes. No evento, o EpM ofereceu uma oficina sobre *Políticas Municipais para Migrantes*. A oficina debateu a experiência da Prefeitura de São Paulo com a Coordenadoria de Políticas para Migrantes e a experiência de outros municípios e estados. Os temas principais foram as formas de participação política nos Conselhos Municipais com representantes de migrantes, maneiras de garantir a aplicação de políticas públicas voltadas para imigrantes e o compartilhamento de experiências entre os participantes, muitos deles representantes de governos municipais com interesse no tema.

O Educar para o Mundo também buscou promover a valorização da cultura migrante e sua integração com a cultura brasileira por meio do *Sarau do Glicério*, uma noite de apresentações culturais organizadas para os migrantes e com a participação dos migrantes que residiam no Abrigo Municipal do Glicério, em Junho de 2014. A atividade foi importante para promover um intercâmbio inicial entre as culturas migrantes e brasileira, para oferecer um momento de boas vindas e descontração para os abrigados, e para estabelecer contatos entre o EpM e novos grupos migrantes na cidade, como os refugiados haitianos, que formavam a maioria dos abrigados, seguidos de ganeses, senegaleses e congolese.

Figura 5 – *Sarau do Glicério* no Abrigo Municipal do Glicério



## CONCLUSÃO

Neste artigo, através da descrição das atividades realizadas pelo Educar para o Mundo nos seus seis anos de existência e da apresentação de seus projetos futuros, buscamos discutir possibilidades para a prática extensionista em Relações Internacionais. Procuramos demonstrar algumas especificidades de projetos de extensão baseados no diálogo com seus interlocutores e debater a importância da adaptação do projeto às demandas que surgem deste diálogo. Em nosso caso, o projeto de extensão se localiza entre a comunidade migrante em São Paulo e a comunidade acadêmica.

Os espaços públicos ocupados por migrantes, bem como seus espaços de articulação, se mostram diversos, assim como devem ser diversas nossas formas de abordagem. Ainda que princípios freirianos de educação popular em direitos humanos e posições políticas do coletivo tornaram-se denominadores comuns em nosso trabalho, cada espaço ocupado e o perfil de cada um de nossos interlocutores exigem de nós a capacidade de ressignificar a extensão universitária em suas diversas dimensões.

A atuação na escola nos demandou entender e questionar a realidade do (filho do) migrante no ambiente escolar. O fato de lidarmos com vários estudantes, muitos deles não-migrantes, nos levou a focar os debates na interação do estudante migrante com os estudantes brasileiros e fez com que nossa atuação se expandisse para além dos direitos diretamente ligados à migração, resultando em oficinas sobre direitos humanos em uma concepção mais ampla. No curso do projeto, encontramos algumas barreiras com a estrutura formal do sistema educacional, que nos fizeram optar por redirecionar nossa atuação para espaços onde pudéssemos estar mais diretamente envolvidos com movimentos sociais dos migrantes.

Nossas atividades extensionistas em Relações Internacionais com os movimentos sociais dos migrantes consistem, essencialmente, em nossa participação no Fórum Social pela Integração e Direitos Humanos dos Migrantes, assim como nas Cúpulas Sociais do Mercosul, na construção de Marchas do Migrante, na realização de oficinas sobre legislação migratória brasileira e na articulação com os governos municipal e federal pela promoção dos direitos dos migrantes no Brasil. Em nosso trabalho, procuramos reconhecer que as demandas nesses espaços se referem a dilemas e dificuldades concretas que os migrantes vivem em seu dia a dia e com as quais o meio acadêmico costuma lidar de maneira superficial, ou secundária. Envolver-se com essas questões traz a tona novas perspectivas sobre as migrações e sobre o impacto que a integração e as políticas públicas têm no cotidiano dos migrantes e cria novas possibilidades de pesquisa e de abordagem teórico-metodológicas para o campo.

O retorno oferecido para a Universidade e a comunidade acadêmica permite valorizar a visão dos imigrantes sobre as tensões e problemas de pesquisa que são analisados pelos pesquisadores e multiplicar os pontos de vista sobre a questão da imigração. O espaço de formação do estudante e pesquisador tanto na temática da imigração, quanto nas questões relacionadas com a extensão comunicativa, o diálogo horizontal como método e os debates sobre autogestão e educação popular desenvolvem habilidades pessoais e profissionais que permitem uma visão crítica sobre a realidade e aumentam a possibilidade de uma atuação transformadora na sociedade.

Finalmente, gostaríamos de concluir com a defesa do papel que um coletivo universitário extensionista pode ter na sociedade, incidindo de fato no meio em que está inserido e o alterando significativamente. Reconhecemos que, além da importância da extensão comunicativa no diálogo político que se pretende estabelecer entre a sociedade civil e a universidade, o trabalho com a extensão popular apresenta uma contribuição para a articulação com governos e outras esferas da política institucional, transformando a relação e os conceitos previamente estabelecidos para esta articulação.

## REFERÊNCIAS

- [1] ASSEMBLEIA Geral da Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos da Criança da ONU** Adotada em 1959.
- [2] BENEVIDES, M. V. Educação para a democracia. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, v. 38, p. 223-237, 2004.
- [3] BRANDÃO, C. R. Refletir, discutir, propor: as dimensões de militância intelectual que há no educador. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) **O educador: vida e morte**. São Paulo, Editora Graal, 1982, pp. 71-89.
- [4] BRASIL, Câmara dos Deputados. (1980) **Lei 6815/1980**, Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6815-19-agosto-1980-366138-norma-pl.html>>
- [5] BRASIL, Câmara dos Deputados. (2009) **Projeto de Lei 5655/2009**, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>
- [6] CANDAU, V. M. Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37. 2008
- [7] **DOCUMENTÁRIO KANTUTA**. Oficina “Olhares da Kantuta”(organizadores). Org.: Educar para o Mundo, e Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias. Brasil: 2012. Video disponibilizado na internet (6min 3seg): son., color. Port.
- [8] ENTRE les Murs. **Direção de Laurent Cantet**. Produção de Caroline Benjo e Carole Scotta. França: 2008.
- [9] ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL INFANTE DOM HENRIQUE. **Inventário da presença migrante na EMEF Infante D. Henrique (mimeo)**. São Paulo, 2009.
- [10] FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- [11] \_\_\_\_\_. Educar. O sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.) **O educador: vida e morte**. São Paulo, Editora Graal, 1982, pp. 89-103.
- [12] \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- [13] MAGALHÃES, G. M. **Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo**. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

- [14] MASTELARO, C.; OTERO, G. A. P.; BRAGA, R. S., FIRBIDA, T. P., SANTOS, T. H. Extensão em relações internacionais: por uma nova práxis. **Revista Direito & Sensibilidade** v.1, n.1, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/enedex/article/view/4309>>
- [15] **MIRANDO LA KANTUTA**. Oficina “Olhares da Kantuta”(participantes). Org.: Educar para o Mundo, e Instituto Criar de TV, Cinema e Novas Mídias. Brasil: 2012. Video disponibilizado na internet (3min 51seg): son., color. Port.
- [16] MORAES, I. Educar para o Mundo. Extensão em Relações Internacionais: Direitos Humanos e Imigração em São Paulo. **Revista Ideias**. v. 1, n. 5, 2012. Disponível em < <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/1039/737>> Acessado em: 30 jun. 13
- [17] PIMENTEL, C.; TAMI, J. A chegada dos imigrantes. **Revista Educação**, edição 174. São Paulo: Editora Segmento, out. 2011.

**EDUCAR PARA O MUNDO (EPM)** *é um coletivo de extensão universitária do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) que atua com educação popular em Direitos Humanos, junto à população migrante de São Paulo – e-mail: [epm.guima@gmail.com](mailto:epm.guima@gmail.com) – blog: [educarparaomundo.wordpress.com](http://educarparaomundo.wordpress.com)*

**ALLAN GREICON MACEDO LIMA** *graduando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2011 – e-mail: [allangreicon@gmail.com](mailto:allangreicon@gmail.com)*

**ANA CAROLINA MAZZOTINI** *graduanda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2012 – e-mail: [cah.mazzo@gmail.com](mailto:cah.mazzo@gmail.com)*

**AUGUSTO MALAMAN** *graduando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2012 – e-mail: [augustoct261@gmail.com](mailto:augustoct261@gmail.com)*

**AUGUSTO VELOSO LEÃO** *doutorando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2010 – e-mail: [augustovl@usp.br](mailto:augustovl@usp.br)*

**CAIO MADER** *graduanda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2012 – e-mail: [caiomader16@gmail.com](mailto:caiomader16@gmail.com)*

**CAROLINA TAKAHASHI** *graduanda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2013 – e-mail: [carolmtakahashi@gmail.com](mailto:carolmtakahashi@gmail.com)*

**CLAUDIO CAVALCANTE** graduando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2013 – e-mail: cavalcante0095@gmail.com

**GUILHERME AROSA OTERO** graduado em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da USP e Assessor da Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Atua no EpM desde 2009 – e-mail: gapotero@gmail.com

**GUSTAVO PEREIRA** graduando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2013 – e-mail: gustavopmms1@gmail.com

**HUGO SALUSTIANO** graduando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2013 – e-mail: hugosalustiano@gmail.com

**MARTIN EGON MAITINO** graduando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2013 – e-mail: martin.maitino@gmail.com

**NATÁLIA LIMA DE ARAÚJO** graduanda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2011 – e-mail: natalia.lima.araujo@gmail.com

**PHILLIP WILLIAMS** graduando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) e atua no EpM desde 2013 – e-mail: phillipwleit@gmail.com





# A Atividade de Extensão Universitária, o Jardim São Remo e uma Instituição Educacional – Desafios na Criação de um Campo Comum de Trabalho

University Extension Activity, Jardim São Remo and an Educational Institution – Challenges in Creating a Common Field of Work

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a função da extensão na universidade pública, por meio das atividades do Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de um grupo aberto, composto por alunos, professores e funcionários do Instituto preocupados em defender a função pública da universidade (em especial, a da USP) na sociedade brasileira. Duas alunas e uma professora participantes do Grupo de Articulação desenvolveram uma atividade no Espaço Girassol, instituição de atividade complementar à escola, localizada no Jardim São Remo, próximo ao campus USP da capital. Utilizando os registros das reuniões do Grupo de Articulação e os relatórios de estágio, apresentaremos o funcionamento desse grupo e focaremos a construção de um trabalho de estágio no Espaço Girassol. Nossa discussão afirma a relação entre o trabalho pontual de extensão universitária e a defesa do caráter público da extensão.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Jardim São Remo. Estágio. Instituição Educacional.

## ABSTRACT

This paper aims to reflect on the role of the public university extension courses through the activities of a Group which articulates the Extension Courses of the Psychology Institute in the University of São Paulo. This Group is an open group, composed of students, faculty and staff members of the Institute who are concerned in defending and reflecting upon the role of the public university (specially USP) in the Brazilian society. Two students and a teacher, who were participants of this Group, developed an activity in Espaço Girassol, an educational institution located in Jardim São Remo (near USP, capital campus) that complements the school's activities. Using records from the meetings of the articulation group and the internship reports, we

ADRIANA MARCONDES  
MACHADO E  
LAURA ALBUQUERQUE  
AZEVEDO

Universidade de São Paulo.  
Instituto de Psicologia, São  
Paulo, Brasil

will present the functioning of this group and we will focus on the construction of the work done on the internship in Espaço Girassol. Our discussion affirms the relationship between this singular work of the university extension and the defense of the public character of the extension.

**Keywords:** University Extension. Jardim São Remo. Internship. Educational Institution.

## INTRODUÇÃO

**O Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP)**, formado a partir de questionamentos e reflexões de alunos, professores e funcionários do instituto sobre a função da universidade pública (em especial, a da USP) na sociedade brasileira, teve sua origem suscitada por eventos que ocorreram na Universidade de São Paulo e no Instituto de Psicologia ao final do ano de 2011.

Nesse período, no âmbito da universidade, a USP vivia um momento de conflitos entre a Reitoria e o movimento estudantil, que culminaram com a intervenção da Polícia Militar no campus da Cidade Universitária. Já no âmbito do Instituto de Psicologia, foi enviada para a Congregação uma proposta de projeto de abertura de uma empresa júnior no Instituto, defendida como legítima por ser entendida como mais um projeto de extensão da faculdade.

Tais ocasiões levantaram debates sobre quais são e quais deveriam ser as funções de uma universidade pública brasileira, focando-se, nessa discussão, a preocupação com práticas e concepções atreladas ao funcionamento submetido à lógica do mercado. Com essa motivação, surgiu o Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do Instituto de Psicologia da USP, com a pretensão de ser um fórum de discussão, articulação de projetos e construção de ações que pudesse ampliar o debate sobre a função da extensão na universidade pública.

No início de 2012, o grupo se solidificou, embora ainda não possuisse frequência regular de reuniões. O grupo fez uma apresentação e coordenou uma atividade na Semana de Recepção dos Calouros, com o intuito de proliferar o debate sobre o papel social da universidade pública. Ao longo do primeiro semestre de 2012, foram levantados problemas, dentre os quais, a fragmentação dos projetos de extensão do IP-USP: os alunos sentem dificuldades para entender as propostas de extensão e a discussão sobre a concepção política de extensão universitária, ficando, assim, enfraquecida.

No segundo semestre de 2012, o Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo expandiu-se e formalizou-se por meio de divulgação, da determinação da matrícula dos alunos participantes em matérias práticas e do planejamento de um calendário de reuniões quinzenais.

Logo no início, no segundo semestre de 2012, ocorreu a Semana de Psicologia da USP – 2012, que, embora não tivesse um tema oficial, foi permeada pelo debate acerca da extensão universitária. Na mesa de abertura, a professora Maria Helena Souza Patto proferiu palestra sobre as concepções de universidade pública presentes na história

da USP e relacionadas ao tema da extensão universitária.

No decorrer do semestre, outros eventos também enriqueceram as discussões, como um debate ocorrido no Instituto de Psicologia sobre a presença de cursos de extensão pagos no IP-USP e sobre a decisão do IP, desde 2007, que estabeleceu portaria defendendo a gratuidade dos cursos de extensão. A questão principal era se essa portaria deveria permanecer, ou ser modificada, e o debate teve o intuito de subsidiar posterior consulta pública à comunidade do IP-USP. A ocasião foi muito relevante para o presente tema de discussão, pois centrou-se exatamente na discussão do caráter público e gratuito da universidade. A consulta pública teve como resultado a manutenção da portaria e, portanto, a proibição de cursos pagos.

As ações exercidas pelo grupo foram embasadas na metodologia da pesquisa participante. Segundo Schmidt [6], professora do Instituto de Psicologia da USP e participante do Grupo de Articulação, a prática da pesquisa participante apreende criticamente as dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo. Trata-se de participar, não com a aceção de fazer parte da pesquisa do outro, mas, sim, para constituir o sentido do que é pesquisado.

As discussões e as ações do grupo têm por base a defesa de uma concepção de universidade pública que a considera um direito democrático e, assim sendo, deve ter como função atender à sociedade em que se insere e ser horizonte de transformação social. Ao nos referirmos a essa universidade, cabe ressaltar que ela faz parte de um sistema educacional produtor de desigualdade social. Os mais pobres têm menos acesso à educação que possibilite ingressar em universidade pública. A maioria de nossos estudantes advém de grupos sociais privilegiados. Portanto, pensar a democratização da extensão implica problematizar não apenas a relação que a universidade estabelece em seus trabalhos de extensão, mas seu próprio funcionamento.

A universidade pública se constitui em um tripé que articula pesquisa, ensino e extensão, devendo, em todos os aspectos, problematizar a forma como serve à sociedade na qual se insere. Essa trílice função não é equilibrada e, por vezes, a extensão universitária é menos priorizada ou, então, exercida de maneira a manter o status quo da universidade.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a função da extensão na universidade pública, por meio das atividades do Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Focaremos uma das atividades desse grupo realizada no Espaço Girassol, instituição de atividade complementar à escola, localizada no Jardim São Remo\*. Utilizaremos os relatos do trabalho e os registros das supervisões da atividade para subsidiar a discussão.

---

\* A atividade foi realizada por Laura Albuquerque Azevedo e Isabel Cavalcanti, alunas da graduação do Instituto de Psicologia da USP, e supervisionada por Adriana Marcondes Machado, professora do Instituto de Psicologia.

## CRIANDO TERRITÓRIOS COMUNS

A relação USP–São Remo é atravessada por várias questões. O Jardim São Remo tem em torno de 13 mil habitantes. Muitos de seus moradores trabalham na USP, principalmente, em empresas terceirizadas que prestam serviços à universidade. A região sofre com o problema de falta de vagas em creche e com o lixo que se espalha pelas ruelas. Muitas mulheres precisam deixar seus filhos em locais apertados, nas casas de vizinhos, para que possam trabalhar.

A USP possui um terreno no Jardim São Remo e havia uma demanda dos moradores da região para que nele se construísse uma creche. Construiu-se uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) para desafogar a grande demanda que chega ao Hospital Universitário da USP (HU), o qual é referência para 400 mil habitantes e para os trabalhadores da USP.

Ao procurarmos o contato com a associação de moradores do bairro, estes temas estiveram presentes: dúvidas relacionadas a uma proposta de reurbanização do bairro feita pela USP há cerca de dois anos; a falta de creches na região; o problema da criminalidade e do uso de drogas; e a evasão escolar. Foram feitos contatos com equipamentos educacionais locais, dentre os quais, o Circo-Escola e o Projeto Alavanca \*\*. Além disso, foi estabelecida uma relação mais sistemática com a Creche Girassol. No segundo semestre de 2012, conhecemos o trabalho dessa creche, cujo espaço era utilizado para outras atividades organizadas pela Associação Agente: oficina de artes para mulheres nas quartas-feiras e alfabetização de adultos durante o período noturno. Em 2013, a creche deixou de existir e passou a ser o Espaço Girassol, um equipamento que realizava atividades complementares ao horário escolar.

O Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do IP-USP manteve suas reuniões quinzenais e os participantes realizavam diferentes articulações: alguns colegas se interessaram por discutir e pensar a questão do trabalho informal – ao caminhar pelo Jardim São Remo, percebemos que, em quase todas as casas, ocorre venda de algum produto ou prestação de algum serviço. Foi estabelecido um contato, também, com o programa Aproxima-Ação \*\*\*, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, que mantém uma relação de longo prazo com o Jardim São Remo. Passamos a participar do encontro mensal da rede Aproxima-Ação, em sua sede, na USP.

Assim, com base nas discussões do Grupo de Articulação, da aproximação com a Comunidade São Remo e de nossas relações e contatos estabelecidos ao longo do

---

\*\*O Projeto Alavanca era uma organização não governamental (ONG) que atuava na área de desenvolvimento comunitário por meio da educação, cultura e lazer, no Jardim São Remo. Promovia atividades de educação integral com crianças a partir dos seis anos de idade, jovens e adultos. Ao final de 2013, essa ONG encerrou seus trabalhos na região.

\*\*\*O Aproxima-Ação é um programa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, que faz parte do Núcleo de Direitos da USP e que busca promover a cidadania e garantir os direitos de crianças e jovens do bairro do Jardim São Remo que vivem situações sociais vulneráveis. Para isso, o programa visa a ser um espaço de interlocução entre os diversos projetos e as diversas ações da Universidade e as demandas sociais, de modo a articular e dar suporte a atividades de formação e inclusão social por meio de ações de diferentes áreas de conhecimento.

semestre, delineamos linhas de trabalho de extensão universitária.

A partir de uma das questões trazidas à reunião da Associação de Moradores do Jardim São Remo, buscamos, com a ajuda dos profissionais da Agente, que administrava a Creche Girassol, conversar com jovens e crianças da São Remo. A ideia inicial era entrar em contato com a visão dos jovens moradores sobre a questão da educação, mas, ao longo do processo, as relações foram se estabelecendo de outras formas e o caminho seguido foi sendo alterado. Foi realizada entrevista com uma aluna de Enfermagem da USP, que sempre morou no Jardim São Remo, houve visitas a equipamentos escolares e conversas com mães de alunos. Alguns temas e preocupações recorrentes eram: as mães de jovens consideravam que a escola era distante de seus filhos – talvez pela grande troca de professores –, havia a preocupação com o alto número de alunos que não aprendem e dificuldades na relação entre os responsáveis pela criança e a escola (reuniões de pais marcadas em cima da hora), entre outras questões.

Em 2013, o Grupo de Articulação estreitou a relação com o programa Aproximação, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, que coordenou, por intermédio do trabalho de Bia Rocha, educadora do programa, um curso de formação de educadores de rua. Alguns membros do Grupo de Articulação participam até hoje desse curso semanal.

Como um núcleo que irradia ações e reflexões, as reuniões quinzenais do Grupo de Articulação tinham como tema os trabalhos que iam sendo desenvolvidos e as discussões conceituais que reforçavam a direção ético-política que afirma a função social da extensão na Universidade Pública [2, 4, 5].

## O ESPAÇO GIRASSOL

Uma das funcionárias voluntárias do conselho consultivo da ONG Agente, Rita Akinaga, encontrou-se em um evento no IP com Adriana Marcondes, professora da instituição. Esse contato permitiu que se marcasse o primeiro encontro no Espaço Girassol, quando conhecemos sua história.

A Associação Metodista Livre Agente, apoiada pela Igreja Metodista Livre da Saúde, atua, desde 1993, no Jardim São Remo, com foco na educação. A igreja foi fundada por missionários do Japão, que vieram realizar trabalhos com imigrantes japoneses. A associação comprou um terreno no Jardim São Remo e implantou uma sede para desenvolver vários projetos no ano de 2000, graças a uma doação. Até então, realizava um trabalho de Educação Infantil na Associação dos Moradores de São Remo com o nome Escolinha Alô-Alô. No novo prédio, a escola alterou seu nome para Girassol e continuou sendo mantida por doações de alguns membros da igreja e da Missão Aliança (organização missionária fundada, em 1901, na Noruega). Em 2008, a Escola Girassol estabeleceu parceria com a Secretaria Municipal de Educação, tornando-se Centro de Educação Infantil Girassol (CEI). O CEI realizava um trabalho bastante elogiado pelos moradores em um espaço considerado privilegiado na região para atender as crianças. Parcerias internacionais, como com a Missão Aliança Noruega (feita em 2003), também colaboraram com a realização do projeto.

Com o convênio com a prefeitura, o CEI Girassol passou a atender crianças de três, quatro e cinco anos em período integral. Mas, em 2011 e 2012, a definição da faixa etária dos alunos sofreu alteração pela Secretaria Municipal de Educação e o CEI Girassol passou a atender apenas crianças com dois e três anos. O convênio com a prefeitura tinha seus benefícios devido à formalização da instituição, mas, ao mesmo tempo, a instituição precisava cumprir metas e acordos que a deixavam mais engessada e menos flexível para realizar os objetivos da Associação Agente, que visa à transformação integral (social, familiar, espiritual e material) de pessoas e famílias desfavorecidas e tem como principal objetivo a inclusão social de beneficiados, de modo que se tornem agentes de transformação.

Dessa forma, trabalhando com crianças muito novas (de dois e três anos) na creche, a Agente entendia que não conseguia cumprir seu objetivo como queria, devido à pouca idade da criança, que seria afetada pelo trabalho desenvolvido, mas não seria capaz de perpetuar aqueles valores para si. Trabalhando com crianças maiores e durante mais tempo, seria possível formá-las de modo mais efetivo. Foi principalmente devido a essas questões que o Centro de Educação Infantil Girassol passou, de 2012 a 2013, a ser o Espaço Girassol, um espaço educativo complementar ao horário escolar, que atende crianças de seis e sete anos.

Conhecemos esse equipamento em seu momento de transição, em que deixava de ser creche e passava a ser instituição de atividades complementares à escola. Com essa mudança, a falta de vagas em creches se agravou. Além do espaço educativo em si, a Associação Metodista Livre Agente realiza muitos projetos no Espaço Girassol\*\*\*\*.

Em 2013, ano em que foi realizado nosso trabalho, o Espaço Girassol atendia um grupo com dezoito crianças de seis e sete anos no período da tarde, sendo a maioria ex-alunos da creche e estudantes de quatro escolas diferentes no período da manhã. Em março de 2013, passamos a visitar o Espaço Girassol semanalmente. Alguns professores que participavam do Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do IP-USP abriram vagas em disciplinas práticas no currículo da graduação do Instituto de Psicologia. A ação no Espaço Girassol foi realizada por duas alunas da graduação (uma do primeiro e outra do quarto ano) e supervisionada pela docente de uma dessas disciplinas. O trabalho realizado contribuiu para articular a função da extensão na universidade pública e os desafios que se operam em algumas práticas de extensão.

---

\*\*\*\*Em julho ocorrem atividades feitas pelos jovens da igreja fundadora dessa instituição, além dos Oficineiros da Prefeitura – tal como o professor de capoeira – e do teatro de bonecos. A Missão Aliança, parceira norueguesa da Agente, tem um programa de apadrinhamento e acompanhamento de crianças, em que é feito um acompanhamento familiar da criança e uma doação de uma quantia de dinheiro à Associação. Há ainda outro projeto, chamado Ler e Aprender, que incentiva ex-alunos a ler em encontros de duas horas, duas vezes semanais, durante um semestre. Ocorre, também, a já mencionada Oficina de Artesanato para mulheres moradoras da região e o PAPO Jovem, que consiste em um programa de apoio financeiro ao jovem, como um apadrinhamento. Além disso, a Agente também promove projetos relacionados ao esporte, à música e à alfabetização de adultos.

## O TRABALHO DO ESTÁGIO

Estabelecemos uma forma de estar na instituição: semanalmente, as duas alunas da graduação participariam das atividades com as crianças e com o educador durante duas horas. Definimos que, dessa forma, poderia ser criado um território disparador [3] para conversas e reflexões sobre alguns temas trazidos pelas profissionais que trabalhavam com as crianças, como situações difíceis vividas por elas e formas de intervir no grupo quando momentos de agressividade se repetiam. Todo o procedimento criado foi discutido e definido conjuntamente com os profissionais que trabalham no Espaço Girassol. Nas primeiras visitas, a proposta era acompanharmos as atividades e trabalharmos com o que, aos poucos, fosse surgindo a partir dos acontecimentos do campo e das reflexões discutidas nas supervisões.

Ao todo, houve participação em dezesseis encontros com as crianças e a professora, duas reuniões com a equipe do projeto e supervisões semanais na universidade. Esse estágio ocorreu durante o primeiro semestre de 2013.

As primeiras visitas não foram feitas em dias fixos da semana, tendo ocorrido em sextas e quartas-feiras, mas logo se estabeleceram às quartas-feiras, com duração aproximada de duas horas. Consistiam nas seguintes partes: primeiro, o momento da oficina de capoeira, ministrada pelo professor oficinairo de capoeira e acompanhada pela professora da classe; depois, havia uma atividade na Sala de Leitura; por último, acompanhávamos o momento do lanche. Algumas vezes, pudemos ficar até a hora de brincar no pátio. As supervisões semanais na Universidade tinham a duração de uma hora e meia, em média. A cada visita, foi feito um registro escrito.

Ao longo dos encontros, fomos nos interessando por estar no horário da contação de histórias na Sala de Leitura. Conversando com a professora, soubemos que havia uma grande preocupação em relação à forma de tratar o tema das diferenças e a questão do preconceito. Essa discussão sobre as diferenças estava presente quando assistiram ao filme *Dumbo*, no qual um elefante nasce com orelhas muito grandes e, também, no dia em que ouviram a história do Patinho Feio. A educadora tinha por objetivo trabalhar o tema das diferenças com essas histórias. Algumas questões foram levantadas: como as crianças se conectam com o pensamento sobre a diferença a partir das histórias? Há histórias que abrem mais caminhos para pensar essa questão e outras menos? Ou todas podem produzir reflexões, a depender do significado que damos para elas? O que se pretende ao pensar esse tema?

A questão da existência de diferenças tem relevância em se tratando de um trabalho educacional. E a preocupação com as diferenças tornadas, historicamente, desigualdades está presente na discussão sobre as práticas compensatórias no sistema educacional, o desenvolvimento de técnicas de avaliação psicológica padronizadas e o preconceito.

Quando surgiram essas curiosidades, buscamos uma tese, indicada em supervisão, que tratava o tema da diferença corporal e/ou da deficiência em histórias da literatura infantojuvenil. Na tese de Lígia Assumpção Amaral [1], a autora analisou 47 histórias, buscando o papel que a diferença corporal ou a deficiência ocupava no enredo e classificou, a partir de vários elementos (narrador, trama, narrativa, tipos de discurso, situação inicial da história, universo constitucional das personagens, tipos

de deficiência e alteração corporal, personagens no contexto dramático, nomeação, campos de atribuição dos fenômenos na etiologia e desfecho), alguns livros que considerou libertadores, já que possibilitam, no desenrolar da trama, a aceitação ativa por parte da personagem portadora da diferença e também a aceitação pelas personagens que a circundam. Assim, a diferença não é tratada como um problema a ser superado.

Tendo isso em vista, pensou-se na possibilidade de criar personagens e histórias com fantoches. E uma maneira interessante de trabalhar esse tema seria definir características nas personagens, porém sem que necessariamente essas características se tornassem o assunto do enredo. A ideia era criarmos personagens, junto às crianças, que tivessem diversos atributos aleatórios e simultâneos (o personagem poderia ser tímido, medroso, gordo e engraçado ao mesmo tempo), de forma que nenhuma dessas características – ou diferenças – fosse o assunto principal da história e nem fosse tratada como um obstáculo. Foi o que buscamos, portanto, com a criação das personagens de nomes Júlio e Batata. Júlio era tímido, morria de medo de ver muitas pessoas, congelava frente a elas. Ao mesmo tempo, era um menino corajoso e até se dispôs a matar uma barata em um dos episódios em que ela apareceu para as crianças. Foi o primeiro a entrar em cena, em uma quarta-feira em que somente ele apareceu. Nesse dia, suas características foram criadas em conjunto com as crianças que sugeriam maneiras de ser para o personagem.

Já Batata, que recebeu esse apelido devido ao formato redondo de seu nariz e de suas pintinhas, apareceu logo em seguida. Ele foi caracterizado como brincalhão, medroso, travesso e mentiroso, devido a seu costume de contar mentiras para acobertar suas travessuras. Um de nossos objetivos era produzir histórias em que fosse possível romper com binarismos do tipo *mentir é errado e falar a verdade é certo*. O percurso para pensar e construir essas histórias foi intenso. Nas supervisões realizadas no Instituto de Psicologia, as estagiárias viam-se com as mesmas dúvidas que ocorriam às educadoras do Espaço Girassol: *ora, se o fantoche Batata mente, apronta e engana, não estaríamos reforçando esses comportamentos?* São dúvidas e temas também presentes nas discussões sobre as intervenções que educadores realizam quando os alunos fazem algo errado. Muitas dessas intervenções carregam o perigo de generalizar e, portanto, rotular um acontecimento como sendo uma coisa só, como tendo um único sentido. Isso impede que seja possível ampliar o campo de análise sobre aquilo que ocorre no cotidiano de uma instituição.

Talvez seja possível eleger essa questão como a que gerou o atravessamento de muitos temas. Trabalhar com a diferença era, muitas vezes, atrelado à ideia de aceitar a diferença – aceitar. Concordamos que a *aceitação*, no sentido de uma ação que afirma a existência de algo, o direito de algo existir, pode gerar transformação. Isto é, aceitar a existência de algo cria o novo. Aceitar a existência de casais homoafetivos muda as maneiras de viver a sexualidade. Mas precisamos ter cautela quando a aceitação nos leva para uma direção outra, para a direção da resignação. O que queremos que essas crianças, moradoras de um bairro pobre, vivendo, muitos deles, situações difíceis, tanto nas famílias como na escola, aceitem?

O fantoche Batata contou para qual time de futebol torcia. Alguns meninos ficaram revoltados, jogaram-no ao chão e a estagiária que o manipulava ficou chocada.

Situação difícil. Os meninos não deveriam ter feito isso, pode ser. Deveriam pedir desculpas, pois, afinal, Batata estava somente se apresentando, pode ser. Mas outros elementos estão em jogo na construção de uma situação em que esses meninos jogam Batata ao chão. Era um primeiro encontro, Batata falou sobre time de futebol para meninos de seis, sete e oito anos – as estagiárias estavam, pela primeira vez, coordenando uma atividade em grupo em um equipamento educativo.

Acessar maior amplitude dos elementos presentes na produção de um fenômeno e buscar a constituição histórica de um acontecimento implica colocarmos em análise o próprio dispositivo que inventamos para conhecer algo. O gesto de jogar Batata ao chão tem relação com o que essa atividade de extensão inventou como história, como fantoche, como fala.

Ao todo, foram sete momentos na Sala de Leitura com os fantoches. O trabalho possibilitou reflexões tanto sobre o processo educacional vivido no Espaço Girassol quanto à extensão universitária em si.

Nas conversas com as educadoras do Girassol, foi-nos ressaltada a importância de as crianças terem possibilidade de escolher atividades e do trabalho em prol da criação de coletivos. As conversas entre nós (equipe da USP e educadoras da instituição Girassol) foram possibilitando maior abertura para problematizar aquilo que atravessava os encontros: uma certa psicologia, uma certa igreja, aquelas crianças específicas, o momento em que participávamos das atividades, a formação e história das estagiárias, a relação USP–São Remo. Entendemos que esse momento do trabalho, as reuniões com as educadoras, em que podíamos conversar sobre o que essa experiência produzia, é conquista de um processo que precisa de tempo e cuidado. Ao estranhar que uma menina fosse mais criticada que um menino por bater nos colegas, estávamos defendendo a necessidade de entendermos a constituição de saberes e concepções que estão no campo social e que não são falhas do outro. Ora, nossa Universidade também está atravessada e constituída por uma história de desigualdade entre homens e mulheres.

Aos poucos, foi possível problematizar pequenas situações: os efeitos da escolha do ajudante do dia, a forma com disputavam as almofadas na Sala de Leitura, a necessidade de pedir para algumas crianças que esperassem um pouco fora da sala, a função de um estágio em Psicologia nessa instituição.

Ao final do semestre, entregamos um relatório escrito com algumas reflexões. Em setembro de 2013, ao final de um de nossos encontros com a equipe da Associação Agente, a equipe nos entregou, também por escrito, algumas reflexões que fizeram sobre nosso trabalho e nosso relatório. Rita, que trabalha na diretoria da agente, escreveu que a relação USP–São Remo sempre teve questões comuns: essa região foi formada a partir dos alojamentos dos operários que trabalharam nas construções da USP. Mas, embora nascidos paralelamente à Universidade, os destinos dos moradores da São Remo e dos estudantes da USP foram muito distintos. Havia um receio de que o estágio gerasse apenas observações ou conhecimentos que seriam, depois, apresentados. Contudo, todo o procedimento desse trabalho visou a uma construção conjunta de conhecimento a partir das experimentações realizadas.

Os encontros do Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do IP-USP

subsidiavam nossas ações com a discussão sobre a necessidade e a importância de certa relação com o campo (criação de campo comum) para que as situações pudessem trazer a multiplicidade de elementos presentes e para que pudéssemos habitar o processo de construção e de mudanças dos fenômenos com os quais trabalhamos.

## REFLEXÕES

Este trabalho teve por objetivo, ao descrever o Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do IP-USP, eleger uma das experiências, no *Projeto Espaço Girassol*, e articulá-la com algumas questões presentes na discussão sobre a extensão na universidade.

Nossas discussões, no Grupo de Articulação, focaram intensamente o perigo do caráter reprodutor de nossas práticas e pensamentos. Um perigo presente, inclusive, em nossas agendas de trabalho na Universidade: não tem sido fácil priorizar a criação de espaços comuns de trabalho necessários para o enfrentamento dos problemas da universidade. Agenda, tempo, encontro, conversa – para que esse trabalho fosse possível, foram necessários: a criação de uma agenda comum entre as pessoas do Espaço Girassol e da USP; a construção conjunta sobre o sentido do trabalho; um tempo semanal de supervisão; a escrita de um registro sistemático ao longo de todo o trabalho; a escrita de um relatório a ser entregue para a instituição ao final do trabalho; e encontros com as profissionais do Espaço Girassol durante o trabalho.

A função de nossos trabalhos não é ajudar os outros (embora esse verbo seja, muitas vezes, utilizado), mas exercer a função de extensão da universidade: compor, conectar experiências e conhecimentos com o objetivo de defender o espaço público e a garantia de direitos. Por isso a necessidade de problematizarmos as práticas da universidade que vão na contramão desses objetivos.

Chauí [2] e Patto [4] discutem a relação da universidade atrelada à lógica do mercado capitalista com um funcionamento direcionado à competição e à profissionalização. A universidade é um direito democrático. A democracia (como forma de existência social por meio da qual a sociedade, dividida em classes, realiza-se, estabelecendo seus valores, o poder político e as relações sociais) exige discussão, decisão coletiva, ação de reivindicação de direitos não garantidos e criação de espaços sociais de luta. Isso não ocorre em relações sociais marcadas fortemente pela cumplicidade, por relações de mando-obediência, pela opressão, pelo controle da grande mídia por monopólios, pela privatização dos Direitos Sociais que são transformados em Serviços Sociais. A universidade, segundo Chauí [2], segue essa lógica ao aceitar a ideia de modernização racionalizadora e passa a participar da economia e da sociedade, como prestadora de serviços às empresas privadas, perdendo de vista o papel público do trabalho de investigação ao prestar serviços que beneficiam o setor da sociedade que financia a pesquisa. É o que observa Patto [4] ao analisar a aproximação de unidades da USP, por meio da extensão universitária, com empresas privadas quando a modernização do currículo (ela cita o exemplo do Instituto de Química) visa a aproximar a graduação ao perfil exigido pela indústria.

O Grupo de Articulação de Trabalhos de Extensão do IP-USP defende a função

da extensão comprometida com o caráter público da universidade. Ao interrogarmos sobre o caráter da extensão em um estágio realizado em um equipamento educativo, observamos que práticas e concepções produtoras de desigualdade estão presentes em engrenagens cotidianas: na forma como agimos e falamos com as crianças, no procedimento e contratos dos estágios oferecidos pela universidade, nas formas como a universidade faz sua avaliação e organiza suas ações. Perceber-se nessa engrenagem e refletir os pequenos gestos e trabalhos que realizamos, priorizando a necessidade de criação conjunta do sentido do trabalho, permite desconstruir, criar brechas naquilo que tem nos afastado da função pública da extensão.

## REFERÊNCIAS

- [1] Amaral, L. A. **Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo, pela voz da Literatura Infanto-Juvenil**. São Paulo. Tese (Doutora em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- [2] Chauí, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- [3] MACHADO, A. M. Exercer a Postura Crítica: Desafios no Estágio em Psicologia Escolar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 3, set. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932014000300761&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932014000300761&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 abr. 2015. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/19823703001112013>>.
- [4] Patto, M. H. S. **A ideia de universidade: O estado da arte na revista Estudos Avançados [1987-2011]**. 2011.
- [5] Safatle, V. **A esquerda que não teme em dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- [6] Schmidt, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, jun. 2006.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe do Espaço Girassol pela abertura para essa construção e, em especial, à Rita Akinaga, pelas contribuições para este texto.

**ADRIANA MARCONDES MACHADO** docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) – email: [adrimarcon@uol.com.br](mailto:adrimarcon@uol.com.br)

**LAURA ALBUQUERQUE AZEVEDO** discente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP)



# A Extensão Universitária em História através da Elaboração de Instrumentos de Pesquisa

## The University Extension in History through the Preparation of Research Instruments

### RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre a extensão universitária no curso de História, através de um relato da experiência de elaboração de um catálogo temático e de referência de documentos de época. Esta ação extensionista foi desenvolvida na Universidade Estadual Paulista e contou com uma equipe de dois alunos de graduação do curso de História. O material utilizado foi a correspondência trocada entre as capitanias do Brasil e o Conselho Ultramarino, em Lisboa, entre os séculos XVII-XVIII e reunidas pelo *Projeto Resgate de Documentação Histórica "Barão do Rio Branco"*. Dos 150.000 documentos digitalizados pelo *Projeto Resgate*, foram selecionadas 3.096 correspondências que tinham as câmaras municipais do Brasil colônia como remetente ou assunto. Em seguida, os alunos relacionaram o verbete de cada um destes documentos com sua localização nas respectivas mídias digitais, informação que até então não era fornecida pelos catálogos digitais e impressos que referenciam a esses documentos. Este trabalho resultou em um instrumento de pesquisa, cuja elaboração contribuiu para a formação de estudantes de História no ofício da pesquisa na área, mas também levou à criação de um instrumento de pesquisa que pode ser utilizado por historiadores ou comunidade extra-acadêmica.

**Palavras-chave:** Catálogos. Brasil-Colônia. Câmaras Municipais.

### ABSTRACT

This article is a reflection on the university extension in the course of history through an account of the experience of developing a reference and thematic catalog of documents. This extension action was developed at Universidade Estadual Paulista and featured a team of two graduate students from the course of History. The material used was the correspondence between the captaincies of Brazil and the Overseas Council in Lisbon between the seventeenth and eighteenth centuries and gathered

DENISE APARECIDA  
SOARES DE MOURA

Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, São Paulo, Brasil

by the *Historical Documentation Project Rescue "Barão do Rio Branco"*. From 150,000 documents scanned by *Project Rescue* were selected 3,096 documents in which the Municipal Camaras of the colonial Brazil were the sender or subject. Then the students related the entry of each of these documents to their location in their digital media, information not provided by digital and printed catalogs that reference these documents. This work resulted in a survey instrument, whose production has contributed to the training of students of history in the craft of research in the area, but also led to the creation of a survey instrument that can be used by historians or extra-academic community.

**Keywords:** Catalogs. Colonial Brazil. Municipal Camaras.

## INTRODUÇÃO

**A extensão universitária alcançou grande avanço nos últimos anos com o desenvolvimento de projetos em suas áreas temáticas específicas, como cultura, saúde, meio ambiente, direitos humanos, educação, trabalho e comunicação [10].** Docentes e alunos envolvidos com a prática extensionista têm procurado, em congressos periódicos promovidos pelas Pró-Reitorias de Extensão das universidades públicas, refletir sobre os desafios teórico-metodológicos de um ramo de produção do conhecimento com natureza e objetivos específicos e articulados à pesquisa e ao ensino acadêmicos.

Os projetos de extensão desenvolvidos nas universidades públicas paulistas têm produzido resultados que podem ser concretamente aproveitados para a elaboração de políticas públicas que garantam o bem estar social e a formação participativa de segmentos diversos da população. Existem exemplos neste sentido, como a Universidade da Terceira Idade, que tem como foco um dos segmentos sociais em amplo crescimento no mundo [18]. Ou então os inúmeros resultados de sucesso de projetos de extensão que promoveram a digitalização e disponibilização on-line de inúmeros acervos de documentos de valor histórico-cultural até então de difícil acesso por razões de distância geográfica ou ausência de divulgação dos locais que mantêm sua guarda.

A tendência de fortalecimento da extensão que leva a uma ação mais concreta de interação entre a produção universitária e os vários segmentos sociais faz parte do movimento mais amplo, favorecido pela globalização e pela internet, de novas exigências da sociedade civil em prol da democratização [11]. A atividade de extensão, portanto, tem atingido um novo status no meio acadêmico e se beneficiado de apoio financeiro e institucional oferecido pelos governos estadual e federal\*.

Conforme escreveu uma das Pró-Reitorias de Extensão das Universidades paulistas, a extensão deixou de ser associada à mera ação de divulgação e assistência, para

---

\* Programa de Apoio à Extensão Universitária, Ministério da Cultura, 2003; Programa de Apoio à Cultura em Interface com a Extensão Universitária do Estado de São Paulo (ProExt Cultura SP); em 2010 foi lançado o projeto de extensão universitária do Ministério da Cultura (MINC) - ProExt Cultura.

se tornar um dos principais pilares de uma universidade que se pretende complexa e coerente com seu “compromisso republicano”, de promover interação com a sociedade sem desfigurar sua essência de construção de conhecimento [3].

Na universidade, o curso de História tem forte potencial para a realização de projetos de extensão universitária que cumpram este compromisso, através da preservação do patrimônio histórico-documental das populações brasileiras e formação e interação cultural junto aos vários segmentos sociais. No âmbito acadêmico, a extensão universitária em História pode criar ferramentas que também levem ao aprofundamento da pesquisa histórica.

Já existe certa tradição nos cursos de História em iniciativas como estas, embora muitas vezes elas não façam parte de uma reflexão sobre a Extensão em si, campo que apenas nos últimos quatro anos tem merecido reflexões mais consistentes de caráter técnico e teórico [10,3]. Como exemplo, cito as cronologias de determinado período da História, como Império ou Colônia, ou os acervos cartográficos digitais e disponíveis on-line, originados na pesquisa histórica e elaborados com participação de alunos de graduação [12, 2, 5].

Catálogos temáticos com referência de documentos de valor histórico-cultural, que podem ser disponibilizados em ambientes virtuais de Bibliotecas Digitais, Arquivos, laboratórios de pesquisa ou na forma de e-books nas páginas das editoras universitárias são uma amostra da ação extensionista em História.

Catálogos como estes, produzidos com o envolvimento de estudantes de graduação do curso de História contribuem para a formação de profissionais na área, fomentam a pesquisa acadêmica em temáticas específicas e geram ferramentas que otimizam o acesso de professores do ensino médio e agentes de cultura a documentos que fazem parte do patrimônio histórico-documental das populações do Brasil e que muitas vezes não são devidamente aproveitados devido à ausência de organização ao seu acesso.

Os avanços da internet e das tecnologias de reprodução digital levaram à digitalização de vasta quantidade de materiais de importância histórico-cultural, mas que hoje demandam a sua organização. Ou seja, acessibilidade significa mais do que reprodução e disponibilização on-line, mas organização do que é disposto em mídias digitais ou no ambiente virtual.

Entre 2012-13 na Universidade Estadual Paulista foi desenvolvido um projeto de extensão que teve justamente este objetivo, o de elaborar um catálogo temático de referência de documentos. O ponto de partida deste trabalho foi uma das mais importantes coleções de documentos manuscritos para a história do Brasil-colônia: a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizada pelo *Projeto Resgate de documentação História “Barão do Rio Branco” (Projeto Resgate)*, iniciado em 1995 através de uma ação coordenada pelo Ministério da Cultura, com apoio de instituições estaduais.

O objetivo principal do *Projeto Resgate* foi reproduzir e dar acessibilidade a documentos disponíveis em arquivos de países europeus que tiveram suas histórias relacionadas à do Brasil no período colonial. Iniciado em Portugal, este projeto reproduziu cerca de 150.000 documentos dos séculos XVII-XIX, ou seja, algo em torno de 1,5 milhão de páginas manuscritas escritas por funcionários espalhados por 18 capitâneas

do Brasil-colônia, que, na época, tinham de se dirigir a Lisboa para tratar dos mais diferentes assuntos referentes à administração, governo e vida social do Brasil.

Este material é um rico manancial de temas para a pesquisa histórica acadêmica e vem sendo amplamente utilizado pelos pesquisadores. Mas esta documentação também faz parte do patrimônio histórico-documental das populações do Brasil, pois suas páginas mostram como as pessoas no passado recorriam às instituições públicas para denunciar arbitrariedades de funcionários reais ou fazer solicitações de toda a ordem. Estes manuscritos mostram também como as instituições político-administrativas funcionavam no Brasil.

Para o desenvolvimento do catálogo temático de referência de documentos a partir deste material foram selecionadas as correspondências escritas pelas câmaras municipais do Brasil entre os séculos XVII-XVIII-XIX.

Com este projeto, que gerou ainda uma exposição em setembro de 2013 no hall da reitoria da mesma UNESP, no centro de São Paulo, alunos do curso de graduação em História tiveram a oportunidade de ter contato direto com um dos pilares da pesquisa histórica, ou seja, os documentos de época\*\* e ao mesmo tempo gerar uma ferramenta de trabalho tanto para o público acadêmico, como extra-acadêmico, formado por agentes culturais ou professores do ensino médio.

Por que a escolha do tema *câmaras no Brasil-colônia* para a realização de uma experiência de extensão universitária em História? Nos últimos 14 anos a historiografia brasileira reviu as interpretações de algumas obras clássicas e passou a valorizar a história administrativa e, com isto, as câmaras municipais foram, e ainda são, um dos objetos mais investigados [15, 14]\*\*\* no âmbito da pesquisa acadêmica.

Por outro lado, no ensino do problema da formação e configuração do Estado no Brasil-colônia nas aulas de História do Brasil o aluno de graduação lida com o tema das câmaras municipais, instituições que fundaram as bases da colonização e deram sustentação e longevidade para as instituições monárquicas portuguesas na América.

O assunto, portanto, está articulado à pesquisa e ao ensino. As lacunas percebidas na pesquisa sobre o assunto e que se desdobram em sala de aula levaram ao interesse por ampliar este tema na extensão universitária ou mesmo dar-lhe outra dimensão, não restrita à pesquisa acadêmica, pois esta é uma instituição que diz respeito à história de todas as cidades do Brasil e de seus habitantes. Por menor e mais remota que seja uma cidade no Brasil ela terá um prédio da câmara municipal, onde são tomadas decisões para seu funcionamento e onde os moradores encontram uma representação e alvo imediato de seus interesses e indignações.

Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, a historiografia brasileira herdou a

---

\*\*Este projeto de extensão gerou uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP e que recebeu o Prêmio Melhor Trabalho na modalidade pôster externo entre os trabalhos da área de Ciências Humanas, Letras e Artes, apresentados no Encontro de Saberes 2013, evento organizado pela Universidade Federal de Ouro Preto, que reúne estudantes de graduação de todas as universidades do Brasil que desenvolvem pesquisas de Iniciação Científica produzidas nos vários campos do conhecimento.

\*\*\*A produção bibliográfica é muito vasta, iniciada no ano 2000 por Maria Fernanda Bicalho, que trouxe à cena historiográfica brasileira um problema colocado pelo historiador inglês Charles Boxer.

perspectiva regional da tradição portuguesa na maneira de abordar o tema das câmaras coloniais [9]. A historiografia sobre este assunto poderia avançar, contudo, se fossem feitas pesquisas comparativas entre as câmaras do Brasil ou mesmo fossem estabelecidas as possíveis conexões entre estas câmaras, que poderiam, inclusive, espelhar-se no exemplo de uma e outra para formular a sua política e o seu tipo de interlocução com o reino.

Para avançar em iniciativas de pesquisas como estas, foi constatada a necessidade de organizar o acesso à documentação disponível e esta era uma tarefa que poderia ser realizada pela atividade de extensão universitária, tendo em vista que uma de suas tarefas é a de criar produtos e processos típicos da vida acadêmica e que levem ao aprimoramento de sua produção, mas que também tenham potencial para promover a formação intelectual, humana e social de segmentos da sociedade civil, entendendo-os, ainda, como agentes participativos deste processo.

Como conclui o documento *Carta de São Paulo* “a universidade pública exerce papel estratégico na formação de cidadãos, entendidos como produtores, agentes e críticos da cultura, auxiliando no questionamento de sua relação imediata com a sociedade” .

Organizar o acesso a um dos principais conjuntos de documentos para a pesquisa e conhecimento das instituições municipais no Brasil foi um caminho interessante tanto para criar condições para o avanço da pesquisa sobre o tema, ensinar a pesquisa de um tema da história administrativa do Brasil colônia para alunos do curso de graduação em História, como criar uma ferramenta que torna mais acessível aos agentes extra-acadêmicos materiais que permitem o melhor entendimento de um assunto que diz respeito às suas próprias histórias.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para o levantamento da documentação que comporia o catálogo temático de referência de documentos foram utilizados um catálogo geral em formato digital e as 380 mídias digitais que reúnem respectivamente, os verbetes e as imagens dos documentos produzidas pelas 18 capitanias do Brasil.

Foi utilizado o programa *Libre Office Calc* para construir um banco de informações cujas planilhas, nomeadas por capitania, foram alimentadas com os verbetes de documentos produzidos pelas câmaras municipais. Em seguida os alunos localizaram nas mídias digitais cada documento arrolado. Ou seja, o trabalho final forneceu um dado até então inexistente nos catálogos de verbetes da documentação do *Projeto Resgate*.

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM HISTÓRIA: RETOMANDO UMA TRADIÇÃO NA ERA DIGITAL

A organização de instrumentos de pesquisa impressos, como os catálogos de referência de documentos, a partir do rastreamento de documentos em arquivos presenciais, tem longa tradição no Brasil [7, 13]. O que este projeto de extensão fez foi

retomar uma tradição, mas a partir de parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino que se encontra em formato digital. O catálogo gerado neste trabalho por sua vez também está nesse mesmo formato.

A documentação do *Projeto Resgate* ainda não está disponível on-line. O Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília [4] vem se esforçando por disponibilizar esta documentação no ambiente virtual da internet e viabilizar o seu acesso através de um banco de dados, mas os resultados ainda não são satisfatórios e os campos de seu banco não contemplam *Assuntos*, que poderiam gerar a rápida identificação de uma temática ou fonte geradora de um documento, como as câmaras municipais.

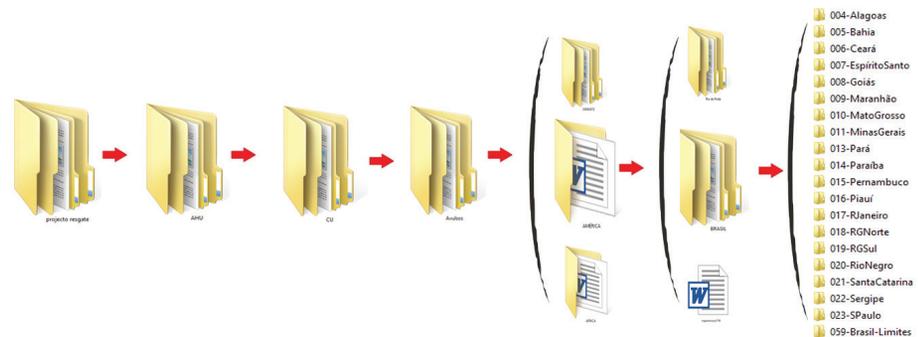
O pesquisador, portanto, ainda depende das mídias digitais, mas é necessária a criação de instrumentos que aperfeiçoem a sua utilização. Organizar o acesso a este material, portanto, é uma das contribuições que o historiador pode oferecer à sociedade.

## PROJETO RESGATE: LIMITES NA ACESSIBILIDADE

O pesquisador, professor do ensino médio ou agente cultural que queira acessar documentos de época sobre as câmaras municipais no Brasil Colônia tinha de realizar a seguinte operação:

– Pesquisar no catálogo geral digital o documento. Este catálogo geral é composto por sub-catálogos que contém inventário de documentação da América, África e Oriente, ou seja, domínios de Portugal na época moderna. Dentro do sub-catálogo *América* existem ainda outros sub-catálogos, sendo um deles denominado *Brasil*. Dentro deste há ainda mais outros 20 sub-catálogos que correspondem às capitânias. A descrição desta dinâmica pode ser observada na gravura abaixo:

Figura 1 – Catálogo Eletrônico do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco".



No interior dos sub-catálogos referentes a cada capitania estão arrolados os verbetes dos documentos, criados pelos pesquisadores responsáveis pelo levantamento, organização e reprodução desta documentação no Arquivo Histórico Ultramarino. O inventário desta documentação foi feito em ordem cronológica e com a indicação da sua localização física no Arquivo. Abaixo há um modelo destes verbetes, reproduzidos nos catálogos impressos produzidos para cada capitania:

**1714, Outubro, 20, Santana de Parnaíba**

CARTA dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba ao rei [D. João V] sobre o motim de alguns moradores contra as atitudes do desembargador sindicante Antônio da Cunha e acerca da vinda do desembargador sindicante André Leitão de Melo, que vinha especialmente para punir os culpados. Solicitam por dificuldade de locomoção dos acusados para o Rio de Janeiro ou Bahia, que se possam ser julgados pelo ouvidor geral de São Paulo, cumprindo suas penas, se for caso, na cadeia da cidade de São Paulo e que os degredos sejam enviados para os sertões da mesma capitania.

AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 16

**AHU\_ACL\_CU\_023, Cx. 1, D. 22. [1]**

Após identificar documentos como este nos verbetes dos catálogos – geral-digital e os impressos por capitania – o pesquisador deve ir para a sua localização física em formato de imagem nas mídias digitais. Contudo, o verbete não fornece, como pode ser visto acima, o lugar do documento na mídia. No interior destas mídias as imagens dos documentos estão dispostas em pastas e sub-pastas. Cada imagem possui uma numeração, que cumpre o papel de um localizador na mídia, conforme pode ser observado abaixo:

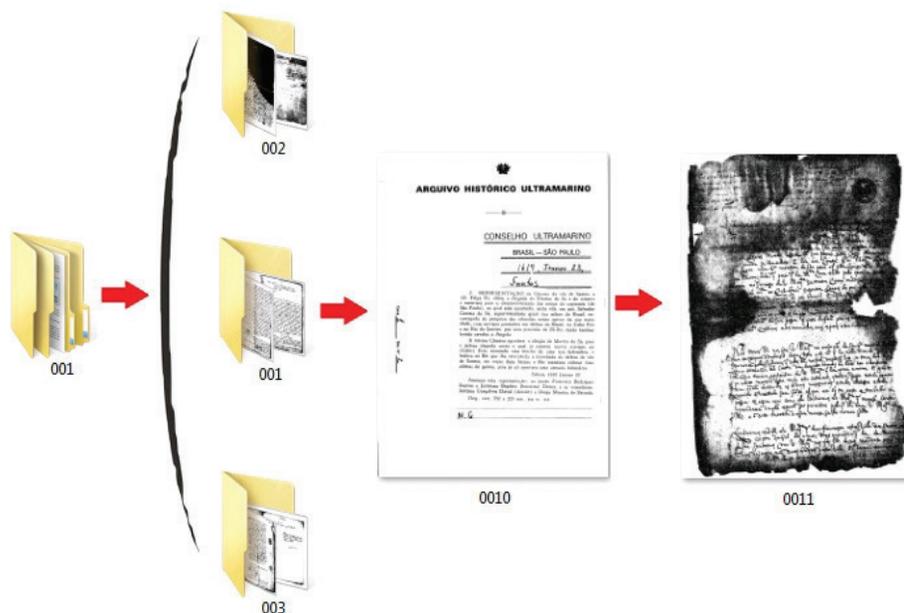


Figura 2 – Documentos nas mídias do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco".

Este caminho, ou seja, o número da pasta, sub-pasta e imagem do documento não é fornecido pelo catálogo impresso ou eletrônico e isto dificulta o trabalho de localização de um documento, o que, certamente, compromete o uso mais intenso deste material ou mesmo a realização de pesquisas de caráter comparativo, para o tema específico das câmaras municipais na Colônia.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM HISTÓRIA APRIMORANDO INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Em um primeiro momento e como se tratava da confecção de um catálogo de referências, a tarefa da equipe extensionista envolvida neste projeto foi a de levantar, através dos verbetes de todos os sub-catálogos das capitanias, as correspondências que tivessem a câmara como remetente. O andamento do trabalho mostrou que era necessário levantar também os papéis que tivessem a câmara como assunto, pois a equipe se deparou com muitos governadores, ouvidores ou juízes de fora discorrendo sobre esta instituição. Ao todo foram reunidas 3.096 correspondências.

Este levantamento e organização do material obedeceram a critérios próprios do campo do conhecimento da História. Ou seja, o tempo é uma categoria que dá inteligibilidade a esta forma de conhecimento [6], logo, o primeiro passo do trabalho foi o estabelecimento de recortes cronológicos.

A natureza administrativa das correspondências enviadas para o Conselho Ultramarino nos fez estabelecer recortes cronológicos no campo da história política do Império português. Assim, as periodizações foram as seguintes:

**1642-1696** – quando foi criado o Conselho Ultramarino, órgão central da administração portuguesa encarregado de administrar suas conquistas. Toda a comunicação burocrática gerada por funcionários nomeados ou eleitos para ocupar cargos públicos no Brasil era enviada para este órgão. A partir de 1696 a Coroa decidiu implantar o cargo de *juiz de fora*, ou seja, um funcionário régio formado em Leis e que restringiria a ação do juiz ordinário da câmara eleito pela localidade.

Na prática poucas câmaras receberam este funcionário. De qualquer modo, na medida em que o catálogo temático dizia respeito justamente às câmaras, era pertinente o estabelecimento desta data limite final para a primeira periodização.

**1696-1750** – o período de expansão portuguesa para o interior do Brasil e descobertas das zonas minerais, seguida do advento do reinado de D. João V, iniciado em 1706 e terminado em 1750, quando foram implantadas várias câmaras na região de Minas Gerais, com o propósito de controlar o volume de migrações para esta região do Brasil.

**1750-1777** – o reinado de D. José e o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, o famoso Marquês de Pombal.

**1777-1812** – reinado de D. Maria e o Ministério de D. Rodrigo de Souza Coutinho (secretário de estado dos domínios ultramarinos e marinha (1796-1802/1808-1812), ministro da guerra e dos negócios estrangeiros. Momento crucial na história da modernização do Império português.

**1812-1822** – fase da movimentação política que culminaria na formalização da independência do Brasil.

A discussão destes recortes cronológicos que nortearam o levantamento da documentação foi um passo importante para os alunos compreenderem o papel da categoria *Tempo* na análise histórica. Em seguida a equipe deu início ao levantamento dos documentos e a sua inserção nas planilhas que formaram um banco de dados no programa *Libre Office Calc*. Estas planilhas foram divididas, portanto, por capitanias

e, dentro destas, os recortes cronológicos acima descritos.

Após o banco de informações ser completamente alimentado com os verbetes, a equipe empreendeu o trabalho de localizar cada documento nas mídias, fornecendo sua localização na pasta, sub-pasta e imagem. Assim o catálogo temático digital alcançou o seguinte formato:

**Tabela 1** – Verbetes do catálogo temático elaborado na ação extensionista

Verbetes	Localização na mídia
1714, Outubro, 20, Santana de Parnaíba CARTA dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba ao rei [D. João V] sobre o motim de alguns moradores contra as atitudes do desembargador sindicante Antônio da Cunha e acerca da vinda do desembargador sindicante André Leitão de Melo, que vinha especialmente para punir os culpados. Solicitam por dificuldade de locomoção dos acusados para o Rio de Janeiro ou Bahia, que se possam ser julgados pelo ouvidor geral de São Paulo, cumprindo suas penas, se for caso, na cadeia da cidade de São Paulo e que os degredos sejam enviados para os sertões da mesma capitania.	Cd.Avulsos n. 01; pasta.1; sub-pasta.1; imagens 109-115
AHU-São Paulo, cx. 1, doc. 16 CU_023, Cx. 1, D. 22.	AHU_ACL_

Como pode ser percebido, o catálogo de referências de documentos produzidos pelas câmaras coloniais estabeleceu uma conexão entre o verbete do catálogo eletrônico/impresso com a mídia, fornecendo a informação *Localização* do documento para o pesquisador.

Trabalhar na confecção deste catálogo com a participação de alunos de graduação em História foi uma interessante oportunidade para o ensino da própria disciplina, pois eles tiveram contato direto com a base da pesquisa histórica, ou seja, os testemunhos do passado, que submetidos à crítica e referenciais teóricos específicos podem gerar de novas descobertas a novas interpretações.

Percebe-se, portanto, que pesquisa-ensino-extensão são campos conectados e que se alimentam mutuamente, podendo contribuir para uma universidade do futuro que tanto tenha nível de excelência na sua produção científica, como na formação de recursos humanos especialistas em suas áreas, mas com perspectiva e experiência na formação de produtos e processos que possam ampliar a formação cultural e bem estar social de segmentos sociais extra-acadêmicos.

Ou seja, o aluno do curso de História envolvido na extensão universitária tem ainda a oportunidade de perceber que os testemunhos produzidos em uma determinada época não são apenas objetos de seu domínio submetidos à sua interpretação para a geração de um conhecimento acadêmico em História. Eles também têm uma dimensão antropológica e, portanto, devem ser disponibilizados para a sociedade de um modo geral, para que ela própria também possa construir as suas percepções, tirar conclusões, ter acesso e desenvolver um espírito preservacionista sobre algo que

faz parte do seu patrimônio histórico-cultural.

Como considerou um importante teórico da história, para além da construção de uma identidade nacional, as pessoas de um modo geral se interessam pelo seu passado inclusive para saber como era a vida, os sentimentos e como as sociedades funcionavam. Ou seja, o conhecimento histórico tem uma dimensão acadêmica, cultural e política, mas também antropológica [17]. Em virtude disto, tanto quanto qualquer outra disciplina nas ciências da saúde ou tecnológica a História tem um forte potencial para o desenvolvimento de projetos de extensão universitária.

## CONCLUSÃO

A formação de catálogos de referência de documentos de valor histórico-cultural é, portanto, um importante campo de desenvolvimento da extensão universitária em História, conforme demonstrou o Projeto sobre a documentação das câmaras coloniais desenvolvido na Universidade Estadual Paulista. Este foi um trabalho originado no próprio ensino e pesquisa do tema na Universidade. Catálogos de documentos ou de referências de documentos são ferramentas de pesquisa que podem ser usadas tanto por acadêmicos, como por professores do ensino médio e agentes culturais. O aluno do curso de História envolvido em trabalhos como este alcança uma dupla formação, ou seja, a do pesquisador acadêmico, que conhece o significado das fontes de época para a construção do conhecimento histórico e um agente democratizador ao acesso a materiais que fazem parte do patrimônio histórico-cultural das populações.

## REFERÊNCIAS

- [1] ARRUDA, J. **Documentos Manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1664-1830)**. Catálogo 1. Bauru: São Paulo, EDUSC: FAPESP, IMESP, 2000.
- [2] **Atlas Digital da América Lusa**. Disponível em: <<http://lhs.unb.br/biblioatlas/In%C3%ADcio>>. Acesso em: 15 mar. 2015
- [3] **Carta de São Paulo: políticas públicas de cultura e extensão universitária**, 2010. Disponível em: <<http://www.prceu.usp.br/eventos/proext/cartasp.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [4] MEMÓRIA DIGITAL, Centro de. **Projeto Resgate em Memória Digital**. Disponível em: <[http://www.cmd.unb.br/resgate\\_index.php](http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php)>
- [5] Biblioteca Digital de Cartografia Histórica. Disponível em: <<http://www.maphistoricos.usp.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [6] BLOCH, M. **A apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- [7] BOSCHI, C. **Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2008.
- [9] CUNHA, M. S.; FONSECA, T. (org). **Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais**. Évora: Edições Colibri/CIDEHUS/

- EU, 2005.
- [10] DEL MASSO, M. C. S. *et al.* **Guia de Extensão Universitária da UNESP**. 3 ed., São Paulo, PROEX, Cultura Acadêmica Editora, 2012.
- [11] Internet renforce le pouvoir de la société civile. **Le Monde**, 25 nov. de 2013. Disponível em: <<[http://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2013/11/25/internet-renforce-le-pouvoir-de-la-societe-civile\\_3519919\\_3236.html](http://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2013/11/25/internet-renforce-le-pouvoir-de-la-societe-civile_3519919_3236.html)>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [12] JANCSÓ, I. **Cronologia de Historia do Brasil Colonial (1500-1831)**. São Paulo: Departamento de História – Série Iniciação, 1994, 286 p.
- [13] NUNES, M. T. e SANTOS, L. S. **Inventário de documentos manuscritos avulsos referente a capitania de Sergipe existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Disponível em: <<<http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUco22/CU-Sergipe.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015
- [14] ROLES, C. Ageism is baseless: we need a human rights convention for older people. *In: The Guardian*, 31 jul. de 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2013/jul/31/ageism-human-rights-older-people>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- [15] SCHMACHTENBERG, R. **A arte de governar: redes de poder e relações familiares entre os juizes almotacés na câmara municipal de Rio Pardo/RS, 1811-1830**. São Leopoldo: Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012, 426 p.
- [16] SOUZA, L. de M. e. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- [17] VEYNE, P. **Como se escreve a história**. 3 ed., Brasília, EDUNB, 1995.
- [18] **World population prospect**. The 2012 revision. United Nations, New York, 2013.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pro-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP pelas bolsas concedidas e que viabilizaram a realização deste trabalho. Sou muito grata ainda às alunas Nayara Vignol e Juliana Leopaci que trabalharam vigorosamente desde a fase de coleta dos dados à divulgação do trabalho concluído em Congressos, Exposição e na elaboração das imagens que ilustram este artigo.

**DENISE APARECIDA SOARES DE MOURA** professora assistente do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – e-mail: [dmsoa1@yahoo.com.br](mailto:dmsoa1@yahoo.com.br)



# Acesso à Justiça em um Projeto de Extensão Universitária – Um Estudo da Conciliação Extrajudicial na Resolução de Conflitos e Mudança Cultural

Access to Justice in a University Extension Project  
A Study of Extrajudicial Conciliation in Conflict Resolution and Cultural Change

## RESUMO

Este artigo aborda a extensão universitária em uma experiência realizada em 2012 por acadêmicos e profissionais do Escritório Escola Jurídico Social “Desembargador Ranulfo de Melo Freire”, do Curso de Direito da FESP-UEMG, campus de Passos. A universidade, além de centro de produção de conhecimento, deve assumir sua responsabilidade social, atuando, na medida do possível, no atendimento das demandas essenciais da sociedade, visando diminuir a desigualdade e promovendo a cidadania. Entretanto, o desenvolvimento de uma região dificilmente acontecerá de forma plena quando existir um ambiente de conflitos não resolvidos. Apesar do acesso à justiça ser um direito constitucionalmente assegurado, vê-se uma deficiência na sua concretização. Assim, mostram-se importantes as políticas de iniciativa das universidades que promovam o restabelecimento da paz social, por meio da assistência jurídica e demais meios alternativos de resolução de conflitos. O objetivo desse trabalho é analisar o programa PAIJUS, que traz uma proposta de mudança cultural e seus desdobramentos para o desenvolvimento humano e efetivação do direito ao acesso à justiça. A metodologia utilizada inclui revisão bibliográfica, análise documental e entrevista semi-estruturada. O referencial teórico desenvolvido baseou-se principalmente no pensamento, entre outros, de Buarque, Sen, Cappelletti, Furtado, Gomma e Watanabe.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Formação Acadêmica. Acesso à Justiça. Desenvolvimento Humano. PAIJUS.

## ABSTRACT

This article addresses the university extension in an experiment conducted in 2012 by academics and professionals in Office Social Legal School “Desembargador Ranulfo de Melo Freire”, Course of Law FESP-UEMG, campus Passos. The university, as well

IDIENE APARECIDA  
VITOR PROENÇA PÁDUA

Universidade do Estado de Minas Gerais. Fundação de Ensino Superior de Passos, Minas Gerais, Brasil

PAULO DE TARSO  
OLIVEIRA

Centro Universitário de Franca. São Paulo, Brasil

as a center of knowledge production, must assume their social responsibility, acting, to the possible extent, in meeting the essential needs of society, aiming at reducing inequality, promoting citizenship. However, the development of a region hardly happens in full form when there is an environment of unresolved conflicts. Although access to justice is a constitutionally guaranteed right, it is seen a deficiency in its realization. Thus found to be important policies of university initiative promoting the restoration of social peace through legal assistance and other alternative means of dispute resolution. The aim of this study is to analyze the PAIJUS program, which brings a proposal for cultural change and its consequences for human development and realization of the right to access to justice. The methodology used includes literature review, document analysis and semi-structured interview. The theoretical framework developed was based primarily in the thoughts of, among others, Buarque, Sen, Cappelletti, Furtado, Gomma and Watanabe.

**Keywords:** University Extension. Academic Training. Access to Justice. Human Development. PAIJUS.

## INTRODUÇÃO

**Este trabalho analisa o papel da extensão universitária em uma experiência** realizada no ano de 2012, por acadêmicos e profissionais do Escritório Escola Jurídico Social “Desembargador Ranulfo de Melo Freire” (EEJS), do curso de Direito da FESP-UEMG, campus de Passos. Foram foco de estudo os aspectos referentes ao acesso à justiça, à pacificação social, à mudança de paradigmas culturais e os reflexos para o desenvolvimento sustentável. Partiu-se da premissa de que o desenvolvimento social e mesmo econômico de uma região dificilmente acontecerá de forma plena quando persistir um ambiente de conflitos não resolvidos.

Deste modo, o acesso à justiça se mostra uma das necessidades mais basilares do cidadão, merecendo atenção especial e demandando políticas públicas para sua concretização.

A existência do tradicional processo para resolução judicial dos conflitos já demonstrou sua insuficiência. O próprio Poder Judiciário assim reconheceu, ao criar, através do Conselho Nacional de Justiça, Políticas Públicas de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, considerando que o direito de acesso à justiça implica acesso à ordem jurídica justa, e que a conciliação e a mediação são instrumento efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

Foi analisado o trabalho itinerante desenvolvido através do PAIJUS (Programa de Atendimento Itinerante Jurídico Social), por integrantes do EEJS, visando à promoção do acesso à justiça e mudança da cultura do litígio para a conciliação, bem como os reflexos gerados para o desenvolvimento sustentável.

A metodologia utilizada incluiu pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada junto aos participantes em um dia do atendimento itinerante do projeto PAIJUS.

## ACESSO À JUSTIÇA, PACIFICAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Independentemente da unidade de pensamento do que seja “justiça” ou mesmo “justo” é preciso apontar que o acesso à justiça, hoje, no sistema normativo brasileiro, é um princípio constitucionalmente previsto e um importante direito fundamental, capaz de assegurar a eficácia de todos os demais direitos e garantias, no entender de Mattos [5].

No artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Brasileira, lê-se que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” [2]. Nessa parte cuida-se apenas do acesso ao judiciário, embora o acesso à justiça seja um princípio mais amplo.

Cappelletti [3] esclarece que “O acesso à justiça, pode, portanto, ser encarado como requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos”.

Paroski, por sua vez, acrescenta:

Reservar para si, como fez o Estado, o monopólio da justiça, e ao mesmo tempo, como consequência lógica, proibir a realização da justiça pelas próprias mãos, como é intuitivo, importa na necessidade da implantação de meios eficazes de solução dos conflitos de interesses, mas não apenas isso, pois que o pleno acesso a esses meios também há que ser assegurado pela ordem constitucional, que deve zelar pela criação de instrumentos processuais que tenham aptidão de efetivamente realizar este propósito maior, de atuar pela manutenção da paz social, que se atinge quando se soluciona dentro de certos parâmetros de razoabilidade os conflitos jurídicos individuais e coletivos [6].

De fato, nos tempos atuais, são exigidas novas posturas, novas respostas pela sociedade, de acordo com Torres [10]:

O Judiciário, da análise realizada, porque é mantido pelo povo, tem a obrigação de dar uma resposta convincente, mostrando e agindo com novos paradigmas para enfrentar os problemas que diuturnamente se renovam, exigindo uma nova postura, a aplicação de um novo modelo de Justiça.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça deu importante passo, com a Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010 [13], ao criar Políticas Públicas de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, considerando que o direito de acesso à justiça implica acesso à ordem jurídica justa e que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

De modo geral, o conflito é visto como algo negativo nas relações sociais, gerando perdas ou prejuízos para, pelo menos, uma das partes envolvidas.

Entretanto, apesar de inevitável, o conflito pode ser uma força positiva para o crescimento, dependendo da utilização de processos construtivos ou destrutivos para sua resolução. Nos processos destrutivos a competição impera, e cada um busca ser o vencedor. Nos processos construtivos as partes são estimuladas ao diálogo, à cooperação, à empatia e ao desenvolvimento de soluções criativas para o conflito, num treinamento para compreensão e prevenção de conflitos futuros.

Nesse sentido, explica Azevedo [1] que:

A possibilidade de se perceber o conflito de forma positiva consiste em uma das principais alterações da chamada moderna teoria do conflito. Isso porque a partir do momento em que se percebe o conflito como um fenômeno natural na relação de quaisquer seres vivos é que é possível se perceber o conflito de forma positiva.

A resolução ou dissolução de um conflito, logo no seu início, se mostra altamente necessária na medida em que, com a conduta humana natural de ação e reação, um fato conflituoso se desenvolve em espiral, resultado de um círculo vicioso de ação e reação, expandindo-se, acentuando-se, gerando novos conflitos.

A autocomposição por meio da *conciliação* apresenta a grande vantagem de afastar a visão tradicional de que as partes envolvidas no conflito devem ser vistas como adversárias entre si, na busca de um vencedor do processo. Ao contrário, com o auxílio de um conciliador e através do diálogo, as partes têm a oportunidade de construir juntas uma solução comum, consensual, promovendo de imediato a pacificação social, de forma rápida, sem custos e com a vantagem de educá-las para resolução amigável dos conflitos que surgirem no futuro (função pedagógica e preventiva).

Um princípio importante utilizado na conciliação é o do empoderamento, que adota o caráter pedagógico de formar o cidadão para se tornar agente de resoluções de eventuais conflitos futuros, a partir da experiência vivida no âmbito da conciliação.

Dentro deste prisma, a conciliação tem demonstrado um potencial muito grande de gerar desenvolvimento não só social (empoderamento das partes envolvidas no conflito, com a implantação de nova cultura na sociedade para condução e resolução dos conflitos cotidianos), mas também econômica e ambiental, que são os eixos do desenvolvimento sustentável.

Em nosso país, seguindo as diretrizes traçadas pela Declaração do Direito ao Desenvolvimento, fez-se constar, no artigo 3º da Carta Magna que, juntamente com a garantia do desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária estavam igualmente elevadas a objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil [2].

Silva [9] defende que realização do desenvolvimento nacional é premissa para a efetivação da dignidade da pessoa humana, na exata concepção cultural do constitucionalismo contemporâneo.

Amartya Sen [8] afirma que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de *expansão das liberdades* reais que as pessoas desfrutam, acrescentando que esse mesmo desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, dentre elas, ausência ou carência de instituições eficazes para a manutenção da paz e ordem locais.

Pode-se, assim, afirmar que desenvolvimento, liberdade e o acesso à justiça estão interligados.

A nossa Carta Magna expressa, em vários de seus dispositivos, meios para facilitação do acesso à Justiça, sendo este um instrumento para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Mesmo assim, ainda são percebidas desigualdades e injustiças.

Segundo Pereira [7] “O acesso à justiça é um direito elementar do cidadão, pelo qual ocorre a materialização da cidadania e a efetivação da dignidade da pessoa humana”.

Entretanto, mesmo sendo o acesso à justiça um direito constitucionalmente assegurado, devendo o Estado implementá-lo gratuitamente a todos, observa-se uma insuficiência na sua concretização.

Por ser o acesso à justiça um encargo do Estado, nos termos do artigo 5º da Constituição Federal, cabe ao Poder Público proporcionar à população carente condições para seu acesso, através de mecanismos gratuitos e disponíveis a todo o cidadão para a solução de seus conflitos, promovendo assim a cidadania.

De fato, o Estado, através da criação da Assistência Judiciária Gratuita e da Defensoria Pública, veio a cumprir, ainda que de forma insuficiente, a previsão constitucional da Assistência Jurídica Integral e Gratuita.

Mas ainda existe um impasse: como a demanda pelos serviços é muito maior do que a oferta estatal, revela-se de grande importância a busca por formas alternativas de solução de conflitos, em especial a conciliação extraprocessual, muitas vezes operacionalizada através de projetos de extensão universitária. Aqui, é bom não perder de vista as lições de Buarque[2]: “a política da universidade deve combinar o máximo de qualidade acadêmica com o máximo de compromisso social”.

Furtado [4], por sua vez, adverte que é necessária uma estreita sintonia entre a universidade e a comunidade, para que se consigam resultados que possam melhorar a vida das pessoas e promover desenvolvimento.

Tal propósito pode ser alcançado pelas universidades através das vias da pesquisa e principalmente da extensão, o espaço propício de aproximação da universidade com a comunidade. Além de centro de produção de conhecimentos, a universidade só se justifica se for além, difundindo-os junto à comunidade. E é exatamente nesse sentido a advertência que faz Furtado[4]

A interação entre os processos de intervenção e difusão é evidente. Se não se dispõe de um verdadeiro conhecimento da realidade social, a difusão de conhecimento é inócua ou reforçadora da dependência. Por outro lado, se a difusão é eficaz, ativa-se o processo de mudança social, o que tende a tornar obsoleto o conhecimento que temos da realidade, o qual deve ser renovado. Não tenhamos dúvida de que este é o teste da existência de uma verdadeira Universidade: sua atuação como fator dinamizador da sociedade e propulsor do enriquecimento da vida dos homens e mulheres que forma.

## APRESENTAÇÃO, ORIGEM, MATERIAIS E MÉTODO DE PROJETO PAIJUS

A Faculdade de Direito de Passos firmou convênio com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais para a instalação do Juizado de Conciliação no EEJS. O Juizado de Conciliação tem como função resolver litígios de forma amigável e através de negociações, atendendo aos cidadãos de todas as classes sociais, principalmente os de renda limitada, constituindo-se em um posto fixo para o exercício da cidadania através da conciliação.

Mas era necessário ir além: aproximar-se da comunidade e informá-la do seu direito constitucional de acesso à justiça, inclusive através da conciliação extraprocessual ou extrajudicial. Assim, em 2010, foi criado o PAIJUS (Programa de Atendimento Itinerante Jurídico Social), consistente em uma política pública desenvolvida em bairros considerados de alta vulnerabilidade social, situados no município de Passos-MG, tendo como objetivo específico, a apresentação da conciliação extrajudicial como meio pacífico, rápido, gratuito e empoderador de resolução de conflitos. Os atores envolvidos nessa política pública são os professores do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da FESP-UEMG, campus de Passos, bem como uma assistente social atuante no Escritório Escola Jurídico Social da mesma instituição, alunos do curso de Direito e do Serviço Social (ambos da FESP-UEMG), além dos membros da comunidade que residem em áreas consideradas de interesse do programa.

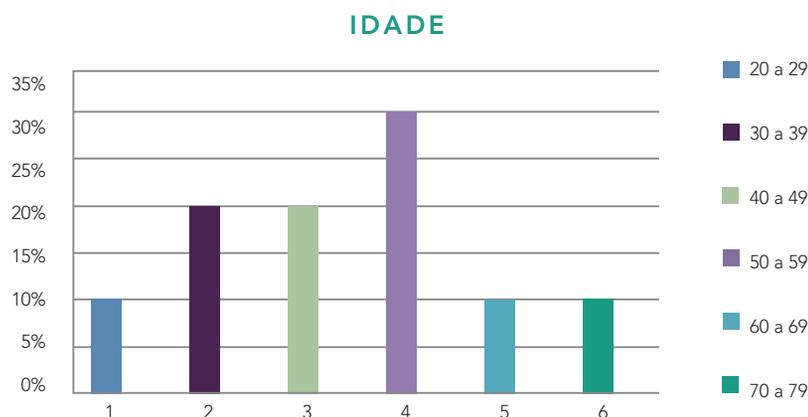
Como estrutura material, o PAIJUS conta com o financiamento Programa de Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais (PAEX-UEMG), bem como suporte, na forma de espaço físico, cedido por escolas, associações de bairros, postos de saúde, ONGS etc. Conta ainda com a participação de professores do curso de Direito das áreas cível, penal, trabalhista e previdenciária; colaboração de uma assistente social e o acompanhamento por monitores e estagiários, tanto do curso de Direito como de Serviço Social, todos da FESP-UEMG.

Com os trabalhos disponibilizados nesses espaços, procura-se oferecer à comunidade uma alternativa substitutiva da cultura do litígio: a cultura da conciliação. A parte, no primeiro atendimento, é esclarecida das possibilidades de resolução do seu caso através de duas formas: a judicial e a extrajudicial. É incentivada a resolver, primeiramente, através do Juizado de Conciliação, através de um acordo, sem necessidade de um processo judicial, e esclarecida a respeito das várias vantagens dessa opção. Somente quando frustrada ou impossível a conciliação é oferecida a segunda opção: a propositura de uma ação judicial.

## RESULTADOS

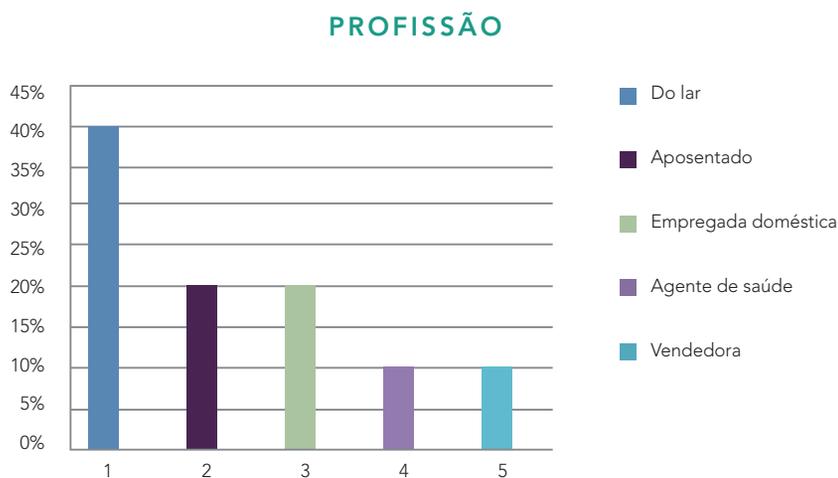
Foi realizado no dia 21 de dezembro de 2012 o evento PAIJUS no município de Passos, no bairro Nova Califórnia, contando com a participação dos moradores da localidade para a resolução de seus problemas sociais e jurídicos. Assim, foi feita uma pesquisa de campo junto aos participantes a fim de identificar o perfil dos atendidos e as particularidades da busca por orientação. A ferramenta utilizada foi uma entrevista semi-estruturada. Abaixo os resultados da pesquisa:

**Gráfico 1** – Idade dos atendidos. Fonte: Questionários aplicados aos atendidos pelo PAIJUS no dia 21 de dezembro de 2012



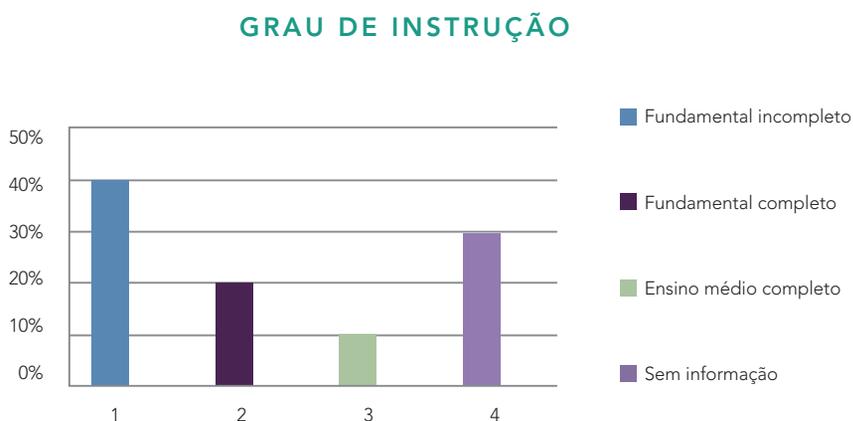
Cerca de 30% dos participantes tinham idade entre 50 a 59 anos, seguido de 40% de pessoas com 30 a 49 anos, depois 20% na faixa dos 60 aos 79 anos e por último perfazendo 10% com 20 a 29 anos. Nota-se que 90% são cidadãos em idade produtiva.

**Gráfico 2** – Profissão dos atendidos. Fonte: Questionários aplicados aos atendidos pelo PAIJUS no dia 21 de dezembro de 2012



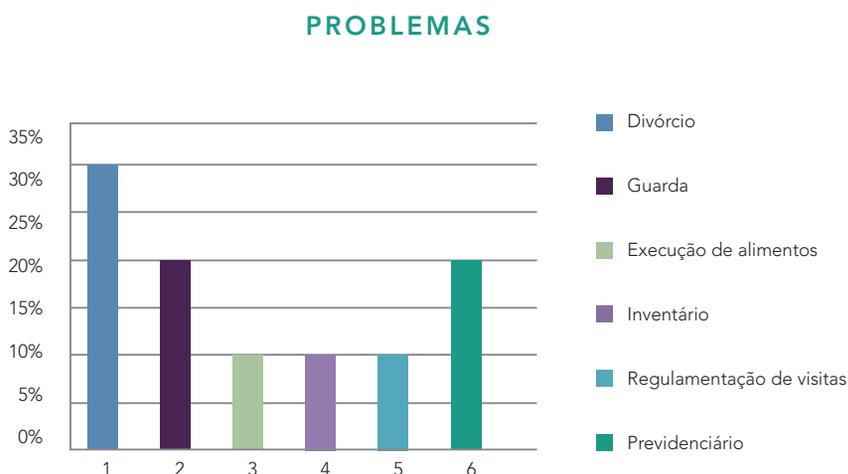
O perfil profissional do público é composto de 40% de donas de casa, seguido de 20% de empregadas domésticas, outros 20% de aposentados, 10% de agentes de saúde e o restante de 10% são vendedores. Deste contingente cerca de 60% estão inseridos no mercado formal de trabalho.

**Gráfico 3** – Escolaridade dos atendidos. Fonte: Questionários aplicados aos atendidos pelo PAIJUS no dia 21 de dezembro de 2012



Quanto à escolaridade, 40% dos participantes deixaram de concluir o ensino fundamental, 20% concluíram o fundamental, seguido de 10% que concluíram o ensino médio os 30% restantes não informaram. Portanto, cerca de 70% apresentam baixíssima escolaridade deixando de perfazer menos de oito anos de escolaridade.

**Gráfico 4** – Problemas sócio-jurídicos apresentados pelos atendidos. Fonte: Questionários aplicados aos atendidos pelo PAIJUS no dia 21 de dezembro de 2012



Os membros da comunidade participaram do programa em busca de solução para várias problemáticas, sendo que cerca de 30% refere-se a divórcio, em 20% dos casos o assunto é guarda de filhos, seguido de 20% de questões previdenciárias, 10% referiam a inventário, outros 10% execução de alimentos e os 10% restantes versavam sobre regulamentação de visita de menores. Deste modo, 70% dos problemas apresentados

orbitavam sobre direito de família. Chama atenção a importância de se pacificar prontamente as questões familiares, já que a família é considerada, pela Constituição Federal, como a base da sociedade e tem especial proteção do Estado (caput do artigo 226). Considerando-se que base é tudo quanto serve de fundamento ou apoio, pacificar prontamente questões familiares é fator de grande relevância para a sociedade.

**Gráfico 5** – Conhecimento do PAIJUS pelos atendidos. Fonte: Questionários aplicados aos atendidos pelo PAIJUS no dia 21 de dezembro de 2012



É surpreendente que 90% dos presentes desconheciam o programa, que já está em seu quinto ano atuando no município de Passos-MG, e apenas 10% já tinham ouvido falar sobre o PAIJUS.

**Gráfico 6** – Crença dos atendidos na Justiça Formal como melhor resolução de conflitos. Fonte: Questionários aplicados aos atendidos pelo PAIJUS no dia 21 de dezembro de 2012



60% das pessoas presentes acreditam que somente por meio de processo judicial é que conflitos podem ser solucionados, 30% apontam crer em alternativas como a conciliação e 10% desconfiam da justiça formal, estatal. Percebe-se que a maior parte das pessoas vê o Poder Judiciário como a única forma de resolver conflitos.

Após o conhecimento do programa PAIJUS 70% dos participantes disseram estar admirados e satisfeitos com o papel da Universidade, outros 20% se sentiram incluídos pelo fato de se romper a barreira física da distância, com a Universidade adentrando no bairro e 10% manifestaram sentimento de esperança por melhores condições devido à atuação da instituição.

Entretanto, para a efetividade de uma política pública é necessária a avaliação das ações desenvolvidas, assim é fundamental que os responsáveis pelo Programa desenvolvam mecanismos periódicos de mensuração para que os registros dos dados e informações possam validar eventuais ajustes no PAIJUS.

## DISCUSSÃO DOS DADOS

É relevante registrar que na grande maioria dos casos atendidos pelo projeto, por tratar-se de desentendimentos entre parentes, cônjuges, companheiros, vizinhos, há continuidade na relação de convivência, sendo de grande importância o aprendizado que se desenvolve através do diálogo, da cooperação mútua e busca da solução sem a intervenção do Estado-Juiz.

Na execução dessa política pública verificam-se dois interesses: o pedagógico (conhecimento da realidade social, aproximação entre teoria e prática) e o social (empoderamento e pacificação dos envolvidos no conflito, que aprendem a reconhecer uma alternativa à cultura do litígio: a conciliação).

Além disso, pode-se vislumbrar que a execução dessa política pública traz reflexos para o desenvolvimento não somente do município, mas até mesmo regional, nas esferas:

- » **Econômica:** visível pela inexistência de processo judicial (com ausência da atuação do funcionalismo público e consequente gasto de material para formação dos autos); não há perda ou interrupção do dia de trabalho das partes envolvidas no conflito ou das eventuais testemunhas; não há dispêndio de valores com pagamento de honorários advocatícios, periciais e custas processuais. Considerando que a maioria dos processos judiciais tramita na Justiça Estadual, através da concessão da assistência judiciária, há uma economia para os cofres públicos do Estado quando o conflito é resolvido extrajudicialmente; e, por outro lado, os envolvidos deixam de dispensar recursos para o processo.
- » **Ambiental:** representada tanto pela economia de energia elétrica, papel e tinta para formação dos autos, e ainda de combustível (referentes aos deslocamentos para cumprimento de diligências pelo oficial de Justiça e das partes e testemunhas até o Fórum, para as audiências).
- » **Social:** visível pela pronta pacificação do conflito; propiciando empoderamento das partes, bem como pela formação humanística dos alunos, além do desenvolvimento

de habilidade para lidar com soluções alternativas a fim de minimizar as repercussões sociais, ambientais e econômicas que um processo judicial gera.

## CONCLUSÃO

O PAIJUS contribui no preenchimento parcial de uma lacuna do poder público, pois apesar do acesso à justiça ser um direito constitucionalmente assegurado, devendo o Estado implementá-lo gratuitamente a todos, observa-se atualmente uma insuficiência na sua concretização.

Deixa de haver o pleno exercício da cidadania num ambiente de conflitos, onde é negado ou obstaculizado ao cidadão o acesso à justiça. Assim, mostram-se importantes as iniciativas das universidades que promovam o restabelecimento da paz social, por meio da assistência jurídica.

Tais políticas, ao mesmo tempo em que podem contribuir para o desenvolvimento local, cumprindo a universidade com sua responsabilidade social, ainda desempenham indispensável função formadora do educando.

Além disso, verificam-se os desdobramentos destas ações nos âmbitos econômico e ambiental, com a redução do dispêndio de verbas dos cofres públicos para custeio de um processo judicial e a redução de recursos ambientais.

O educando passa a ter contato com atividades que despertam sua atenção para uma quebra de paradigmas: a cultura do litígio pela cultura da conciliação, essa última como forma mais rápida, acessível e democrática de se alcançar a pacificação social.

Além disso, a comunidade atendida também passa a compartilhar dessa possibilidade de mudança de paradigmas, na medida em que pode conhecer, experimentar e optar pelos serviços disponibilizados, num paulatino processo emancipatório.

A Universidade, assim, exerce um importante papel, não só construção de um futuro profissional reflexivo e comprometido com os deveres da cidadania, mas também de uma sociedade mais esclarecida, consciente e emancipada, que poderá contribuir para o desenvolvimento social da região onde se insere.

## REFERÊNCIAS

- [1] AZEVEDO, A. G. (org.). **Manual de Mediação Judicial**. (Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), 2012.
- [2] BUARQUE, C. **Uma idéia de Universidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- [3] CAPPELLETTI, M. GARTH, B. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- [4] FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- [5] MATTOS, F. P. **Acesso à justiça: um princípio em busca de efetivação**. Curitiba: Juruá, 2011.

- [6] PAROSKI, M. V. **Direitos fundamentais e acesso à justiça na Constituição**. São Paulo: LTr, 2008.
- [7] PEREIRA, M. da G. **O Papel da Defensoria Pública em face dos interesses dos necessitados**. Dissertação (Mestre em Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2005.
- [8] SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- [9] SILVA, G. A. C. da. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Método, 2004.
- [10] TORRES, J. A. **O acesso à justiça e soluções alternativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- [11] WATANABE, K. Acesso à justiça e sociedade moderna. *In*: GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R.; WATANABE, K. (coord.). **Participação e processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

## AGRADECIMENTOS

À professora Mestre Liliene Cristina de Oliveira Hespanhol, idealizadora do programa PAIJUS, docente na FESP-UEMG, campus de Passos e a toda a equipe executora.

**IDIENE APARECIDA VITOR PROENÇA PÁDUA** *professora da Fundação de Ensino Superior de Passos da Universidade do Estado de Minas Gerais (FESP-UEMG) e conciliadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – e-mail: idienevitoradv@hotmail.com*

**PAULO DE TARSO OLIVEIRA** *docente do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF) e do curso de Direito da Faculdade Dr. Francisco Maeda (Fafram) – e-mail: paulotarso@facef.br*







O P I N I Ã O opinion



JULIA KAFFKA



# Errar Todos os Seres Erram, Persistir no Erro é Humano

Mistake Everyone Does, to Insist on the Error is Humane

**Existe um velho ditado que reza: “errar é humano, persistir no erro é burrice”.** Seguramente dizer que é burrice só pode ser no sentido absolutamente figurado de imagens populares. Se observarmos os animais das várias espécies, inclusive os equinos, entre os quais os burros, podemos perceber que eles cometem erros e rapidamente aprendem e não os repetem, não há uma persistência que poderia ser considerada autopunitiva.

Aparentemente nós humanos somos persistentes. Isso fica evidente conforme observamos a história, nacional ou mundial, e também histórias pessoais. Humanos de modo geral não gostam de história e nem de memória. Atualmente, inclusive, se apregoa a ideia de esquecer o passado e viver o presente. Quando se trata de pesquisa se dá importância tão somente àquilo que foi realizado nos últimos cinco anos. Na história em geral se pretende impor que seja aceita a versão dos vencedores. Pouco se valoriza as causas que levaram aos eventos e as consequências dele resultantes e, seguramente, em situações em que existam vencedores e vencidos as consequências podem ser bastante graves.

Da mesma forma nas situações pessoais, quando se classificam pessoas como bem sucedidas – sem se avaliar os caminhos que elas percorreram – podem ser criadas situações muito graves e até induzir a um aprendizado nefasto. É importante lembrar que falta saber o que significa ser uma pessoa bem sucedida, quais seriam os parâmetros para avaliar o sucesso e qual a validade ética desses parâmetros.

Acontece que estamos vivendo conforme esses critérios: vitória x derrota e sucesso x insucesso, mesmo sem saber exatamente o que é vitória e o que é sucesso. Isso tem dependido de épocas, modas e de eventuais donos do poder. Para atingir esses objetivos, na maioria das vezes, criamos maneiras e as mais frequentes tem sido os diversos tipos de grupos. Existem os vários tipos de corporações para que pessoas se sintam mais fortes e seguras e estas têm feito e continuam fazendo parte da história. Afinal, vivendo em grupos e adotando a sua filosofia não temos de usar nossa energia

DIANA HELENA DE  
BENEDETTO POZZI

Universidade de São Paulo.  
Pró-Reitoria de Cultura e  
Extensão Universitária, São  
Paulo, Brasil

para pensar, nos sentimos seguros e confortáveis junto àqueles que parecem ser nossos semelhantes e podemos nos permitir atitudes que seriam responsabilidade do grupo ao qual pertencemos. Isso sem falar que nos sentimos apoiados pelo “espírito de corpo” neles existentes e que nos dá suporte até em situações erradas que eventualmente criamos. Participando dessas corporações até corremos o risco de perder a noção de certo e errado e ter como valores aqueles adotados pelo grupo e adotar como certo aquilo que o grupo ou um de seus membros preconiza e considerando errado qualquer ação do grupo diferente, “adversário”. A ética passa a inexistir, não mais valem os atos, mas tão somente quem os pratica, e não mais importa a justiça e a legitimidade das ações. Historicamente os grupos existem e são formados com base nos mais diversos princípios: religiosos, econômicos, intelectuais, étnicos, sexuais e nas mais variadas modas que são criadas nos diversos aspectos da vida e nas diferentes épocas. Com isso são estabelecidas classes e castas, amigos e inimigos e os mais variados tipos de preconceitos possíveis face às diversidades entre os grupos. Se esquece que todas as pessoas são diferentes e que essas diferenças são normais e devem ser aceitas. Por exemplo, mulheres e homens são diferentes e isso faz parte da vida e é até necessário para que ela continue. Outro exemplo crianças, adultos e idosos eles são diferentes e sua diferença decorre das mudanças que acontecem no organismo e das experiências que tiveram a oportunidade de ter. Entretanto, atualmente se percebe que até as próprias pessoas sentem dificuldade em aceitar essa evolução natural. Isso acontece muito em função de modas que são propaladas e tem sido secundárias a interesses econômicos, que, às vezes, estão vinculados com frequência ao consumo, ao mercado de trabalho, e predominantemente à necessidade de diminuir ou mesmo abolir o espírito crítico que é aprimorado pela experiência e nem sempre é bem aceito, pois tem sido visto como restrição à rapidez do progresso.

Aparentemente, com o passar do tempo tem acontecido mudanças. O crescimento dos meios de comunicação tem produzido informações e principalmente a tentativa de tornar tudo uniforme. Entretanto, essa uniformidade teria de atender ao padrão de alguns que pretendem ser o modelo certo o que provavelmente tem como objetivo atender a um sistema global de economia. Cabe a pergunta: existiria um padrão mais correto? Haveria um modo de vida ideal? Qual ele seria? Qual seria o parâmetro para sua avaliação? Seria a felicidade? Seriam os bens materiais possuídos? Se forem as posses, fica mais simples quantificar. Se for a felicidade, o que seria necessário para pessoas serem felizes? Felicidade seria aquilo que tentam nos ensinar diuturnamente de forma subliminar?

Podemos lembrar a colonização das Américas onde os nativos tinham um padrão de vida e os “conquistadores” um padrão completamente diferente. Pela força, os conquistadores predominaram e impuseram seu modo de vida. Os nativos foram rotulados como seres inferiores e preguiçosos, muito embora nunca se tivesse discutido qual das duas populações teria uma vida melhor e mais feliz. Até hoje não se fala nesse aspecto, mesmo com a existência no mundo de inúmeras populações vivendo bem e conforme suas tradições, ainda que os ocidentais entendam que elas teriam uma subvida, pois não consomem tudo aquilo que os ocidentais consomem.

Em relação a usos e costumes e se observam também mudanças que aconteceram

mais entre os ocidentais nestes últimos 60 anos. Se no início do século passado havia acontecido o materialismo comunista, execrado por muitos, no ocidente passou a acontecer o materialismo capitalista que tem sido celebrado como sinônimo de liberdade. Isso justificaria a pretensão do Ocidente de impô-la ao mundo todo. Afinal, nestes últimos 2000 anos, o Ocidente sempre pretendeu ser a verdade e se impor como tal aonde quer que ele tenha contato. Os meios variam desde a força até, o que atualmente é mais frequente, a pressão econômica.

O problema é que o objetivo primordial dessa interferência tem tido finalidade meramente econômica, muito embora pretenda interferir até nos costumes ancestrais, culturais e religiosos, que fazem a diferença entre os povos, o que deveria ser aceito, ao invés de comporta-se como os “conquistadores” das Américas e dar fim àqueles que se opusessem a adotar seus hábitos. Tais costumes deveriam ser aceitos e respeitados, pois se configuram na identidade desses povos. Essas diferenças são apontadas como causas para guerras, atualmente observadas em todos os continentes, resultando numa divisão do mundo entre vencedores e vencidos, e todas as suas outras consequências. Existem as causas religiosas, as diferenças tribais e basicamente o desejo de predominar e ter o poder. E o para que ter o poder? Conforme a economia materialista vigente, o poder tem sido útil para realizar negócios e beneficiar o grupo vencedor. Esse fato tem sido observado em diferentes países nas mais diversas regiões do mundo.

As pessoas costumam pensar confortavelmente que essas coisas, questões de diferenças, acontecem lá e não as afetariam. Entretanto, essas questões de diferenças estão acontecendo em toda parte, inclusive próxima a nós, na sociedade em que convivemos. Somos humanos, tememos as diferenças, queremos estar entre nossos iguais que irão nos proteger e nos dar apoio. Assim adotamos grupos e vivemos no sistema “minha turma x o adversário”. Fazemos coisas incríveis para que a turma nos aceite entre seus iguais para então fanaticamente defender os interesses da turma. Quais os interesses da turma? Nem sempre eles são claros, mas isso importa pouco, o que interessa é fazer parte da turma e acreditar que se tem um objetivo comum e que se está protegido e sem ter de fazer maior esforço para pensar, pois já pensaram por nós.

Multiplicam-se as notícias sobre a violência e humilhação que tem acontecido nos processos de aceitação na turma e que, inclusive tem resultado em mortes. Também aumenta a frequência de situações em que existe a turma e aqueles que são diferentes, até porque pensam de forma diversa, passam a ser considerados adversários. Isso tem sido crescente nas torcidas esportivas e não só aí. Notícias sobre diferenças levando à agressão física e mesmo à morte são cada vez mais conhecidas pelo público. Entretanto, os vários tipos de agressões secundárias às diferenças e à formação de grupos estão cada vez mais frequentes e são muito mais problemáticos. Existem corporações de todos os tipos atuando em todas as áreas e produzindo resultados no mínimo discutíveis. Além disso, historicamente sabemos que esse modo de comportamento não é bom para as pessoas e nem para a sociedade e só tem produzido resultados negativos. Isso fica bastante claro nas situações de nepotismo que costumamos condenar.

Pessoas irão dizer que para se conquistar algo tem de agregar as pessoas com objetivos semelhantes para sejam bem sucedidas. Este é um fato que observamos acontecer

nos diferentes grupos animais, quando eles se unem para suas longas viagens sazonais. É uma questão de cooperação em que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses de corporações.

Por exemplo, quando todos participam e se vota numa assembleia ou numa eleição há o predomínio da maioria; e, mais recentemente, se assinam petições a fim de atuar junto aos poderes públicos. É uma forma de diálogo e entendimento que não ocorre pela força. Ora, pessoas se associarem para usar a força e não o diálogo significa uma “guerra” contra adversário, uma maneira inadequada de se tratar as diferenças, pois só alimenta as animosidades.

Fica aparente que, passados anos e até séculos, os humanos permanecem com os mesmos métodos de criar corporações e “lobbies” e também guetos para resolver seus problemas e, com isso alimentar suas diferenças, apesar da história mostrar que esses métodos têm um resultado bastante discutível. Isso porque eles podem eventualmente derrubar alguns adversários, conseguir alguma vantagem para uns poucos, mas não resolve os problemas que são de todos como, por exemplo, as disparidades sócio econômicas e os problemas ambientais, que permanecem e, muitas vezes, crescem, pois tal comportamento só faz as diferenças aumentarem.

Isso permite pensar que persistir no erro é humano e que se deveria aprender com a história que, para a sociedade, para os países e também para as instituições, cooperação é o fator importante enquanto que corporação é fator negativo e limitante.

**DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI** *professora doutora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e editora responsável da Revista de Cultura e Extensão USP*  
– e-mail: [dianahbp@usp.br](mailto:dianahbp@usp.br)





# Instruções para o Preparo e Encaminhamento dos Trabalhos

## Instructions for Preparing and Forwarding of Papers

A *Revista de Cultura e Extensão USP*, publicação semestral da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, tem o objetivo de abrir espaço para pesquisadores e coordenadores de projetos de extensão desenvolvidos junto à comunidade discorrerem sobre seu trabalho nessa área, em uma linguagem acessível ao público.

Os trabalhos devem ser apresentados em língua portuguesa, devendo ser originais e inéditos, o que significa que não devem ter sido anteriormente publicados nem enviados simultaneamente para outra revista.

Os trabalhos submetidos à publicação somente poderão ser enviados em arquivo eletrônico, com formato *.doc*, para o e-mail [revistacultext@usp.br](mailto:revistacultext@usp.br), e não em papel. Deverá ser enviado também por e-mail o *Termo de concordância e cessão de direitos de reprodução*, disponível para download no site [prceu.usp.br/revista](http://prceu.usp.br/revista).

### PREPARAÇÃO

Os trabalhos devem ter, no mínimo, 10 e, no máximo, 15 páginas, incluindo as referências bibliográficas. O trabalho deve ser enviado digitado em espaçamento 1,5, utilizando fonte Times New Roman 12 e formato A4, com 2,5 cm nas margens superior e inferior e 2,0 cm nas margens direita e esquerda, enumerando-se todas as páginas.

Os artigos deverão ser divididos, sempre que possível, em seções com cabeçalho, na seguinte ordem:

### TÍTULO DO TRABALHO

Deve ser breve e indicativo da finalidade do trabalho. O título deverá ser apresentado em português e em inglês.

## AUTOR (ES)

Por extenso, indicando a titulação e a(s) instituição (ões) à (s) qual (ais) pertence (m). O autor para correspondência deve ser indicado com asterisco, fornecendo endereço completo, incluindo o eletrônico.

## RESUMO EM PORTUGUÊS

Deve apresentar, de maneira resumida, o conteúdo, a metodologia, os resultados e as conclusões do trabalho, não excedendo a 200 palavras.

## PALAVRAS-CHAVE

Observar o mínimo de 3 (três) e o máximo de 5 (cinco). As palavras-chave em inglês (*keywords*) devem acompanhar as em português.

## RESUMO EM INGLÊS

Deve conter o título do trabalho e acompanhar o conteúdo do resumo em português.

## INTRODUÇÃO

Deve estabelecer com clareza o objetivo do trabalho e trazer informações sobre as origens do projeto e público-alvo. Extensas revisões de literatura devem ser substituídas por referências aos trabalhos bibliográficos mais recentes, nas quais tais revisões tenham sido apresentadas.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A descrição dos métodos usados deve ser breve, porém suficientemente clara para possibilitar a perfeita compreensão e repetição do trabalho. Estudos em humanos devem fazer referência à aprovação do Comitê de Ética correspondente.

## RESULTADOS

Deve trazer informações sobre os impactos do projeto na comunidade e ainda sobre os benefícios alcançados para o ensino e a pesquisa. Deverão ser acompanhados de tabelas e material ilustrativo adequado.

## DISCUSSÃO

Deve ser restrita ao significado dos dados e resultados alcançados.

## CONCLUSÕES

Quando pertinentes, devem ser fundamentadas no texto.

## REFERÊNCIAS

A exatidão das referências é de responsabilidade dos autores. Elas devem ser organizadas de acordo com as instruções da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 6023 e ordenadas alfabeticamente no fim do artigo, incluindo os nomes de todos os autores.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos e outras formas de reconhecimento devem ser mencionados após a lista de referências.

## CITAÇÕES NO TEXTO

As citações bibliográficas inseridas no texto devem ser indicadas por numerais arábicos entre colchetes. Quando for necessário mencionar o (s) nome (s) do (s) autor (es) no texto, a seguinte deverá ser obedecida:

- » Até 3 (três) autores: citam-se os sobrenomes dos autores;
- » Mais que 3 (três) autores, cita-se o sobrenome do primeiro autor, seguido da expressão latina *et al.*;
- » Caso o nome do autor não seja conhecido, a entrada é feita pelo título.

## CITAÇÕES NA LISTA DE REFERÊNCIAS

A literatura citada no texto deverá ser listada em ordem alfabética e numerada de forma sequencial, usando numerais arábicos entre colchetes. A lista de referências deve seguir os padrões mínimos estabelecidos pela ABNT NBR 6023, de agosto de 2002, resumidos a seguir:

### Livro no todo

Autor (es), título em negrito, edição, local, editora e ano de publicação.

- » Exemplo: BACCAN, N.; ALEIXO, L. M.; STEIN, E.; GODINHO, O. E. S. **Introdução à semimicroanálise qualitativa**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

### Livro em parte

Autor (es) e título da parte, acompanhados da expressão *in*, da referência completa do livro, do capítulo e da paginação.

- » Exemplo: SGARBIERI, V. C. Composição e valor nutritivo do feijão *Phaseolus vulgaris* L. *In*: BULISANI, E. A. (Ed.). **Feijão: fatores de produção e qualidade**. Campinas: Fundação Cargill, 1987. cap. 5, p. 257-326.

### Artigo em publicação periódica

Autor (es) e título da parte, título da publicação em negrito, local (quando possível), volume, fascículo, paginação, data de publicação.

- » Exemplo: KINTER, P. K.; van BUREN, J. P. Carbohydrate interference and its correction in pectin analysis using the m-hydroxydiphenyl method. **Journal Food Science**, v. 47, n. 3, p. 756-764, 1982.

### Artigo apresentado em evento

Autor (es), título da parte, seguido da expressão *in*:, título do evento, numeração do evento (se houver), local (cidade) e ano de realização, título da publicação em negrito, local, editora, data de publicação e paginação.

- » Exemplo: BRAGA, A. L.; ZENI, G.; MARTINS, T. L.; STEFANI, H. A. Síntese de calcogenoeninos. *In*: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química, 18, Caxambu, 1995. **Resumos**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1995. res. QQ-056.

### Dissertação, tese e monografia

Autor, título em negrito, ano da defesa, número de páginas, descrição do trabalho acadêmico, grau e área de conhecimento, a vinculação acadêmica, local e ano de aprovação.

- » Exemplo: CAMPOS, A. C. **Efeito do uso combinado de ácido láctico com diferentes proporções de fermento láctico mesófilo no rendimento, proteólise, qualidade microbiológica e propriedades mecânicas do queijo minas**

**frescal.** 2000. 8op. Dissertação (Mestre em Tecnologia de Alimentos) – Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

### Trabalho em meio eletrônico

As referências devem obedecer aos padrões indicados, acrescidas das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquete, CD-ROM, on-line etc.), de sua localização (em caso de páginas eletrônicas) e data de acesso.

- » Exemplo: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. *In*: **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo: SMA, 1999. p. 7-14. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>>. Acesso em: 8 mar. 1999.

### Legislação

Jurisdição e órgão judiciário competente, título, numeração, data e dados da publicação.

- » Exemplo: BRASIL. Portaria nº. 451, de 19 de setembro de 1997. Regulamento Técnico Princípios Gerais para o Estabelecimento de Critérios e Padrões Microbiológicos para Alimentos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 set. 1997, Seção 1, n. 182, p. 21005-21011.

## GRÁFICOS, IMAGENS E TABELAS

As tabelas deverão ser numeradas com algarismos arábicos, sempre providos de título claro e conciso. As tabelas deverão ser criadas no próprio arquivo *.doc* ou ser enviadas separadamente, por e-mail, em arquivo *.xls*.

Os gráficos deverão ser numerados com algarismos arábicos, sempre providos de título claro e conciso.

Se no trabalho houver a inclusão de imagem (s), esta (s) deverá (ão) ser enviada (s) em arquivo separadamente, com formato *.jpg* e com resolução de, no mínimo, 400 dpis, ou um megabyte (1MB) de tamanho.

## OS ARTIGOS DEVEM SER ENVIADOS EM ARQUIVO ELETRÔNICO PARA O E-MAIL:

revistacultext@usp.br

## TERMO DE CONCORDÂNCIA E CESSÃO DE DIREITOS DE REPRODUÇÃO (disponível para download no site [prceu.usp.br/revista](http://prceu.usp.br/revista))

O (s) abaixo assinado (s) \_\_\_\_\_, autor (es) do artigo intitulado \_\_\_\_\_, declaram tê-lo lido e, aprovando-o na sua totalidade, concordam em submetê-lo à Revista Cultura e Extensão USP para avaliação e possível publicação como resultado original. Esta declaração implica que o artigo, independente do idioma, não foi submetido a outros periódicos ou revistas com a mesma finalidade.

Declaro (amos) que aceito (amos) ceder os direitos de reprodução gráfica para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (PRCEU-USP), no caso do artigo com o título descrito acima, ou com o título que posteriormente venha a ser adotado para atender às sugestões de editores e revisores, seja publicado pela *Revista de Cultura e Extensão USP* ou quaisquer periódicos e meios de comunicação e divulgação da PRCEU-USP. Em adição (necessário se existir mais que um autor), concordamos em nomear \_\_\_\_\_ como o autor a quem toda a correspondência e separatas deverão ser enviadas.

Cidade:

Endereço:

Data:

Nome (s) e assinatura (s):



Título *Revista de Cultura e Extensão USP*  
Ilustrações Júlia Kaffka  
Revisão de texto Eduardo Valmobida  
Projeto gráfico Ricardo Assis – Negrito Produção Editorial  
Supervisão de produção  
editorial Verônica Cristo  
Editoração eletrônica Jean Ricardo Freitas e Júlia Kaffka

Formato 205 x 265 mm  
Fontes Avenir e Arno Pro  
Papel do miolo Alta alvura 90 g/m<sup>2</sup>  
Papel da capa Cartão Triplex 250 g/m<sup>2</sup>  
Número de páginas 138  
CTP, impressão e acabamento Mundial Gráfica Ltda.



PRECISAMOS FALAR SOBRE ÁLCOOL E DROGAS NAS UNIVERSIDADES » MEMÓRIAS DA UNIVERSIDADE: LAPSOS E LEMBRANÇAS » EDITAIS DE INTERCÂMBIO E DIFUSÃO CIENTÍFICA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE ARTE, CIÊNCIA E COTIDIANO » INTERNET COMO ESFERA PÚBLICA GLOBAL E O PAPEL ATUAL DOS PARLAMENTOS NO PROCESSO LEGISLATIVO » REGISTROS DAS TERRAS INDÍGENAS DE RONDÔNIA POR MEIO DE MAPAS MENTAIS » EDUCAR PARA O MUNDO: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA POPULAR PARA DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÕES » A ATIVIDADE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, O JARDIM SÃO REMO E UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL – DESAFIOS NA CRIAÇÃO DE UM CAMPO COMUM DE TRABALHO » A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM HISTÓRIA ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA » ACESSO À JUSTIÇA EM UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – UM ESTUDO DA CONCILIAÇÃO EXTRAJUDICIAL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E MUDANÇA CULTURAL » ERRAR TODOS OS SERES ERRAM, PERSISTIR NO ERRO É HUMANO